

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
MESTRADO EM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

ÁTTILA KUSTER NETTO

**A CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA E O
(RE)NASCIMENTO DO SUJEITO PELA ÉTICA E NA
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

**VITÓRIA
2011**

ÁTTILA KUSTER NETTO

**A CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA E O
(RE)NASCIMENTO DO SUJEITO PELA ÉTICA E NA
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Aloisio Krohling

**VITÓRIA
2011**

ÁTTILA KUSTER NETTO

**A CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA E O
(RE)NASCIMENTO DO SUJEITO PELA ÉTICA E NA
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em ____ de _____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Aloisio Krohling
Orientador

Prof. Dr.
Membro da Banca

Prof. Dr.
Membro da Banca

A Deus, causa primária de
minha vida, por me permitir
enxergar no Outro a causa de
minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todo o amor que a mim foi concedido.

Aos meus pais, que, a despeito de todas as dificuldades da vida, deram-me guarida nesta empreitada tão edificante e que, por força de todo o seu amor, ensinaram-me as maiores virtudes de toda a existência.

À minha tia Giovanna Machado Kuster, exemplo de profundo desprendimento material, que me ensinou a virtude da solidariedade e o caminho para a serenidade.

À minha família, que esteve ao meu lado tanto nos momentos de felicidade como nos de tristeza.

Ao professor Dr. Aloisio Krohling, pela serenidade demonstrada em todos os momentos da vida acadêmica, por sua sabedoria, sempre voltada à construção do humano que em todos nós habita e pelo exemplo de pessoa que, certamente, nunca será esquecido.

À equipe da FDV, em especial a Juliana Sartório, pela disponibilidade, dedicação, ajuda, seja na fase de cumprimento dos créditos seja quando da elaboração da presente dissertação.

Aos meus colegas de turma, principalmente, Dirce, Jackelline e Ronaldo, que estiveram ao meu lado em todos os momentos em que precisei.

Aos meus amigos, que sempre compreenderam os motivos de minhas inúmeras ausências, aos familiares de meu orientador, que sempre me atenderam com muita solicitude e, por fim, a todas as minhas dificuldades, presentes de Deus colocados em minha vida com a finalidade de impulsionar o meu crescimento pessoal.

“Se não nos deixais sonhar, não os deixaremos dormir”.

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente estudo busca analisar o contexto de desvanescimento das instituições estatais, da democracia representativa e da própria sociedade civil nem contexto de crise da civilização ocidental. Tal desvanescimento vem se dando ao longo dos últimos séculos, notadamente a partir do século XVI, com o surgimento das primeiras formas de capitalismo. A relação do Estado com o Direito também é apresentada, constatando-se que a razão para a criação daquele foi a necessidade de o mesmo realizar uma espécie de controle metabólico por sobre a própria capacidade expansiva do capital. Num contexto de crise da civilização ocidental, analisa-se a crise financeira mundial de 2008, em que se deu o colapso da economia norte-americana e cujo salvamento, realizado com o dinheiro do povo, foi a única maneira de salvar a própria sociedade norte-americana do calapso causado pela onda de inflação que acabaria ocorrendo acaso Wall Street não conseguisse se fortalecer. A crise norte-americana, portanto, representou a chamada crise das hipotecas *subprime*, estimuladas pelo governo americano para reduzir os efeitos negativos ocasionados para a economia pela “bolha das .com”, a crise tecnológico que assolou os Estados Unidos e o Mundo no início do século XXI. Constatou-se que no decorrer da crise financeira mundial de 2008 a humanidade ficou perplexa com os acontecimentos, deixando de demonstrar quaisquer manifestações de indignação contra a ganância demonstrada pelo capitalismo financeiro de Wall Street, marcado pelos chamados laboratórios frankstenianos, em que toda a sorte de derivativos tóxicos (de alto risco) eram criados com a finalidade de obtenção de lucros de curto prazo, sem a mínima preocupação com a real situação financeira dos prestamistas, vítimas do consumismo ditado pela ideologia hegemônica capitalista. Os primeiros sintomas da reconstrução do sujeito e observância do verdadeiro significado de pessoa humana pôde ser observado com as manifestações de caráter global iniciadas pelo movimento *self government* denominado *Occupy Wall Street*, cuja ideologia vem se mostrando contra-hegemônica e muitas das vezes libertadora. A partir desta mudança paradigmática, passou-se a analisar qual forma sócio-política seria capaz de sanar os maiores antagonismos da modernidade, quando então foi constatado que somente a iniciação de um processo libertado do Ser Humano e do Outro, que é de sua responsabilidade, levando-se em consideração uma revisão do princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva da ética da alteridade e da responsabilidade.

Palavras-chave: Capitalismo. Teoria Crítica. Dignidade da pessoa humana. Ética da Alteridade e da Responsabilidade.

ABSTRACT

This study assesses the context of fading of the state institutions of representative democracy and civil society itself or the context of the crisis of Western civilization. Such fading has proceeded over the past centuries, especially from the sixteenth century with the emergence of the earliest forms of capitalism. The relationship with the state law is also presented, noting that the reason for the creation of that was the need to perform the same kind of metabolic control over their own expansive capacity of capital. In a context of crisis of Western civilization, analyzes the global financial crisis of 2008, which gave the collapse of the U.S. economy and whose rescue, carried out with the people's money, was the only way to save his own American society American calapso caused by the wave of inflation that would occur randomly Wall Street could not be stronger. The American crisis, therefore, represented the so-called subprime mortgage crisis, spurred by the U.S. government to reduce the negative effects caused by the economy "bubble. With," the technological crisis that struck the United States and the world at the beginning of twenty-first century. It was found that during the global financial crisis of 2008 humanity was stunned by the events, failing to demonstrate any expression of outrage at the greed shown by capitalism on Wall Street, marked by so-called Frankensteinian laboratory, where all sorts of toxic derivatives (high risk) were created for the purpose of obtaining short-term profits, without the slightest concern about the real financial situation of the lenders, victims of consumerism dictated by the hegemonic ideology of capitalism. The first symptoms of the reconstruction of the subject and observing the true meaning of human being could be observed with the manifestations of global character self-initiated movement Occupy government called Wall Street, whose ideology is proving counter-hegemonic and often liberating. From this paradigm shift, went to examine the socio-political order which would be able to solve the major contradictions of modernity, when it was found that only the initiation of a process released the Human Being and the Other, it is your responsibility, taking into account a review of the principle of human dignity from the perspective of the ethics of alterity and responsibility.

Keywords: Capitalism. Critical Theory. Human dignity. Ethics of Alterity and Responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DIAGNÓSTICO DA CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA	16
1.1 O ESTADO MODERNO CAPITALISTA.....	19
1.2 O SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL.....	29
1.3 A MORAL UTILITARISTA.....	34
1.3.1 Pontos de contato entre a ética e a economia	36
1.3.2 O pensamento utilitarista	39
1.4 O ESTOPIM DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL.....	45
1.5 TEORIA CRÍTICA DA MODERNIDADE DA ESCOLA DE FRANKFURT.....	51
1.5.1 Marx e o advento da teoria crítica da modernidade	54
1.5.2 A Escola de Frankfurt	57
2 A CRISE NORTE-AMERICANA E SUAS RAÍZES	64
2.1 A VERDADEIRA FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA ECONOMIA.....	70
2.2 AS CAUSAS DO COLAPSO DO SISTEMA FINANCEIRO NORTE-AMERICANO.....	72
2.2.1 Securitização	73
2.2.2 A questão das hipotecas <i>subprime</i>	75
2.2.3 Os responsáveis pela crise econômica americana	78
2.2.4 Os principais aspectos da crise econômica norte-americana	88
2.2.5 O sistema capitalista e o tratamento de choque imposto pelos Estados Unidos da América	91
3 A SÍNTESE DA NOVA SOCIEDADE CIVIL E O RENASCIMENTO DO SUJEITO PELA ÉTICA E NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	99
3.1 O (RE)NASCIMENTO DO SUJEITO APÓS O DESVANECIMENTO DA DAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS E DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	108
3.2 SLAVOJ ŽIŽEK E A PERSPECTIVA REVISIONISTA DO COMUNISMO.....	114
3.3 O MOVIMENTO <i>OCCUPY WALL STREET</i>	120
3.4 OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DA ALTERIDADE E DA RESPONSABILIDADE.....	122
3.4.1 A ética como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana	124

3.4.2 Os elementos fundantes do princípio fontal da dignidade da pessoa humana.....	130
3.4.2.1 Cosmidade.....	131
3.4.2.2 Corporeidade.....	132
3.4.2.3 Vida.....	135
3.4.2.4 Alteridade.....	136
3.4.2.5 Justiça.....	137
3.4.2.6 Consciência crítica libertadora.....	138
3.4.2.7 Liberdade.....	143
3.4.2.8 Igualdade.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

A humanidade presencia tempos de profunda heteronomia, sendo conduzida por um maestro “oculto”, enigma há séculos desvendado e que insiste em se ocultar no decorrer da história dos povos habitantes deste orbe. Reporta-se ao contexto sócio-político-econômico-cultural planetário e de sua íntima relação de desencantamento com o “paradigma instrumental iluminista utilitarista da modernidade”¹ e com o espectro do poder econômico que lhe serve de sustentáculo, o “capitalismo”.

O panorama histórico abordado por este trabalho analisa, inicialmente, o surgimento do sistema capitalista de produção (capitalismo industrial, economia real) e do chamado capitalismo financeiro-especulativo, ou simplesmente economia “virtual” e os reflexos que a seu desenvolvimento desenfreado acarretaram aos atores sociais dos séculos XIX e XX, cujo foco será centrado na sociedade norte-americana.

Afinal, é oportuno que se tenha em mente que a o capitalismo financeiro-especulativo retrata o grande papel exercido pelos laboratórios econômicos existentes ao redor do mundo ocidental, sendo Wall Street o maior exemplo.

Tais laboratórios lançam a todo momento no mercado um sem número de derivativos tóxicos, que inundam a economia de liquidez, acabando por provocar toda a sorte de instabilidades sócio-econômicas e políticas.

O sistema capitalista, ao longo das últimas décadas, ou por que não dizer nos dois últimos séculos, vem ganhando uma conotação revolucionária, exatamente porque conseguiu se firmar como ideologia dominante, cravando na civilização ocidental, mazela de sua irracionalidade auto-ofuscante e fetichista, ou seja, por intermédio de uma ideologia que petrifica a desautorização de condutas voltadas à mudança de seu *ethos*.

A humanidade, portanto, presencia tempos de profunda ruptura entre a sociedade civil e a economia. O *clímax* desta ruptura se deu com o advento do programa econômico apresentado pelo Consenso de Washington no ano de 1989, cuja

¹A expressão é atribuída ao filósofo Aloísio Krohling e foi extraída do capítulo 3 da obra “A Ética da Alteridade e a da Responsabilidade”.

principal proposta traduziu a assertiva no sentido de que a racionalidade do mercado deve antecipar-se à irracionalidade dos atores sociais.

Esta postura corroborou para o processo, que já vinha se desdobrando desde o início do século XIX, de construção impositiva de uma irracionalidade auto-ofuscante da civilização ocidental e transformou a sociedade civil em mera espectadora do teatro das sombras cujos únicos protagonistas são o mito do progresso e a lei do mercado (*lex mercatoria*).

Daí o enfraquecimento das manifestações político-sociais e da representatividade sindical, precipuamente nos países do Cone Sul, América Central, Europa Ocidental e Estados Unidos.

Os atores sociais, exatamente por força deste constante desvanescimento, passaram a sobreviver num *ethos* que os relegou ao *status* de meros partícipes, ou melhor, a um próprio processo de dessocialização, desmuniados que foram da faísca que os permitiria ir de encontro ao sistema, do estalo que teria o condão de levá-los ou elevá-los a um universo reflexivo, auto-criativo de busca e conseqüente alcance de autonomia, de uma heterotopia e, por fim, de um processo de busca de uma ética da alteridade.

Tal processo de reconstrução do sujeito humano, conforme será defendido, deve ser iniciado por um processo de evolução da figura do indivíduo à condição de sujeito humano, processo este fruto de uma revolução precipuamente cultural, levada a reboque pela ascensão de movimentos coletivos produtores de uma cultura do humano, da aquisição de um novo patamar de racionalidade, marcada por uma dialógica com a afetividade, com a alteridade.

O comunismo será revisitado e os erros de seu passado serão revistos a fim de que se possa aferir, ao fim, se o mesmo seria a única resposta aos problemas enfrentados por esta epocalidade.

Percebe-se claramente, conforme o pouco que já foi exposto, que o fio condutor temático deste estudo nada mais é do que a luta pelos direitos dos oprimidos, dos excluídos, por uma constante dialógica entre o ideal e o real.

Tal processo refoge ao campo do social, desvanecido que se encontra pela situação de intensa crise em que a humanidade se vê, crise esta que provoca a completa ruptura entre os atores sociais e a economia e, ao mesmo tempo, ainda que a longo prazo, remete a uma situação pós-social, munida de atores renovados, aptos a lidar com as emergências multidimensionais do tempo presente.

Afinal, para que se possa solucionar problemas multidimensionais, mister a criação de movimentos e organizações de interesse planetário. Antes mesmo do estado de crise vivido pela civilização ocidental, tais movimentos sociais já existiam ao redor de todo o globo. O problema é que os mesmos convivem com uma racionalidade instrumental que não condiz com a gama de problemas multidimensionais por que passa a humanidade.

Intimamente ligada à ideia de organizações de caráter planetário que ainda necessitam ser criadas com a finalidade de diagnosticar e tratar das inúmeras questões multidimensionais prementes está a figura daquilo restou designado neste trabalho como *self government*, ou seja, uma afirmação da sociedade civil contra a opulência do poder econômico e o conseqüente atavismo estatal, a despeito de não ter sido criado pela atual crise planetária, precisa exsurgir com a finalidade de resolver os inúmeros antagonismos que afetam toda a humanidade.

Um forte exemplo de manifestação nos moldes de “*self-government*” é o “*Occupy Wallstreet*”, movimento iniciado em Nova York no dia dezessete de setembro do ano de 2011, assumindo repercussão planetária, com ramificações em mais de 80 (oitenta) países do globo e adesão irrestrita da grande maioria dos novos meios de comunicação, como por exemplo a internet (*you tube, facebook, my space, twitter, <http://occupywallst.org/>*), mídia televisiva, etc.

Propõe-se, desta forma, reinventar a razão; ato contínuo, o abandono da razão instrumental que serviu durante os últimos séculos como convalidadora das políticas neoliberais.

Em que pese as escusas honestamente atribuídas a todas as modalidades de generalismos, remansa em águas pacíficas o fato de que a humanidade sustenta uma parcela ínfima de indivíduos (ou grupos de pessoas, classes, coletividades) que

se encontram de alguma maneira privilegiados em detrimento de uma maioria esmagadora de excluídos e oprimidos, chamada maioria não-hegemônica.

O presente trabalho pretende apontar de que forma a ideologia hegemônica capitalista está sendo questionada em nome da sobrevivência dos próprios sujeitos da história.

Nas sociedades de consumidores existentes ao redor de todo o Mundo, a maior mercadoria criada e reproduzida pelo sistema capitalista a sua imagem e semelhança foi o próprio ser humano e o maior desejo que o alimenta, o sucesso – medido não mais (ao menos precipuamente) em termos de acumulação de capital, mas sim pela capacidade de ostentação do indivíduo. Tem-se, portanto, o fenômeno da reprodução do capital nos indivíduos consumidores.

O poder de compra, somado ao amplo acesso aos meios institucionalizados que permitem o alcance do tão sonhado sucesso, retroalimentam os anseios inculcados pela ideologia ocidental dominante, culminou com o surgimento de um *ethos* composto por comportamentos anômicos de diversas proporções.

Contudo, o maior comportamento anômico encontra-se nos próprios *traders* (operadores do capitalismo financeiro-especulativo) e os respectivos bônus obtidos através de práticas comerciais que antes da crise financeira mundial de 2008 eram referendadas pelos Estados Unidos da América.

Os acontecimentos que marcam a evolução da humanidade ao longo dos últimos séculos levam a um panorama de intensa e crescente desigualdade econômico-social e, por conseguinte, à abolição do sentido do político.

A metodologia e referencial teórico contidos neste trabalho buscam traduzir os esforços de toda uma teoria crítica que teve em Karl Marx uma de suas principais fontes de inspiração, notadamente pela utilização do fio condutor metodológico consubstanciado no materialismo histórico-dialético, que teve como intérprete os pensadores da Escola de Frankfurt. Trata-se de um grupo de pensadores vinculados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, cuja teoria crítica visa desvelar as contradições da sociedade capitalista contemporânea.

O primeiro capítulo aborda o diagnóstico da crise financeira mundial, irmã siamesa da própria crise da civilização ocidental, acompanhando a evolução do sistema capitalista desde o início do século XIX até os tempos atuais, com ênfase nestes dois extremos, bem como sua relação com o Estado e com o Direito. O fio condutor teórico da presente abordagem, consoante esposado, será, em sua maioria, a teoria crítica da Escola de Frankfurt.

No segundo capítulo, abordar-se-á o epicentro da crise financeira, ou seja, a economia norte-americana, através de uma análise aprofundada de suas causas e das razões que levaram este país a realizar o resgate bilionário de Wall Street.

O terceiro e último capítulo avalia a maneira como a sociedade civil, após a presente crise de proporção planetária, evolui para uma situação pós-social, com a exurgência do único ator social remanescente – a pessoa humana lutando por sua dignidade – à condição de sujeito que deve buscar uma nova interpretação da realidade, através da construção de uma ética planetária, de matriz rizomática, uma ética da alteridade e da responsabilidade, fruto de uma nova consciência crítica libertadora, de uma nova maneira de enfrentar os problemas multidimensionais que circundam o paradoxal caminhar da humanidade.

1 DIAGNÓSTICO DA CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA

A crise financeira mundial do início do século XXI reflete a crise da própria civilização ocidental, iniciada com o advento da modernidade.

A sociedade do consumo, ao longo dos últimos séculos, acabou por traduzir-se em uma sociedade do prazer e da satisfação. Não é por outra razão que a moral utilitarista, como será por bem demonstrado, é aquela apta a tentar justificar os valores da vida movida e dirigida para o progresso material e acúmulo de satisfações sob a égide da utilidade defendido por Hume e Benthan (Krohling, 2011, pp. 47-70).

Como o presente trabalho aborda sucessivas vezes a temática atinente às relações de consumo, importa, neste momento, apontar a distição existente entre consumo e consumismo. Para Bauman:

De maneira distinta do *consumo*, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o *consumismo* é um atributo da *sociedade*. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e condutas individuais. (2007, p. 41)

O bem estar e a busca do prazer são voltadas precipuamente para a satisfação do “eu”, do indivíduo, deixando-se de acreditar na potencialidade das consequências advindas da prática da sociabilidade e da alteridade.

O equilíbrio emocional do consumidor é inquestionavelmente tocado pela execução do ato de comprar. O indivíduo ocidentalizado é constantemente estimulado através dos meios de comunicação ao consumismo, fato este que o leva a viver além de suas capacidades, tornando-o escravo da ideologia imposta pelo capitalismo.

A medicina possui explicações para a sensação de prazer proporcionada pelo consumo, pelo ato de comprar. Estudos da área da neurociência² mostraram que o consumo de um produto ou serviço, seja ele qual for, estimula o núcleo *accumbens* (estrutura cerebral ligada à sensação do prazer), pertencente ao sistema mesolímbico dopaminérgico, situado próximo ao hipocampo.

Souza (2011) aduz que:

Suas células nervosas são ativadas por um neurotransmissor, a dopamina, levando à liberação dos chamados opiáceos endógenos produzidos pelo próprio organismo. Estas substâncias estão associadas à sensação de prazer e bem estar. Dessa forma, o consumo, para além de atender um desejo e uma necessidade, produz sensação de prazer que em tese “tornaria” o indivíduo alegre e feliz.

O consumo analisado como vício, como objeto de desejo, pode ser perfeitamente controlado, como também o são os viciados em drogas lícitas, ilícitas (opiáceos) e outros.

Afinal, tanto o ato de consumir como a ingestão das precitadas substâncias possuem efeito similar no já mencionado núcleo *accumbens*, o que significa dizer que a afirmação no sentido de que o ser humano é, naturalmente, um ser de desejo, merece temperamentos.

O hedonismo perdeu muito de sua força após a constatação das consequências negativas decorrentes da lógica implantada pela ideologia capitalista. Noutros termos, em que pese o fato de o ser humano ter a capacidade de sentir prazer (em termos meramente materiais), a ideologia capitalista, mascarada de realismo pragmático, potencializa tal “característica inata”, transformando-a naquilo que poderia ser classificado como mais um dos vícios que assolam a humanidade.

Imperiosa a colocação de Žižek acerca do “novo espírito” daquilo que foi por ele denominado “capitalismo cultural”:

No nível do consumo, esse novo espírito é o do chamado “capitalismo cultural”: fundamentalmente, compramos mercadorias não pela utilidade ou pelo símbolo de *status*; compramos para ter a experiência que oferecem, consumimos para tornar a vida prazerosa e significativa. Essa tríade lembra necessariamente a tríade RSI lacaniana: o Real da utilidade direta (comida boa e saudável, qualidade de um carro etc.), o Simbólico do *status* (compro

² Conferir a temática Biologia do Comportamento do Consumidor em <http://www.biocc.com.br/index.php?pagina=boletim>.

determinado carro para indicar meu *status* – ponto de vista de Thorstein), o Imaginário da experiência prazerosa e significativa. (2011, p. 53)

Não bastasse esse fato, tal realismo pragmático impulsiona o processo de constante autorrecriação do consumismo ou, conforme as palavras de Žižek (2011b, p. 62), “(...) ao não reprimir mais a falta de identidade fixa, a ideologia hegemônica mobiliza diretamente essa falta para sustentar o processo interminável de “autorrecriação” consumista”.

É consabido que não se pretende realizar um estudo aprofundado acerca das relações de consumo e de que maneira ela afeta diretamente o futuro da humanidade. Importa, ao menos nestas primeiras linhas, constatar como vem sendo forte, ao longo das últimas décadas, a influência dos aparelhos ideológicos de Estado na construção desta racionalidade abstrata do ser humano.

A mesma constatação foi notada por Althusser (1985, p. 77), que, exemplificando acerca da influência do Estado Moderno no processo social de educação, expõe como o aparelho ideológico escolar substituiu o aparelho ideológico representado pela Igreja, sendo aquele, notadamente após fim do período medieval, um dos principais responsável pela transmissão da ideologia neoliberal atualmente imperante.

(...) Afirmamos que o aparelho ideológico que assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o *aparelho ideológico escolar* “estabelecido pela *burguesia* em substituição ao aparelho ideológico de Estado político, (...) que, na realidade, substitui [também] o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família.

Trata-se daquilo que Paulo Freire (1983, p. 68). denominou de educação bancária, fulcrada nas chamadas manifestações instrumentais da ideologia da opressão:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segunda a qual esta se encontra sempre no outro.

A civilização ocidental moderna, conforme nos lembra Castoriadis (2009, p. 37),

(...) é instituída sobre a denegação obstinada de tudo o que não é funcional e instrumental, sobre a tentativa de destruir as significações e a

significação, sobre a banalidade infinita de uma visão pseudo-“científica” do mundo que é impostura e de um “progresso material” que é mentira, não somente ela tornará a grande obra de arte impossível (é o que está acontecendo no Ocidente – mas ela ressentirá tal obra como uma obscura ameaça, colocando em questão seus próprios fundamentos e se obstinará, instintivamente, contra ela.

Trata-se da incessante busca pela autonomia contra a heteronomia irracional e auto-ofuscante do capital.

Afinal, toda construção, fruto do imaginário social ou a ele inculcado, que impõe, seja através seja da força seja por intermédio de um controle ideológico velado, criando alguma modalidade de significação, trabalha com a ideia de heteronomia como fator de dominação, pois passa a ditar os caminhos da humanidade a partir de suas únicas – e inquebrantáveis – premissas. É a reprodução do sistema capitalista na escola e na vida das pessoas.

O mundo ocidental vive este dilema com o advento e tomada de posição hegemônica do sistema capitalista de produção no século XIX e, nos dias de hoje, com a catastrófica exurgência do capitalismo financeiro, que traduz o novo espectro do Poder Econômico.

É óbvio que por detrás de todo este *ethos* também existe um longo e avançado processo de industrialização cultural, de desvanescimento da sociedade civil motivado por uma lógica de mercado que impõe a pressuposição de uma racionalidade abstrata deste último, em tese apta a se antecipar na busca de soluções para as crises do sistema capitalista.

Se é bem verdade que a humanidade passa por um período histórico de intensa recessão, também o é o fato de que tal acontecimento foi mediatizado pelo comportamento cleptomaniaco do mercado financeiro, cujo maior ator econômico se encontra na figura dos *traders* situados nos corredores dos laboratórios de Wall Street. A causa imediata, contudo, vem a ser a crise da própria civilização ocidental, que insiste na execução de um modelo desenvolvimentista de crises financeiras, sem profundas análises reflexivas.

Faz-se mister tecer alguns comentários acerca dos três grandes pilares desta epocalidade, quais sejam, o surgimento do Estado Moderno, do Mercado e do Direito em nome de uma sociedade ainda amorfa.

1.1 O ESTADO MODERNO CAPITALISTA

O Estado Moderno serviu, como ainda serve, ao desenvolvimento do sistema capitalista através de uma relação patrilínea e hierárquica, ou seja, de subordinação, para com o Direito (MARTINEZ, p. 144), ainda nos idos do século XIX e início do século XX, o que nos remete aos ensinamentos de Hobbes, com seu Estado Leviatã (como segurança) e Maquiavel, com a sua famosa “razão de Estado” como fator de estruturação racional da sociedade civil com vistas ao desenvolvimento e aprimoramento das forças produtivas.

Conforme acentua Mézaros:

Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos / materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade. (2002, p.125)

Marx, em seu Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, aponta claramente a existência da chamada superestrutura jurídica criada pela burguesia a fim de dar validade às relações de propriedade surgidas e também maximizadas no período pós Revolução Francesa:

(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. (2005, p. 03)

Para Marx, o Estado é tanto uma organização política quanto uma ilusão. Para que possa funcionar, depende do direito e de uma ideologia, qual seja, a ideologia da classe dominante, a burguesia. Daí que se poderia indagar se os direitos humanos

não seriam, verdadeiramente, produtos culturais do ocidente, como parte desta ideologia “da grande mentira” que impera no universo ocidental (MORRISON, 2006, p. 311).

Giovanni Reale e Dario Antiseri (2005, p. 203) também apresentam o entendimento marxiano clássico acerca dos interesses da burguesia com o advento da figura do aparelho estatal, conforme assentado abaixo:

Na realidade, Marx pensava que, abolida a propriedade privada, o poder político se reduziria gradualmente, até se extinguir, como disse Engels. Com efeito, para Marx, o “Estado nada mais é do que a forma de organização que os burgueses criam por necessidade (...), a fim de garantir reciprocamente suas propriedades e seus interesses. Por isso, quando não mais houver propriedade privada nem existirem mais as classes sociais, como podemos ler na Miséria da Filosofia, “não haverá mais nenhum poder político propriamente dito”. Como efeito, o poder político nada mais seria que a violência organizada de uma classe para a opressão da outra.

Ainda com relação à abordagem referente ao aparelho estatal, tem-se que este foi precedido por uma comunidade de indivíduos livres e iguais que possuíam e controlavam comunitariamente seus produtos e que, após o desenvolvimento da divisão do trabalho e da correspondente ascensão das relações de classe (a propriedade privada era o meio utilizado para mediar os conflitos entre as classes), o criaram através do abandono de sua liberdade individual em favor de uma “proteção social”.

O direito moderno exprime desejo, o direito envolve a vontade, esta exprime a transformação da vontade humana em uma legislação criadora de uma estrutura de regras e mecanismos reguladores, ou um anúncio autoritário, da parte de um juiz, da posição do direito no caso que estiver sendo julgado, mas estaremos adentrando o terreno da mistificação se acreditarmos que o objetivo de tal vontade é apenas um instrumento de progresso ou uma expressão da consciência social progressiva. Não devemos ficar cegos à realidade de dominação inerente ao direito. Os interesses de classe devem ser um poderoso componente do poder legal. (MORRISON, 2006, p. 311)

Desta forma, tem-se que o Estado Moderno, de Direito, possui uma nítida relação de complementaridade com o Mercado ou, melhor dizendo, com o sistema capitalista, e a razão desta imbricação está fulcrada no fato de que o Estado Moderno possuía, como ainda possui, a finalidade precípua de concentrar suas riquezas para fins de expansão da economia internacional, enquanto o sistema capitalista estava imbuído de expandir os poderes deste mesmo Estado Moderno através da maximização de

suas zonas de influência e o conseqüente incremento dos níveis irrefreados de concentração de acumulação de capitais.

Tal expansão se deveu, num primeiro momento, ao período colonial, seguido do avanço liberal, até os tempos atuais. Daí definir-se o Estado Moderno como sendo “(...) uma superestrutura política representativa do capital. O Estado Moderno é o eixo, o suporte funcional (político-administrativo), a força agregadora, a força motriz do capitalismo nascente” (MARTINEZ, 2006, p. 145).

Bastante elucidativos são os contornos promovidos por Martinez (2006, p. 147) com relação à complementaridade existente entre o Estado Moderno e a Economia capitalista quando de seu surgimento, ainda no início do século XIX, nos seguintes termos:

Assim, o Estado Moderno é a forma e a roupa do capital é ainda, mais precisamente no que nos interessa, a vestimenta íntima, é a roupa de baixo do Estado Capitalista. Essa movimentação histórica vem desde o Estado Hobbesiano, passando pelo liberalismo clássico até o constitucionalismo americano. A diferença com os dias de hoje é que vivemos a enésima fase histórica do Estado Moderno. No entanto, continua a concentração de poder e a centralização da produção (a centralização do controle social), como forma política e jurídica de controle, dominação e reificação do trabalho (“a objetividade reificada”: o trabalho como “fator material de produção”). Porém, há sutilezas, como por exemplo a própria forma jurídica do Estado de Direito Capitalista.

Mészáros, autor de “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”, aponta que:

Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade (2002, p.125).

A explicação conferida por este autor com vistas a elucidar a relação interposta existente entre o Estado (Direito) e a Mercado (Capital) detém o mister de trazer a baila o tema central do presente estudo, qual seja, após a ruptura entre o Mercado e a sociedade civil e, mais além, entre a cisão da própria figura do Estado de Direito Capitalista e a sociedade civil, relegada que foi à mera condição de consumidora de produtos e serviços, quem seriam os atores desta nova situação pós-social e qual seria o novo conceito de racionalidade construído por sobre os escombros das políticas neoliberais do último quartel de século XX e início do século XXI?

A percuciente análise de Mészáros (2002, p. 123) pontua como imprescindível a emergência do Estado Moderno, ante a necessidade premente da promoção de uma política de “controle metabólico do capital”, a fim de que a realidade não seja transformada em microcosmos socioeconômicos inidentificáveis, inaptos, portanto, de se totalizarem e de serem coordenados espontaneamente, dada a força disruptiva (descentralizadora) de sua estrutura centrífuga [do capital], ou seja, por força de sua incontível e virulenta gana pelo lucro obtido através das relações de produção e das próprias transações financeiras.

Também Engels (1973, p. 229), ainda em 1884, asseverou que:

Para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não se consumam a si próprios nem à sociedade numa luta vã, um poder aparentemente acima da sociedade tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo dos limites da “ordem”; esse poder, nascido da sociedade mas colocado acima dela, e que cada vez mais se aliena, é o Estado.

Noutras palavras, o controle metabólico desta *Quimera* torna imperioso o fato de conferir coesão aos microcosmos constitutivos do capital, coesão esta conferida pelo *Behemoth*, o Estado de Direito Capitalista.

Mészáros baseia-se em Marx ao estatuir que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém” (apud Mészáros, 2002, p. 467).

Recorda Martinez (2006, p. 146) que:

É interessante notar que normalmente se associam às forças centrífugas, dissipativas do foco e do núcleo do poder, ao Estado Medieval, dada a própria dispersão dos centros de controle e de comando político e normativo. E aqui vimos essa força dispersiva na ordem da própria estrutura do capital, dado o crescimento exponencial das forças produtivas (pensemos, na linha histórica, nos níveis de transformação de 1750 para cá). O Estado Moderno atua como mecanismo aglutinador das forças disruptivas do capital – daí o Estado Moderno ser um tipo de eixo do capital e não só a mera superestrutura, mas sim parte integrante da engrenagem, ou seja, do metabolismo.

Seria desta maneira que se “domestica”, conforme as palavras de Martinez (2006, p. 146), “esta força expansionista em que se agregam o político, o econômico e o jurídico” ou, conforme as palavras de Mészáros (2002, p. 124), “(...) que se redefine de maneira viável o significado do *bellum omnium contra omnes hobbesiano* no sistema do capital, presumindo-se que não haja limites para a expansão global”.

Por esta razão, segundo o seu escólio, a crise estrutural do capital, que à época da publicação da obra de István Mészáros (ano de 2002) vivia o fenômeno da bolha tecnológica (precursora da própria bolha imobiliária, das hipotecas *subprime*), é nada menos do que a confirmação de suas forças produtivas, que acabaram se transmutando em forças destrutivas que atingiram frontalmente os três grandes pilares de sustentação da modernidade (ou pós-modernidade, como querem alguns) (Estado, Direito e a própria Economia).

Tal fato impôs à humanidade, notadamente à sociedade civil, um desafio incontornável, que seria, segundo o seu entendimento, a escolha de uma alternativa radical (revoluções, guerras), sob pena da progressiva degradação das potencialidades humanas (MÉSZAROS, 2002, p. 467).

Trata-se aqui, portanto, de uma visão um tanto quanto pessimista das próximas cenas desta trama planetária que, a despeito da imprevisibilidade do futuro, dá sinais, por força de movimento sociais (modalidade de *self government* ou comunidades autônomas) como o até então pacífico *Occupy Wall Street*, iniciado em 17 (dezessete) de setembro de 2011 – que já conta com a adesão de membros da sociedade civil de mais de 80 (oitenta) países do globo -, que sinaliza uma alteração pontual na construção de uma nova ética planetária, com o sepultamento paulatino da ideologia hegemônica do mercado.

Com o advento do neoliberalismo no século XX, mais especificamente a partir da década de 1960, o sistema capitalista de produção, que já vinha demonstrando sua insofismável hegemonia desde a Primavera dos Povos, assinou sua carta de euforia, reduziu ao mínimo as políticas do então superado Estado de Bem Estar Social e afastou, conseqüentemente, a sociedade civil e seus atores, relegando-os à qualidade de meros consumidores de produtos e serviços num novo *ethos* caracterizado pela social-democratização.

As constantes crises envolvendo questões econômicas tem ocorrido a intervalos de cerca de dez anos nas últimas décadas. A única exceção contemporânea teriam sido os 26 (vinte e seis) anos ulteriores ao término da segunda guerra mundial. Atribui-se tal fato, dentre outros fatores, ao forte processo de regulações decorrentes do pensamento keynesiano.

Stiglitz sustenta que (2010,p. 344)

O professor Franklin Allen, da Wharton School da Universidade da Pensilvânia, e Douglas Gale, da Universidade de Nova York, oferecem uma interpretação convincente para essa ausência de crises nos primeiros 26 anos depois da segunda guerra mundial: o reconhecimento universal da necessidade de regulações fortes. Essa maior estabilidade pode ter sido um dos fatores que favoreceram o alto índice de crescimento durante o período. A intervenção governamental pode ser a explicação para essa maior estabilidade econômica, assim como para o rápido crescimento e para a maior igualdade que caracterizam o período.

Feita esta observação, consigna-se que a completa ruptura entre Estado Moderno e a sociedade civil, contudo, deu-se a partir do mês de novembro do ano de 1989 (dias após a queda do Muro de Berlim, ocorrida em 09/11/1989), quando da colocação em pauta, pelos Estados Unidos da América, das medidas provenientes de um encontro cujo nome convencionou-se denominar de Consenso de Washington, medidas estas fundamentadas nas ideias do economista John Williamson, do Instituto Internacional para a Economia (IIE), em Washington, que traduziu na elaboração de um conjunto de medidas (disciplina fiscais).

O sentido do político, que deveria espalhar em toda a sociedade civil, perdeu sua magnitude, haja vista que a humanidade perdeu a sua capacidade de reação ou, como será por bem analisado no próximo capítulo, teve-a arrancada a força pelo “tratamento de choque” capitaneado pela Escola de Chicago como representante da doutrina neoliberal e pelos respectivos Estados que, ou por imposição ou pela aceitação, implantaram o modelo econômico neoliberal, a exemplo da grande maioria dos países do Cone Sul e da Europa Oriental.

Morin (2011, p. 181-2) afirma que:

A crise da política se agravou. Sobre as ruínas do socialismo, dito real, na crise da ideia de revolução e da ideia de progresso, na esclerose da social-democracia, na tola ideia de modernizar, quando a modernidade se encontra em crise, na cequeira do neoliberalismo que pretende resolver tudo pela concorrência e pelo livre mercado, no “dia a dia” das políticas reduzidas à adaptação, à economia e ao culto do crescimento, não há mais esperança de futuro, mais vontade de regeneração democrática, mais busca de uma economia que seria plural, mais objetivo a longo termo nem perspectiva planetária.

Daí provém a ruína do pensamento político. A crise da civilização lhe é invisível, a crise planetária lhe é invisível. Ele é incapaz de enunciar propostas alternativas para a crise. É incapaz de formular uma política de civilização e uma política de humanidade.

Consubstanciam-se elas na redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de Mercado, câmbio de Mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação, ou seja, a mínima intervenção do Estado na economia e direito à propriedade intelectual.

Touraine (2011, pp. 50-51) assevera que:

Desta forma, vimos constituir-se, após a rejeição brutal do pensamento keynesiano nos Estados Unidos, uma aliança quase funcional entre os neoclássicos e os neokeynesianos. Este novo campo de pensamento dominante se construiu às voltas de princípios clássicos e fundamentais, como a hipótese do comportamento racional dos atores na busca de seus interesses e a construção de um equilíbrio geral a partir da relação destes atores racionais e, conclusão lógica, na capacidade do mercado de restabelecer seus próprios equilíbrios no momento em que são ameaçados. (...) este pensamento econômico poderia ser considerado, portanto, como uma expressão ideológica desta hegemonia [hegemonia americana após sua vitória sobre o sistema soviético ao final da guerra fria], sobretudo quando ela não deixa nenhum espaço ao estudo dos atores sociais ou políticos, preteridos pelo modelo do ator econômico racional, pois ela não dominou em igual medida todos os centros de pesquisa econômica.

O transcurso da história demonstrou de maneira irrefutável que o entendimento segundo o qual a racionalidade do mercado deve se anteciper à racionalidade dos atores é uma imensurável falácia.

Tal assertiva é corroborada com o comportamento ganancioso dos chamados *traders*, operadores de mercado, que em seus laboratórios financeiros criam produtos tóxicos, como os fundos de cobertura ou de derivativos (*hedge funds*), que vem a ser uma das aplicações financeira mais agressivas do Mercado de capitais, e as hipotecas *subprime*, ou seja, créditos hipotecários fornecidos a tomadores de empréstimos que, por conta de sua maior dificuldade em comprovar renda, oferecem maior risco, com a ciência de que, a curto prazo, ocasionarão dividendos altíssimos aos cofres de suas instituições e aos seus próprios cofres (os chamados *primes*).

Quer-se dizer com isso, que, a longo prazo, originarão prejuízos irrepetíveis aos seus adquirentes, que traduzem, em sua maioria, os atores da sociedade civil, inclusive os próprios detentores dos meios de produção (capitalismo industrial), relegados a uma condição de menor destaque pelo capitalismo financeiro e o seu mais novo filão, o capital especulativo “*kleptomaniac*” (cleptomaníaco), terno

cunhado por Michael Moore em diversas entrevistas concedidas à mídia internacional após início das manifestações *Occupy Wall Street*.

Especulação, grosseiramente falando, significa produzir dinheiro com o próprio dinheiro. A lógica da modernidade ou paradigma do pensamento moderno fica, contudo, claramente evidenciada nas seguintes colocações de Joseph Stiglitz, segundo a qual:

(...) Quando cobramos alíquotas de impostos sobre as atividades de especulação que são muito mais baixas do que as incidentes sobre os que trabalham duro para ganhar a vida, não só estamos encorajando os jovens a procurar os setores especulativos, como também dizendo que atribuímos à especulação um valor mais alto. (2010, p. 389)

A relação Estado entre a Sociedade Civil e a Economia, ainda no início da década de 1990, já não era mais a mesma.

Os Estados Unidos e os países sob sua influência direta ou indireta foram açambarcados por um novo pacote de medidas neoliberais que, a despeito de não serem idênticas nos diversos países influenciados, “parceiros” do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, agências do governo norte-americano e multilaterais, caracterizou-se pela identidade de três regras básicas, quais sejam: desregulamentação dos Mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. Explica-se:

A desregulamentação dos Mercados sinaliza a ideia cardeal da doutrina liberal baseada no capitalismo *laissez-faire*³ (deixai fazer), ou seja, a lógica segundo a qual o aparelho estatal não deve promover intervenções na economia, pois, segundo os seus defensores, a exemplo de Friedman e Hayek, as regulações acabariam por desacelerar a economia, ocasionando prejuízo à sociedade.

Com a abertura comercial, os países que a aplicam poderão elevar o nível de seu desenvolvimento tecnológico, pois acabam por absorver tecnologia oriunda dos países desenvolvidos, vindo a aumentar o seu crescimento por força do consequente aumento de sua produtividade.

Com relação à redução do papel do Estado, tem-se que tal medida inclui:

³O termo *laissez-faire* vem da época do capitalismo selvagem do mercantilismo.

(...) o corte e a reorientação dos gastos públicos, a redução do Estado a dimensões mínimas – administração da Justiça, segurança externa e a manutenção da ordem interna – e a privatização das demais funções públicas, incluindo as políticas de proteção social” (PEREIRA, 2000, p. 126)

Com isso, portanto, deu-se o epifenômeno do encobrimento da sociedade civil, o que, em menos de duas décadas, culminou com a exurgência da crise financeira mundial, ou seja, aproximadamente três anos antes do desencadeamento da manifestação de *self government* auto-denominada *Occupy Wall Street*.

No contexto histórico em que se escreve o presente trabalho, ou seja, no segundo semestre do ano de 2011, constata-se a completa ruptura entre a economia “real” e o capitalismo financeiro e, o pior, uma inquestionável fratura entre o complexo de relações econômicas que sustentam a economia mundial – e dos respectivos Estados – e a vida social, o mundo da vida, enfim, a sociedade civil.

Touraine (2011, p. 32) enfatiza esta assertiva da seguinte forma:

Entretanto, esta ruptura interna da atividade econômica igualmente comporta outra significação, visto que, para além da ruptura entre o capitalismo financeiro e a economia “real”, percebemos outra separação, mais ampla, entre o conjunto das atividades econômicas e a vida social, cultural e política, agravada pela globalização. É assim que não somente a economia financeira se separa da economia real, mas que a vida econômica em seu conjunto se separa do resto da sociedade, ameaçando destruir as instituições onde são elaboradas as normas e os modos de negociação sociais.

É possível notar como Touraine aborda a ruptura entre o capitalismo financeiro e a economia “real”. Não se concorda com a expressão “ruptura”. Entende-se que o que realmente ocorreu aqui foi uma supervalorização do capitalismo financeiro, virtual, especulativo, em detrimento das relações de produção que consubstanciam a economia real. Esta última expressão foi muito bem definida por Stiglitz nos termos que segue:

A ideia mais importante da tarefa de lidar com o rastro de consequências de uma crise é simples: as crises não destroem os ativos reais de uma economia. Os bancos podem quebrar. Muitas firmas e famílias podem ir à falência. Mas os ativos reais são basicamente o mesmo de antes – os mesmos edifícios, as mesmas pessoas; o mesmo capital humano, físico e natural. O que acontece em uma crise é a erosão da confiança e o enfraquecimento do tecido institucional da sociedade, à medida que os bancos e as firmas se aproximam da falência e a economia de mercado se vê às voltas com batalhas sobre o controle de propriedade. (2010, pp. 109-10)

Esta “ruptura” entre o capitalismo financeiro e a economia “real” de que fala Touraine deve, então, ser mais aprofundada. As transações ligadas direta ou indiretamente aos laboratórios franksteinianos de Wall Street não envolvem unicamente os Estados Unidos; trata-se de um fenômeno global com consequências multidimensionais. O capitalismo financeiro, então, encontra-se intimamente ligado à economia real em níveis globais.

Logo, não se pode deixar de considerar que a manutenção deste *êthos* (Wall Street e a atividade especulativa que traduz a sua essência – capitalismo financeiro) dependia do resgate bilionário promovido pelo governo norte-americano.

Em consequência, os que pregam a necessidade de abandonar a especulação financeira e voltar à “economia real”, produzindo bens para satisfazer as necessidades das pessoas reais, não percebem o verdadeiro propósito do capitalismo: impulsionar e aumentar a circulação financeira por ela mesma é sua única dimensão do Real, em contraste com a realidade da produção. Essa ambiguidade ficou visível na crise recente, quando fomos bombardeados por apelos ao retorno à “economia real” e lembrados ao mesmo tempo de que a circulação financeira, o sistema financeiro sólido, é o fluido vital de nossa economia. (...) O *slogan* populista “salvem o povo das ruas, não Wall Street!” é totalmente enganoso, uma forma de ideologia em seu grau mais puro, porque passa por cima do fato de que, no capitalismo, o que sustenta o povo das ruas é Wall Street! Sem ela, o povo das ruas se afogará no pânico e na inflação (ŽIŽEK, 2011, p. 25).

O desvanescimento da sociedade civil, provocada não somente pela crise financeira mundial, mas também pela própria onda neoliberal de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado, que reduziu excessivamente sua qualidade de árbitro dos atores sociais em conflito, acarretou, por conseguinte, uma abrupta decaída de representatividade dos sindicatos, provocada também pelo constante processo de fragmentação das classes sociais, originando grupos a cada dia menos influentes (TOURAINÉ, 2011, p. 68).

(...) não vivemos mais em uma sociedade onde as classes sociais disputam entre si a repartição do resultado final da produção, e o Estado age menos como um árbitro entre atores sociais em conflito do que como mediador entre a economia nacional e seus adversários, que interferem nos mercados internacionais. (...) Por sua vez, o Estado de 2010 já não tem praticamente mais nada em comum com seu homólogo de 1936, e com o New Deal (TOURAINÉ, 2011, p. 41).

Chega-se, então, ao resultado de mais de um século do denominado Estado Capitalista de Direito que, ao que tudo indica, aos poucos vai dando lugar a uma – e

não se sabe dizer até desejada – nova ordem econômica internacional, onde o Sistema Financeiro Internacional impõe a sua hegemonia econômica e política, interferindo, como no caso da Grécia e Itália, na soberania nacional.

1.2 O SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Os anos que perfazem o período de 1848 a 1870 e que marcam o período de surgimento do capitalismo industrial viram mais guerras do que os 30 (trinta) períodos precedentes e 40 (quarenta) que o sucederam, tanto é que, nos séculos que se seguiram, a implantação do sistema capitalista de produção, fez mais vítimas do que alguns conflitos existentes durante o mesmo período, vinda a se chamar “tratamento de choque”.

Cite-se como exemplo autores como Joseph Stiglitz, um dos mais aclamados economistas do Mundo e Naomi Klein, jornalista, escritora e ativista canadense, autora da obra *A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre*.

Talvez não se possa vislumbrar, quando se pensa em termos de tutela aos direitos humanos, o quão forte foi constatar que a Revolução Industrial acabou aglutinando o brilho da Revolução Francesa.

O Mundo nunca mais foi o mesmo após o advento daquela e, por conseguinte, a Era do Capital significou a exurgência – e consequente maximização – do desejo dos países “desenvolvidos” pela acumulação incosequente e desenfreada de capital.

Com a revolução de 1848, que abre este volume, a antiga simetria quebrou-se, a forma modificou-se. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou. (...) Tudo falhou, universalmente, rapidamente e – apesar de isto não ter sido reconhecido por muitos anos pelos refugiados políticos – de forma definitiva. Desde então, não iria mais ocorrer nenhuma revolução social geral do tipo buscado antes de 1848 nos países “avançados” do mundo. O centro de gravidade destes movimentos revolucionários sociais, e depois dos regimes socialistas e comunistas do século XX, iria ter seu lugar em regiões marginais e atrasadas, enquanto que no período que este livro lida, movimentos deste tipo iriam permanecer episódicos, arcaicos e “subdesenvolvidos”. A súbita, vasta e aparentemente inesgotável expansão da economia capitalista mundial forneceu alternativas políticas aos países

"avançados". A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa) (HOBSBAWN, 2011, p. 18).

Iniciou-se o processo de expansão imperialista, em que os povos ditos "inferiores", "subdesenvolvidos", acabaram se vendo espoliados de suas terras, suas riquezas, suas vidas.

A Primavera dos Povos, uma série de revoluções ocorridas na Europa e que tiveram início no ano de 1848, havia fracassado e os trabalhadores europeus, severamente castigados pelas péssimas condições de trabalho e ínfimos salários, posto excedessem em número, não dispunham de meios de organização efetiva, eficiente e eficaz aptos a ir de encontro às deletérias condições em que se encontravam. A fome coletiva, somada ao excesso de trabalho e doenças, impedia que esta grande massa pudesse oferecer resistência àquela nova classe social em plena ascensão. Hobsbawn (2011, p. 38) acentua que:

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltava-lhes organização, liderança, e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram porém demasiadamente fracos para fazer algo mais do que ameaçar seus inimigos. Suas forças eram desproporcionalmente efetivas, pois estavam concentrados em massas famintas nos lugares mais sensíveis, ou seja, as cidades maiores, especialmente as capitais.

A Primavera dos Povos, primeira revolução em que os socialistas ou, mais especificamente, os comunistas, assumiram a frente desde o início "(...) fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as 'forças do progresso' unidas, mas entre a 'ordem' e a 'revolução social'".

Os revolucionários aspiravam a derrubada do sistema capitalista de produção mas não sabiam ao certo o que o iria substituir. O próprio Marx encontrou dificuldade em definir o que viria após o desvanecimento do Estado moderno ou abstrato e do sistema de economia capitalista que o sustenta.

Os conflitos sociais do início do século XIX legaram à humanidade uma mensagem bem clara: a classe média, o liberalismo, a chamada democracia política, o nacionalismo e até mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento histórico em diante, presenças permanentes no panorama político do mundo

desenvolvido.

No período de 1857 a 1873 a Europa vivenciou aquilo que Hobsbawn(2011, p. 48) denominou simplesmente de “depressão”, tratando-se da interrupção da época de ouro do crescimento capitalista, mas o crescimento continuou, só que em menores proporções, o que foi acompanhado pela unificação da Alemanha e da Itália, quando, importa mencionar, radicalização revolucionária dos operários já estava superada.

As crises econômicas que acometeram o século XIX não tiveram o condão de desacreditar a sociedade daquela época, haja vista que, conforme muito bem denominado por Marx, o período em questão vivenciou o advento daquilo que ficou conhecido como “suprema realização”, qual seja, a estrada de ferro, o vapor e o telégrafo, com a irrefreável maximização das transações comerciais.

Foi, contudo, a liberação da iniciativa privada, talvez a primeira grande consequência dos fatos ora relatados e, ao mesmo tempo, o grande elemento motivador da construção de um *ethos* de profunda esperança com relação às décadas – que sabe séculos – vindouros. Hobsbawn (2011, p. 48) aponta que:

Observadores da época também teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, engenho com o qual, todos concordam, o progresso da indústria ganhou força. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico.

As barreiras institucionais sobreviventes ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial. O que torna esta suspensão geral de barreiras tão extraordinária é que ela não estava limitada aos estados onde o liberalismo político era triunfante ou mesmo influente.

A legislação acerca da usura acabou por perder suas forças em países como a Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha durante os anos de 1854 e 1867. Para além deste fato, o exército de trabalhadores excedentes (desempregados) garantiam os baixos salários dos trabalhadores e as altas jornadas (HOBBSAWN, 2011, p. 54).

A primeira crise mundial do tipo moderno se deu no ano de 1857, que se iniciou nos Estados Unidos, naquilo que viria a ser o primeiro colapso bancário em Nova York (HOBSBAWN, 2011, p. 81).

A tecnologia moderna colocava qualquer governo que não a dispusesse a mercê de qualquer outro que a possuísse. Desde as primeiras décadas do século XIX a estrutura formal internacional passou a divergir da estrutura real.

O capitalismo passa a estar presente onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano sejam executadas pelo método da atividade empresária, e um estabelecimento racional como um estabelecimento com contabilização do capital.

Passou-se a utilizar a expressão "espírito do capitalismo" para descrever a atividade que busca o lucro racional sistemático (DOBB, 1987, p. 15).

Coadunando com o exposto nos últimos parágrafos, Hobsbawn (2011, p. 119) sustenta que:

De qualquer forma, por razões práticas o liberalismo permaneceu no poder, pois representava a única política econômica que se acreditava fazer sentido para o desenvolvimento ("Manchesterismo", como os alemães chamavam), assim como, aceitava-se quase que universalmente, ser o representante da ciência, razão, história e progresso para aqueles que tivessem qualquer idéia que fosse sobre esses assuntos. Neste sentido, quase todo chefe de estado e funcionário público, nas décadas de 1850 e 1860, era um liberal, fosse qual fosse sua filiação ideológica, assim como hoje ninguém o é mais. Os próprios radicais não tinham alternativa viável ao liberalismo. Em qualquer situação, juntar-se com a genuína oposição contra o liberalismo era impensável para eles, talvez mesmo impossível. Ambos faziam parte da "esquerda".

O liberalismo estava, portanto, demasiadamente comprometido com a ortodoxia do *laissez-faire* econômico para se preocupar seriamente com uma política de reforma social. Nesta época, o termo "socialista", diferente de "comunista", era utilizado para definir todos aqueles que em seu discurso pregasse ação econômica do Estado e reforma social, tendo permanecido desta forma crescimento generalizado de movimentos socialistas de trabalhadores na década de 1880.

A colonização e repartição do mundo em zonas de influência acabaram criando regiões extremamente dependentes no planeta, sendo que no final do século XIX ao

menos dois já haviam sofrido compulsoriamente a "ocidentalização" pela dominação européia, ou ainda se encontravam em pleno processo de "ocidentalização", quais sejam: as antigas colônias das Américas e as "atuais" nas diversas partes do mundo.

A América Latina tinha emergido do *status* colonial espanhol e português como um agregado de estados tecnicamente soberanos, nos quais instituições e leis liberais de classe média do tipo conhecido do século XIX (inglês e francês) foram impostas por sobre a herança institucional portuguesa e espanhola do passado, sobretudo um colorido catolicismo romano passional e profundamente enraizado, característico da população local – que era índia, mixada e em grande parte africana na zona do Caribe, assim como na costa do Brasil (HOBSBAWN, 2011, P. 133).

As ideologias do "processo" implantadas pelo norte desenvolvido nos países rotulados como desenvolvimentistas culminou num processo de destruição cultural dos povos nativos. Tempos depois, já no século XX, foram os Estados e a chamada Escola de Chicago que assessoraram uma onda considerável de ditaduras sangrentas, a exemplo de Pinochet no Cone Sul.

Hobsbawn (2011, p. 163) salienta que:

As ideologias do "progresso" que envolviam latino-americanos cultos não eram apenas aquelas do liberalismo dos franco-mações ou benthamitas "iluminados", que tinham sido tão populares no movimento de independência. Na década de 1840, várias formas de socialismo utópico tinham capturado intelectuais, prometendo não apenas perfeição social mas desenvolvimento econômico, e de 1870 em diante o positivismo de Augusto Comte penetrou profundamente no Brasil (cujo lema nacional ainda é o comtiano "Ordem e Progresso") e no México, em escala menor. Portanto, o "liberalismo" clássico ainda prevalecia. A combinação da revolução de 1848 com a expansão capitalista mundial deu aos liberais sua chance. Eles trouxeram a destruição real da antiga ordem legal colonial. As duas reformas mais significativas foram a liquidação sistemática de qualquer propriedade da terra que não fosse propriedade privada e sobretudo um feroz anticlericalismo, que chegou a abolir os privilégios de propriedade da igreja.

O capitalismo, ao longo do século XIX, evoluiu de 04 (quatro) maneiras, haja vista que o século XIX viu uma nova era tecnológica, sendo que ao seu final deixava de ser representada unicamente pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial, o surgimento da chamada economia de Mercado de consumo doméstico, iniciada nos Estados Unidos da América, a transição da era liberal basicamente adstrita ao monopólio industrial inglês para uma era pós-industrial fundada numa

competição internacional entre economias industriais nacionais rivais (basicamente inglesa, alemã e norte-americana) (HOBBSAWN, 2011, p. 308).

A competição levava, portanto à concentração econômica, controle de mercado e manipulação. Para citar um excelente historiador:

O crescimento econômico era agora também luta econômica – luta que servia para separar os fortes dos fracos, desencorajar uns e estimular outros, favorecer as novas nações famintas às expensas das velhas. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza e um sentimento de agonia, no sentido tradicional da palavra. Tudo isto fortalecia e por seu turno era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se naquele surto final de fome por territórios e na caça por "esferas de influência" que tem sido chamada de Novo Imperialismo (LANDES, 1969, pp. 240-241)

A ideologia capitalista ou melhor dizendo, o “paradigma iluminista instrumental utilitarista” (KROHLING, 2011, p. 48), mostrava sua face e passava a dizer para os quatro cantos do Mundo o que queria. O mundo passava para o período do imperialismo, momento histórico que acabou por estruturar a civilização ocidental nos moldes do racionalismo eminentemente instrumental, um mundo dividido, em termos utilitaristas, entre países “desenvolvidos” e países “em desenvolvimento”.

1.3 A MORAL UTILITARISTA

O paradigma iluminista instrumental utilitarista dominou e ainda domina a modernidade planetária, notadamente como elemento justificador do sistema capitalista e de aplicação deturpada dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade oriundos da Revolução Francesa.

Conforme já salientado, a humanidade enfrentou com o avanço neoliberal um intenso processo de desvanescimento dos atores sociais, fruto da implantação de uma racionalidade instrumental que a “elevou” à categoria de mera consumidora de produtos e serviços.

Rumo à mais recente situação pós-social, a sociedade civil, combatida pela crise da civilização ocidental que, até o presente momento, alcançou o seu clímax com os ataques de 11 de setembro de 2001 e com a crise mundial cujo satélite mostrou-se ser a própria economia norte-americana, necessita promover urgentemente a tessitura de um novo *ethos*.

Como a moral utilitarista serviu de sustentáculo para a implantação de políticas neoliberais ao redor de todo o globo, mister se faz uma análise mais aprofundada de seus pressupostos, a fim de que o processo de reconstrução do sujeito possa abandonar os equívocos do passado e seguir rumo a uma nova mentalidade socio-político-econômica planetária.

Pois bem, a busca irrefreável pela felicidade, pelo prazer, tornou-se elemento fulcral da moral utilitarista. Ocorre, no entanto, que nem a felicidade nem o prazer podem ser facilmente definidos ou até mesmo “sentidos” pelos indivíduos socialmente considerados, variando tal constatação da análise de uma série de elementos sociais, como a educação e a cultura, haja vista que seria perfeitamente admissível que uma ação, por muitos considerada como consequencialmente infeliz para quem a executou, possa, ao revés, ser considerada verdadeira fonte de felicidade.

O que ocorre com a visão ocidental de mundo é que a felicidade e o prazer são individualizados. O liberalismo econômico confere aos atores sociais “iguais condições” de alcançar o sucesso almejado, sendo esta controvertida isonomia uma das grandes causas da crescente desigualdade social em inúmeros países do globo, a exemplo do próprio Brasil que, em termos de produto interno bruto, revelou-se um dos mais ricos do planeta.

Como será por bem analisado nas próximas linhas, o utilitarismo, especialmente após a contribuição científica prestada por John Stuart Mill, mereceu encômios.

Ocorre, no entanto, que sua concepção serviu aos ideais do progresso técnico nascente, oriundo do advento da modernidade. Ao exarcerbar o progresso como fonte precípua de prazer e felicidade, a moral utilitarista, plasmada na razão instrumental, dita as regras do comportamento humano, conduzindo às regras e temperamentos polarizantes do mercado de consumo.

Institutos de economia, a exemplo da otimalidade de Pareto, tem o condão de legitimar situações de extrema desigualdade social, pois aferem a riqueza em si de uma nação sem levar em consideração indicadores sociais referentes à justiça distributiva.

Antes de adentrar nos contornos da moral utilitarista, mister apresentar as duas supostas origens para o pensamento econômico, para logo após estabelecer as principais características do instituto objeto deste estudo.

1.3.1 Pontos de contato entre a ética e a economia

Para Aristóteles, o homem é *zoé*, ou seja, vida nua, mera existência biológica, mas que por conta do atributo da linguagem, que os seres vivos não tem, possui uma existência política, ou seja, o mesmo passa da qualidade de *zoé* à qualidade de *politikón zôon* (animal político). Como para este filósofo o homem não ingressa na *pólis* por qualquer motivo, mas sim para “bem viver”, entende ele que todas as ciências, inclusive a própria economia, possuem em sua cadeia genética este mister. Segundo ele (1980, pp. 1-7),

(...) como, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência precisa incluir as das outras, para que essa finalidade seja o bem para o homem. (...) A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa.

Percebe-se, numa primeira análise, que foi Aristóteles quem, aparentemente num primeiro momento, acentuou que a acumulação de riqueza não perfaz a finalidade precípua do ser-no-mundo do homem.

O pai da economia moderna, Adam Smith, foi professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow, situada na Escócia. Os ensinamentos de economia legados por Adam Smith traduzem o seu olhar como sendo voltado unicamente para os assuntos referentes à natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho, o que redundaria num distanciamento de todas as matérias referentes à ética e à economia.

Tal realidade, contudo, não condiz com a visão propugnada pelo autor em questão. Sua obra é dotada de inúmeras passagens em que ficam claras a importância da sociabilidade e da própria ética quando do confronto com suas realidades econômicas, o que significa dizer que a economia clássica foi gestada no âmago da ética.

A interpretação errônea da postura complexa de Smith com respeito à motivação e aos mercados e o descaso por sua análise ética dos sentimentos e do comportamento refletem bem quanto a economia se distanciou da ética com o desenvolvimento da economia moderna. Smith de fato deixou contribuições pioneiras ao analisar a natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho e, como essas contribuições são perfeitamente condizentes com o comportamento humano sem bonomia e sem ética, as referências a essas partes da obra de Smith têm sido profundas e exuberantes. Outras partes dos escritos de Smith sobre economia e sociedade, que contém observações sobre a miséria, a necessidade de simpatia e o papel das considerações éticas no comportamento humano, particularmente o uso de normas de conduta, foram relegadas a um relativo esquecimento à medida que essas próprias considerações caíram em desuso na economia. (SEN, 2008, p. 44).

Prova disso é o fato de que se ensinava (SEN, 2000, p. 18) “(...) economia em Cambridge simplesmente como parte do “*Moral Science Tripos*””, o que traduz apenas um exemplo do diagnóstico clássico da natureza da ciência econômica.

Robbins (1935, p. 148), em sua obra *An essay on the nature and significance of economic science*, afirmou que “não parece logicamente possível associar os dois estudos [economia e ética] de forma nenhuma além da justaposição”, ciente de que esta posição, à época, encontrava-se desprovida de qualquer fundamento, a despeito de estar em voga nos dias de hoje.

Sen (2008, pp. 19-20) aponta que é possível estabelecer duas origens para a economia, ambas intimamente relacionadas à política de maneiras bastante diversas. A primeira estaria ligada à ética e a segunda àquilo que se poderia denominar de “engenharia”. A primeira origem para a economia é aquela atribuída à própria ética de Aristóteles (1980, p. 2), que pressupunha que ainda “(...) que valha a pena atingir esse fim para um homem apenas, é mais admirável e mais divino atingi-lo para uma nação ou para cidades-Estados”.

A origem “engenheira” da economia leva em consideração questões de mera aparelhagem, de logística, quando então Sen (2008, p. 20) rememora a primeira obra que, desde os tempos de Aristóteles já demonstrava um indicativo de origem

para o surgimento da economia – *Arthasãstra* -, de Kautilya, cuja tradução livre para o sânscrito seria “instruções para a prosperidade material”, em que se aponta claramente a importância da abordagem logística da estatística. Segundo suas palavras,

Essa abordagem “engenheira” da economia proveio de várias direções e inclusive – a propósito – foi desenvolvida por alguns engenheiros de fato, como Leon Walras, economista francês do século XIX que muito contribuiu para resolver inúmeros problemas técnicos nas relações econômicas, especialmente aqueles ligados ao funcionamento dos mercados. Muitos foram os pioneiros a contribuir para essa tradição da economia (2008, p. 21).

Tal como se dá em o Dilema do Prisioneiro, a estratégia cooperativa comumente se apresenta como a melhor opção. Conforme o pensamento de Amartya Sen,

No Dilema do Prisioneiro, cada pessoa tem uma estratégia individual “estritamente dominante”, ou seja, independentemente do que as outras vierem a fazer, os objetivos de cada pessoa são mais bem atendidos seguindo-se essa estratégia dominante (e “orientada para o próprio objetivo”). Ao mesmo tempo, os objetivos de todos teriam sido respectivamente mais bem atendidos se houvessem seguido uma estratégia diferente (e mais cooperativa).

Desta forma, antes mesmo de produzir uma abordagem, diríamos, dialógica entre a economia e a ética, fez-se mister evidenciar que a ética é, segundo as lições de Aristóteles, uma forte e possível origem do comportamento econômico, comportamento este que, da mesma forma que pressupunha Adan Smith e alguns de seus seguidores.

Naturalmente, a origem “engenheira” acabou por prevalecer com o advento da modernidade, sendo que, em todos os momentos teóricos de economistas de renome como Adan Smith em que a ética é evidenciada, a ideologia capitalista predominante acaba por estabelecer generalismos que definitivamente não se aplicam à respectiva visão teórica.

1.3.2 O pensamento utilitarista

Ultrapassado o estabelecimento das possíveis origens do pensamento econômico, demonstrando-se que a moralidade sempre esteve imbricada ontologicamente em sua gênese, mister apresentar os principais aspectos do pensamento utilitarista.

A obra “Uma Introdução aos Princípios da Moral e Legislação”, de autoria de Jeremy Bentham, foi publicada no ano de 1789. Nela são fixados os contornos da denominada moral utilitarista, não constituindo tal princípio propriamente uma novidade na tradição da filosofia moral.

Isto porque, pelo menos desde o século XVII, na Inglaterra e na França, diversos filósofos deixaram atrás de suas reflexões morais traços marcantes de um pensamento utilitarista, a exemplo de Locke, grande expoente da filosofia empirista moderna daquele século.

O grupo de radicais filósofos ingleses que ficou conhecido como “utilitaristas” pregava incessantemente por reformas políticas e sociais, entre elas a promulgação de uma nova constituição para a Inglaterra, fato este que foi alcançado no ano da morte de Bentham.

Salienta Cicero Araújo (2006, p. 268) que:

A novidade do benthamismo, portanto, é eminentemente prática: o argumento moral e político que os “utilitaristas” (como os seus seguidores passaram a ser chamados) elaboram a partir de uma filosofia e uma psicologia que, se não eram amplamente aceitas, pelo menos eram levadas muito a sério naquele tempo, e que eles próprios – a contribuição de Bentham, neste caso, é pequena se comparada com a dos Mill – procuraram apenas refinar.

O utilitarismo, então, pode ser definido (ESTEVES, 2009) como uma teoria sobre o valor moral das ações individuais, onde o valor moral de uma ação é uma função das conseqüências boas ou más, ou seja, a felicidade ou a infelicidade que ela produz ou tende a produzir.

Os dois fatores aptos a definir o comportamento humano nas esteiras do utilitarismo são a dor e o prazer (MOLLER, 2006, p. 137). O sentido da felicidade estaria

fulcrado então nos sentimentos de prazer ou simples ausência de dor e sofrimento, sendo o sentido de felicidade umbilicalmente ligado à ideia do ter, da propriedade existente por sobre qualquer objeto; logo, no sentimento de pertença (MOLLER, 2006, p. 138).

Com relação ao papel do Estado num Estado regido pela moral utilitarista, Krohling (2011, p. 52) aponta que:

O utilitarismo moral benthamiano é a expressão cabal da modernidade como antítese da teoria ética aristotélica e se constitui também como concepção jurídica e política. O Estado seria uma consequência política das interfaces relacionais entre indivíduos. Assim, a função do Estado seria oportunizar programas políticos para facilitar a maioria da população a fazer escolhas úteis às suas vidas no dia a dia e ao bem-estar da coletividade.

Trata-se, como se pode perceber, de um engodo. O Estado, nos moldes em que foi forjado, demonstrou não ter condições de salvaguardar os interesses de todos os atores sociais.

Freitas (1966, p. 44) salienta que:

A primeira lei de natureza, para Bentham, consistiria em buscar o prazer e evitar a dor, sendo necessário para alcançar tal escopo que a felicidade pessoal fosse alcançada pela felicidade alheia. (...) A solução para encontrar a cooperação entre os homens, ele a aponta na identificação de interesses, factível através da atividade legislativa do governo.

A estrutura do capital criou inúmeros universos solapados pela mesma realidade circundante, através de processo de objetivação do sujeito reificado, transformado que foi em simples mercadoria. A moral utilitarista operou como fio condutor teórico desta ideologia.

Seu ponto de partida foi o estudo acerca da ciência do direito, concentrando-se no jusnaturalismo. Frankena (1969, pp. 30-31) aduz que o utilitarismo possui como fim último:

O universalismo eacutetico, ou o que se chama habitualmente utilitarismo, sustenta a posição segundo a qual o fim o último é o maior bem geral - que um ato ou regra de ação é correto se, e somente se, conduz ou provavelmente conduzirá a conseguir-se, no universo como um todo, maior quantidade de bem relativamente ao mal do que qualquer outra alternativa; é errado o ato ou regra de ação quando isso não ocorrer e é obrigatório, na hipótese de conduzir ou de provavelmente conduzir a obtenção no universo, da maior quantidade possível de bem sobre o mal.

Vasquez (1993, p. 174) aponta como sendo o ponto de partida da moral utilitarista a

crítica ao legalismo da escola analítica de jurisprudência, haja vista ser o seu lema, conforme já apontado, a maior felicidade para o maior número de pessoas. Trata-se, portanto, de uma moral hedonista.

Para Bentham (1969, p. 63),

A ética privada tem por objetivo a felicidade, sendo este também o da legislação. A ética privada diz respeito a cada membro, isto é, à felicidade e as ações de cada membro, de qualquer comunidade que seja; a legislação, por sua vez, tem a mesma meta.

A contribuição de John Stuart Mill foi importantíssima para a sedimentação do pensamento utilitarista. Além de seguir os passos anteriormente trilhados por Bentham, Mill acentua a questão do caráter das pessoas, além de estabelecer critérios qualitativos acerca da avaliação dos prazeres.

Krohling (2011, p. 55) pontua que:

Stuart Mill contribuiu com a evolução da teoria utilitarista moral e introduziu três mudanças pertinentes que avançam em termos de conteúdo e não permaneceu apenas nas famosas máximas benthamianas. Primeiro, introduz a questão do caráter das pessoas e aspectos da ética das virtudes de Aristóteles no cálculo da busca do prazer e da felicidade. Depois, apresenta critérios qualitativos sobre a avaliação dos prazeres. Em terceiro lugar, aponta a importância dos direitos humanos e da justiça relacionados com a teoria da utilidade.

Após todas estas considerações acerca da moral utilitarista, mister apresentar a profunda análise produzida pela lavra do economista Amartya Sen. A primeira crítica por ele tecida contra o modelo utilitarista está em seu desinteresse na distribuição das utilidades, bem como na ausência de sensibilidade na consecução das mesmas. Sen (2000, p. 75) assevera que:

(...) a estrutura agregativa do utilitarismo não tem interesse na efetiva *distribuição* das utilidades – nem sensibilidade para essa distribuição – pois a concentração se dá inteiramente sobre a utilidade *total* de todos considerados em conjunto. Tudo isso proporciona uma base informacional muito restrita, e essa insensibilidade generalizada constitui uma limitação significativa da ética utilitarista.

Quer-se dizer, portanto, que a felicidade que verdadeiramente importa para fins de satisfação do utilitarismo é aquela do conjunto, sendo de somenos importância a análise voltada para a pessoa. O autor faz alusão a uma “ética utilitarista”, expressão esta com a qual discordamos, preferindo utilizar “moral utilitarista”

A avaliação utilitarista, para Sen (2009, p. 77), possui três componentes distintos, quais sejam, o consequencialismo, o welfarismo e o ranking pela soma.

Para o consequencialismo, todas as escolhas devem ser julgadas pelos resultados que geram (SEN, 2009, p. 78).

Já o welfarismo restringe os juízos sobre os estados de coisas às utilidades nos respectivos Estados, enquanto o ranking pela soma propugna que as utilidades de diferentes pessoas sejam simplesmente somadas conjuntamente para se obter seu mérito agregado,

(...) sem atentar para a distribuição desse total pelos indivíduos (ou seja, a soma das utilidades deve ser maximizada sem levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades). Os três componentes juntos fornecem a fórmula utilitarista clássica de julgar cada escolha a partir da soma total de utilidades geradas por meio dessa escolha (SEN, 2009, p. 78).

A injustiça, aqui, é definida como uma perda agregada de utilidade quando comparada com aquilo que poderia ter sido obtido. Sen assim dispõe acerca das modernas variações do utilitarismo:

Uma sociedade injusta, nessa perspectiva, é aquela na qual as pessoas são significativamente menos felizes, consideradas conjuntamente, do que precisariam ser. A concentração sobre a felicidade ou o prazer foi removida em algumas formas modernas do utilitarismo. Em uma dessas variações, define-se utilidade como realização de desejo. Nessa visão, o que é relevante é a intensidade do desejo que está sendo realizado, e não a intensidade da felicidade que é gerada (SEN, 2000, p. 78).

As limitações da perspectiva utilitarista podem ser descritas da seguinte forma. O cálculo utilitarista não considera desigualdades na distribuição da felicidade, sendo que o que verdadeiramente releva para a moral utilitarista é a soma total do bem estar, sendo desimportante a maneira como a mesma é distribuída.

Sen (2009, p. 81) sinaliza que "(...) Podemos estar interessados na felicidade geral e contudo desejar prestar atenção não apenas nas magnitudes "agregadas", mas também nos graus de desigualdade na felicidade."

Abordar-se-á neste momento o critério da "otimalidade de Pareto" ou da "eficiência econômica", em referência a Vilfredo Pareto, economista italiano que foi o primeiro a articular esse ponto de vista, no seu livro *Manual of political economy*, em 1906.

Através deste critério, defendido pela moral utilitarista, determinado Estado atinge o “ótimo” de Pareto quando não mais se torna possível aumentar a utilidade de um indivíduo sem reduzir a utilidade de outro.

Sen (1999, p. 47) discorre que “A otimalidade de Pareto, como “o espírito de César”, pode “vir quente do inferno”, em alusão ao ato III, cena I, linha 270 de Júlio César, de Shakespeare, que, no discurso de Marco Antônio, retornaria ao inferno para tumultuar toda a Itália.

(...) com a otimalidade de Pareto como o único critério de julgamento e o comportamento auto-interessado como a única base da escolha econômica, o campo para dizer algo interessante em economia do bem-estar tornou-se reduzidíssimo. (SEN, 1999, pp. 49-50).

A maximização do interesse por parte de toda uma comunidade acabaria por produzir a otimalidade de Pareto, sendo que a tentativa de se afastar deste critério significaria uma ameaça à obtenção da eficiência econômica, ou seja, da própria otimalidade de Pareto (SEN, 1999, p. 68). Noutros termos, se toda a comunidade passasse a demonstrar condutas auto-interessadas, ter-se-ia um ótimo de Pareto, o que nada mais é do que uma falácia, uma vez que o comportamento auto-interessado envolve um sem número de externalidades atinentes a cada membro da comunidade e, logicamente, o ótimo de Pareto estaria circundado por uma enorme desigualdade social.

Ao encontro de todas estas assertivas, Stiglitz (2010, pp. 297-298) enfatiza que os mercados eficientes “(...) também podem produzir resultados socialmente inaceitáveis. Alguns indivíduos podem ter uma renda tão diminuta que não conseguem sobreviver”.

Segundo sua obra, a economia é definida como um estado de equilíbrio, nos moldes newtonianos, em que preços e quantidades são definidos através do jogo firmado entre oferta e demanda (STIGLITZ, 2010, p. 344).

Uma das críticas mais ferrenhas a este modelo está no fato da inexistência de base científica acerca da eficiência dos mercados, bem como no fato de que não se pode presumir a perfeição das informações.

Muitas vezes, na ciência, certas premissas são tão consagradas e aceitas pelo pensamento comum que ninguém já as percebe como simples premissas. Quando Debreu listou as premissas utilizadas para comprovar a eficiência do mercado, não mencionou a premissa implícita de que todos possuíam informações perfeitas. Além disso, ele supôs que os bens e os produtos, sejam casas ou carros, eram uniformes, como uma espécie de ideal platônico.

Esses novos resultados mostraram que não havia base científica para a suposição de que os mercados fossem eficientes. Era certo que os mercados propiciam incentivos, mas as falhas do mercado apareciam em todas as partes e as diferenças entre os ganhos sociais e os privados eram persistentes. Em alguns setores – como saúde, seguros e finanças -, os problemas eram maiores do que em outros e, naturalmente, o governo concentrava a atenção nesses setores. (STIGLITZ, 2010, p. 246-348)

Outra limitação da moral utilitarista remansa no completo descaso com os direitos, liberdades e quaisquer outras considerações desvinculadas da utilidade.

(...) a abordagem utilitarista não atribui importância intrínseca a reivindicações de direitos e liberdades (eles são valorizados apenas indiretamente e somente no grau em que influenciam as utilidades). É sensato levar em consideração a felicidade, mas não necessariamente desejamos escravos felizes ou vassalos delirantes.

Uma das mais lastimáveis consequências da disseminação da moral utilitarista no ocidente é a sensação de adaptação e condicionamento mental dos oprimidos e excluídos, fruto do já mencionado processo de inculcação ideológica promovida precipuamente pela indústria cultural norte-americana, especialmente no período do pós guerra, cujos principais críticos foram Adorno, Horkheimer e Marcuse.

(...) Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível. A medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se em um guia confiável para a privação e a desvantagem. Assim, é importante não só levar em conta o fato de que, na escala de utilidades, a privação dos persistentemente destituídos pode parecer abafada e silenciada, mas também favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. (SEN, 2009, p. 82).

Sen(1999, p. 66) ainda aponta que “(...) o critério utilitarista e também o da eficiência de Pareto foram atrativos especialmente por não exigirem demais da imaginação ética do economista convencional”, o que somente confirma a tese acima esboçada do afastamento dos preceitos éticos que originariamente fizeram parte dos primeiros pensamentos econômicos, notadamente de origem aristotélica.

O governo, é óbvio, também sofre com as imperfeições da informação. Por vezes tinha acesso a informações que o mercado desconhecia e, o que é ainda mais importante, tinha objetivos e instrumentos diferentes. O governo pode, por exemplo, desencorajar o fumo *mesmo que a indústria dos cigarros seja lucrativa*, por perceber que há outros custos sociais (como os gastos adicionais com a saúde) com os quais as companhias de cigarros não arcam. E pode fazê-lo tanto por meio da regulação da propaganda quanto da aplicação de impostos.

1.4 O ESTOPIM DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL

A humanidade testemunhou, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2008, com a bancarrota do Lehman & Brothers Holdings Inc., banqueiro de investimentos e provedor de outros serviços financeiros e com atuação global, inúmeras verdades inconvenientes.

O modelo de vida adotado pelos Estados Unidos, de gastos que superam os ganhos, em que o consumismo e o materialismo são inquestionavelmente maiores do que o das outras nações, demonstra o abismo em que se encontra a sua sociedade e, por conseguinte, as inúmeras dificuldades exurgidas deste *ethos* combatido.

A quebra da instituição financeira Lehman & Brothers não foi, contudo, a causa desta grande recessão mundial, mas talvez uma de suas primeiras grandes consequências. Noutras palavras, a crise norte-americana já vinha se arrastando em intervalos até bastante organizados, sendo a bancarrota desta instituição financeira somente a forma com a qual a mesma potencializou ao infinito a desconfiança dos investidores e da própria sociedade norte-americana como um todo.

Noutras palavras, a crise das hipotecas *subprime* traduz uma consequência direta das medidas insuficientes adotadas pelo governo norte-americano para por termo à bolha “.com” ou tecnológica iniciada nos primeiros anos do século XXI. A fim de conter a recessão avassaladora daquele período, decidiu-se arriscar no estímulo

imobiliário àqueles que, por serem considerados de baixa renda para os padrões norte-americanos, não teriam condições de fazê-lo.

A bancarrota do Lehman & Brothers Inc. pode, portanto, ser considerada ao mesmo tempo como causa e consequência da crise mundial de 2008, tudo a depender da perspectiva em que o fenômeno é analisado. Afinal, foi a partir deste acontecimento que os Estados Unidos e o Mundo passaram a perceber sem maiores devaneios os sintomas de esfacelamento da economia norte-americana.

Um mercado minimamente regulado, repleto de liquidez, com juros baixos, somado a um enorme déficit fiscal e comercial, mormente ocasionado pela gigantesca reserva de dólares acumulada pela China, potência em ascensão, cujo crescimento vem assumindo proporção para além de geométrica.

A fim de que se tenha uma breve idéia da instabilidade do sistema capitalista, mister relacionar um rol exemplificativo de crises que necessariamente afetaram, em maior ou menor medida, a conjuntura internacional: “Savings e Loans” (caixas econômicas americanas), em 1990, que teve uma forte repercussão na recessão de 1991 e 1992; em 1995, a queda do Banco Barings, na Grã-Bretanha; em 1998, o esvaziamento de alguns fundos especulativos; em 2001, a explosão da bolha informática (bolha “.com”), seguida do escândalo da Enron (31 de outubro de 2001), o *krach* do fundo Amaranth, crise das *subprimes* (2007), *falência do Lehman Brothers* em 15 de setembro de 2008 e outros.

Acerca das mais recentes transformações sofridas pela ordem econômica mundial, Touraine (2011, pp.47-48) estabelece as seguintes: o papel cada vez mais importante dos países emergentes (Brics): Brasil, Rússia, Índia e China (destaque para este último, com sua produção industrial em ascensão, em que pese o grave problema qualitativo que de há muito enfrentam os bens de consumo produzidos neste país), sendo que o comércio internacional passa a se reorganizar ao redor deles; O conjunto dos países do Norte perde assim a maestria do contexto mundial, a despeito do fato de ainda conservar o quase monopólio da pesquisa, do desenvolvimento e da formação de capital; O G8 é de fato substituído pelo G20, muito embora se diga que, verdadeiramente, o que exista seja um G2 (EUA e China), que juntos teriam uma capacidade de decisão infinitamente mais importante

que os demais; a Europa saiu manifestamente enfraquecida, com destaque para a Crise da União Européia, notadamente na Grécia, na Espanha e na Itália, ao menos até o presente momento e o fato de a economia do Norte ter sofrido – e ainda estar sofrendo – incontáveis desequilíbrios.

E mais: em meio à perplexidade seguida, num primeiro momento, de um atavismo social dos americanos e de todo o Mundo, o governo americano, em uma forte iniciativa (denominada Plano Paulson) com vistas a restaurar imediatamente o capitalismo financeiro, então combatido pelas demandas agregadas e pela completa ausência de liquidez do sistema econômico após a falência de Wall Street, ocorrida em 15 (quinze) de setembro de 2008 com o anúncio da quebra do Lehman & Brothers Inc., comprou ativos desvalorizados das instituições financeiras também combatidas, avaliados em 700 bilhões de dólares de pura liquidez, completados pelos 636 bilhões oferecidos pelo governo inglês, pelos 480 bilhões disponibilizados pela Alemanha, pelos 360 bilhões franceses e aportes mais fracos provenientes de outros países.

Antes que se questione, tais instituições financeiras não foram nacionalizadas. Pelo contrário, tais ativos foram recomprados pelas mesmas instituições criminosas, a um preço infinitamente menor.

Touraine (2011, p. 31) também adverte que será “(...) cada vez mais tentador avistar um conflito central num mundo dividido entre um Ocidente dominado pelos Estados Unidos e uma China abocanhando muitos mercados.” A China não só vem abocanhando inúmeros mercados, como também é um dos países campeões em reservas de dólares, tendo, pelo menos até o ano de 2010, reservas de:

(...) 2 trilhões de dólares. Com juros de 5%, só isso lhe gerará 100 bilhões de dólares de renda anual. Se considerarmos o fluxo de pagamentos dos Estados Unidos para a China, com juros a 1%, os Estados Unidos transferem para a China apenas 15 bilhões de dólares por ano. Com juros a 5%, o país terá de mandar todo ano um cheque de 75 bilhões de dólares para Pequim, só para pagar os juros do 1,5 trilhão de bônus americanos que os chineses detêm.

A China combina poupança alta, uma força de trabalho cada vez mais instruída (o número de pessoas formadas em todos os níveis da educação superior na China multiplicou-se aproximadamente por quatro entre 2002 e 2008, enquanto o número total de estudantes multiplicou-se por cinco) e grandes investimentos em infraestrutura, com uma produção de custos baixos e logística moderna para garantir a entrega de quantidades gigantescas de bens materiais desejados pelos consumidores americanos.

Por mais difícil que seja para maioria dos americanos, é preciso admitir que, em muitas áreas, inclusive automobilística, os Estados Unidos já não são o líder tecnológico; já não são o produtor mais eficiente; já não são os que sabem fazer os melhores produtos. (STIGLITZ, 2010, pp. 279-286)

Esta era, e continua sendo, a conjuntura econômica americana, pois a crise persiste e não tem hora e data para acabar.

Mercados há bem pouco tempo hegemônicos da indústria americana, a exemplo do automobilístico, perderam espaço para o poder econômico chinês, que, a propósito, dividem com aquele o *ranking* dos maiores países poluidores do planeta.

Uma crise mundial sem proporções já vinha sendo prevista por inúmeros economistas e cientistas sociais. Moniz Bandeira, ainda no ano de 2006, mas por razões não necessariamente idênticas àquelas que produziram a atual crise financeira mundial, (2005, p. 22), pontuou que:

Os Estados Unidos apresentam, porém, elevado nível de vulnerabilidade comparável ao da riqueza que possuem. Emitem dólares, sem lastro, para pagar a energia, *commodities* e manufaturas que importam, e os países que lhes vendem, tais como a Arábia Saudita, China e outros, com os mesmos dólares sem lastro compram bônus do Tesouro americano. Em outras palavras, são os bancos centrais de outros países que continuam a financiar o *déficit* na conta corrente do balanço de pagamentos dos Estados (...) A maior parte desta dívida (...) estava em poder dos bancos centrais de outros países, sobretudo nos bancos centrais do Japão e da China. Só China detém cerca de US\$ 854 bilhões, valor mais alto que o déficit da conta-corrente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Essa situação gera certamente enorme potencial de risco para os Estados Unidos, se os bancos pararem de comprar os bônus do Tesouro ou começarem a vendê-los, maciçamente no mercado. O que afasta, por enquanto, a perspectiva do colapso é o fato de que o dólar é a moeda internacional de reserva. Afasta, mas não elimina a ameaça. A bolha financeira dos Estados Unidos, assim inflada, vai estourar, mais dia menos dia.

Stiglitz (2010, p. 58) elenca um seleto rol de economistas e de outros atores que lidam diretamente com o mercado imobiliário – todos keynesianos – que emitiram inúmeros alertas ao governo americano e também às principais agências financeiras dos Estados Unidos, sendo eles: Nouriel Roubini, economista da Universidade de Nova York; George Soros, financista; Stephen Roach, do Morgan Stanley; Robert Schiller, perito em habitação na Universidade Yale e Robert Wescott, antigo membro do Conselho de Assessores Econômicos/Conselho Nacional de Economia do governo Clinton.

Não se trata nem do primeiro nem do último estudioso a profetizar que a crise mundial estava próxima de eclodir. O mercado financeiro emitia papéis tóxicos, de altíssimo risco, acreditando que os prejuízos, acaso ocorressem, poderiam ser facilmente socializados pelos atores sociais desta novela repleta de leviandades. Trata-se da crise dos derivativos e da securitização.

Algumas instituições financeiras simplesmente se achavam grandes demais para falir, pois tinham nítida consciência de que o governo americano, com o dinheiro de seus contribuintes, seria utilizado, como de fato o foi, para realizar o seu resgate.

Ainda não paramos para refletir o fato de que estamos vivendo em uma nova ordem econômica ou, melhor dizendo, em uma ordem econômica combatida de uma sociedade mundial desvanecida.

A Grande Recessão americana, que acabou por ocasionar um efeito cascata em inúmeras nações ao redor do globo, culminou com a desaceleração de sua economia e, por conseguinte, do processo de triunfalismo do “*American Way of Life*”.

Stiglitz(2010, p. 317), um dos economistas mais respeitados e citados em todo o mundo, apõe em sua última obra uma assertiva que poderia ser facilmente recebida como exagerada pelos mais incrédulos, cujo conteúdo, em verdade, nada tem de exagerado. Para ele (2010, p. 317)

A data do colapso de Lehman Brothers, 15 de setembro de 2008, pode ser, para o fundamentalismo de mercado (a noção de que os mercados, se deixados livres para agir por conta própria, podem garantir a prosperidade e o crescimento), o que a queda do muro de Berlin foi para o comunismo. (...) O período do triunfalismo americano terminou.

O fim do comunismo, afinal, não marcou o fim da história, como afirmado por Fukuyama no início da década de 1990.

Francis Fukuyama (1992, p. 48) afirmava: “Estamos no fim da história porque já realizamos todas as grandes possibilidades humanas e sociais: a democracia parlamentar e a economia liberal.” A economia liberal não somente morreu duas vezes (a primeira com os ataques de 11 de setembro e a segundo com a crise financeira mundial de 2008), como a democracia parlamentar já demonstrou que não conseguiu por termo aos principais antagonismos experimentados pela humanidade.

Uma questão interessante que envolve a análise do sistema capitalista é que em inúmeros momentos se avulta neste trabalho a sua característica revolucionária e noutros pontos apresenta-se a sua falência como ideologia de racionalidade auto-ofuscante e fetichista. A explicação é simples: as conclusões são negativas, pois o seu teor revolucionário é ao mesmo tempo parasitário, fato este que, sob outro ângulo, também reflete a insuficiência da esquerda quanto à tomada de posição com vistas ao alcance de condutas libertadoras.

Fukuyama estava equivocado somente se a sua assertiva for interpretada de forma ideológica, pois, como ideologia, a lógica capitalista neoliberal se mostra inquestionavelmente fracassada. Noutra esteira, como opção em termos de sistema, caminha praticamente solitária no cenário mundial, antes e depois da última crise financeira.

Morin (2007, p. 154) também não poderia deixar de rememorar que assim “(...) como a ‘primavera dos povos’ de 1848, a primavera de 1989 foi muito breve”.

Temo que, na ausência de um grande projeto, e se sobrevier uma crise brutal e violenta, tenhamos de sofrer consequências catastróficas. Se há uma crise muito grande, não estamos ao abrigo de terríveis regressões. Na grande crise de 1929, que atingiu a Alemanha em condições não apenas mais fortes do que nunca mas também em um contexto de humilhação nacional muito grande, houve uma ascensão inteiramente legal do nazismo. Certamente, na mesma época houve o *New Deal* de Roosevelt, uma solução democrática. Pelo fato de os Estados Unidos serem um país de imigrantes, o *New Deal* funcionou.

Santos aponta que “a idéia tatcherista, segundo a qual “não há alternativa” nenhuma ao capitalismo neoliberal, ganhou credibilidade, inclusive entre os círculos políticos e intelectuais progressistas” (2005, p. 24), o que significa dizer que o processo de inculcação desta ideologia hegemônica excludente se deu de uma maneira implacável, dificultando eficazmente as chances de libertação.

Os desejos e aspirações materiais da humanidade foram levados a sério pelos ideólogos do sistema capitalista de produção, acabando por maximizar valores que já deveriam ter sido superados. Acabou por prevalecer a semente do utilitarismo, com o atrelamento da felicidade à idéia de consumo.

O capitalismo de desastre, ou, melhor dizendo, o sistema capitalista de produção desregulado, nos moldes em que foi inculcado a tiros no imaginário de um sem

número de nações ao redor do globo, sempre vinha sofrendo os reflexos – negativos – do próprio tratamento de choque por ele engendrado. Todo sistema econômico ou programa de governo que produz vítimas, intencionais ou não intencionais, que cause opressão e desigualdade social, sofre de um mal endêmico e, por conta deste fato, tende a fracassar.

Acerda da crise financeira mundial objeto deste estudo, Touraine (2011, p. 127) diagnostica que o:

(...) aspecto mais positivo da crise atual poderia ser exatamente aquele de ter ajudado os Estados Unidos a ocupar-se das cicatrizes mais profundas deixadas por um quarto de século de liberalismo incontrolado.

Em que pese o pessimismo do autor, a constatação não deixa de ser fidedigna. A humanidade, contudo, necessita resgatar o sentimento de otimismo com relação ao futuro do planeta. Partindo-se do pressuposto de que o atual *ethos* se mostra manifestamente inadmissível, seja para esta seja para as futuras gerações, mister uma rápida tomada de posição, sob pena do advento das mais piores consequências.

1.5 TEORIA CRÍTICA DA MODERNIDADE

A modernidade possui certidão de nascimento. Os acontecimentos do presente e abordados neste trabalho encontram profunda relação com o advento do Renascimento, com o sergumento do movimento iluminista, com a ascensão da burguesia européia, dentre outros.

A razão instrumental e o assombroso individualismo do mundo ocidental contibuíram sobremaneira para o processo de desvanescimento do sujeito, atualmente reificado.

Analisando as origens deste processo de devastação da subjetividade do indivíduo, tem-se o advento do Renascimento que, num primeiro momento, teve o condão de operar o corte histórico entre o modelo helenocêntrico antigo e os tempos modernos.

René Descartes (1596-1650) com o seu racionalismo matemático dedutivo e Francis Bacon (1561-1626), que inaugurou a modernidade com o seu empirismo científico-natural indutivo, podem ser descritos como os dois grandes pilares do pensamento modernoocidental.

Flores (2009, p. 02) delimita o período que marca a chamada “modernidade ocidental capitalista” como sendo aquele abarcado “desde o século XV até estes incertos inícios do século XXI”.

Neste período históricosurge o movimento cultural de elite que ficou conhecido como Era das Luzes ou simplesmente Iluminismo (séculos XVII e XVIII), que acabou por consubstanciar:

(...) a popularização, em linguagem vulgar, da materialização e da naturalização científico-racional cartesiana e baconiana da nova realidade emergente com a revolução industrial, a economia capitalista e a moral utilitarista (KROHLING, 2011, p. 47).

O saber passou a ser valorizado quase que precipuamente para a consecução do progresso material / tecnológico, terreno fértil para o surgimento da também contemporânea moral utilitarista.

Para Krohling (2011, p. 49), o “Iluminismo é a fusão das ideias cartesianas da racionalidade e das ideias baconianas de realidade, sintetizadas no termo modernidade ou paradigma do pensamento moderno utilitarista instrumental”.

Alejo Carpentier (2004, p. 17), de forma irônica, adverte, contudo, que “O iluminismo chega ao Caribe com a guilhotina”. Trata-se, comparativamente, da crítica influência da ideologia neoliberal norte-americana na civilização ocidental, reflexo do próprio paradigma do pensamento moderno utilitarista instrumental.

Este paradigma, na concepção de Leonardo Boff (2003, p. 40-42), atende a quatro princípios da moral capitalista, quais sejam: consequência, utilidade, satisfação ou prazer e social. Tais princípios são muito bem descritos da seguinte forma:

Deve-se atingir a felicidade da maioria das pessoas e seres vivos, o que significa uma média possível entre atores e utilidade alcançada. O útil não se calcula individualmente, mas sempre socialmente. As consequências têm de ser calculadas, o que interessa são resultados bons e úteis para a maioria. Na fase do capitalismo mais avançado, J. Bentham e Stuart Mill estão preocupados com a questão social do trabalho e buscam amenizar a

situação, afirmando que, se os salários aumentarem um pouco, isso vai causar satisfação e mais justiça social à maioria dos trabalhadores, e se for também bom para o Estado, empresas e operários, sem dúvida, vai ser bom e útil para todos, assim será justo e moral que se execute a medida. (KROHLING, 2011, p. 50)

O movimento iluminista representa o triunfo da burguesia e um ataque frontal às injustiças, aos privilégios e à intensa intolerância religiosa do *Ancien Regime*, fomentador da Revolução Francesa [1789-1799], vindo a traduzir claramente as nuances de um movimento extremamente contraditório, “emancipador da liberdade individual humana, mas massificador e objetivador da consciência” (KROHLING, 2011, p. 50).

Este processo de massificação e objetivação da consciência humana teve, contudo, o seu pior momento com o avanço das políticas neoliberais, criadora de um espaço unidimensional, transformador dos indivíduos em meras mercadorias. O presente diagnóstico, portanto,

(...) não pode ser produzido em vista apenas da compreensão de como funciona a sociedade capitalista. Tem de ser produzido em vista da plena realização da liberdade e da igualdade, realização que é impedida concreta e cotidianamente pela lógica mesma da produção capitalista. O diagnóstico do presente tem de ser produzido em razão das possibilidades de libertação da dominação do capital, à luz da emancipação possível que o capitalismo carrega dentro de si. Por isso, a teoria tem de estar em união com a prática transformadora que lhe dá seu pleno sentido (NOBRE, 2008, p. 13).

A elaboração de uma teoria crítica da modernidade deve levar em conta, portanto, os acontecimentos do presente com vistas à superação de sua lógica perversa de dominação. Como os direitos humanos traduzem produtos culturais desta mesma civilização ocidental, inoxidável é a sua inclusão no mesmo contexto desta teorização.

Prova disso está no exemplo que se refere a um incidente ocorrido em 20 de setembro de 2007 nas proximidades da ilha de Lampedusa, próxima a Sicília, quando sete pescadores tunisianos resgataram 44 migrantes africanos, dentre eles mulheres e crianças, da morte certa num mar envolto a uma forte tempestade, e, por conta deste fato, foram a julgamento naquele país, podendo sofrer uma condenação de um a cinco anos de prisão.

O que esse incidente mostra é que a noção de Agamben do *homo sacer*, o excluído da ordem civil que pode ser morto impunemente, está em plena

ação no coração da própria Europa, que se vê como último bastião dos direitos humanos e da ajuda humanitária, em contraste com os Estados Unidos e os excessos da “guerra ao terror”. Os únicos heróis nesse caso foram os pescadores tunisianos, cujo comandante, Abdelkarim Bayoundh, simplesmente afirmou: “Estou satisfeito com o que fiz”. (ŽIŽEK, 2011, p. 49)

São muitos os antagonismos da humanidade, abarcando a teoria crítica da modernidade até mesmo as respostas da ideologia hegemônica para os inúmeros problemas por ela mesma causados.

É por essa razão que Marx reputa como erro analítico o fato de a economia e a filosofia do direito político-liberais, a exemplo de Bentham, Hume e Smith, reconhecerem a existência e o funcionamento do sistema capitalista de produção como “um reflexo de superfície das leis subjacentes e naturais de forma, utilidade e função” (MORRISON, 2006, p. 308).

Nas próximas linhas, serão abordados os principais acontecimentos que marcam a Escola de Frankfurt e que, necessariamente, possuem íntima relação com os acontecimentos narrados neste trabalho.

1.5.1 Marx e o advento da teoria crítica da modernidade

A teoria crítica da modernidade não se resume às reflexões dos membros Escola de Frankfurt. Pelo fato de esta corrente de pensamento ter sido iniciada exatamente com o intuito de analisar o pensamento marxiano, mister, num primeiro momento, apontar os principais conceitos trabalhados por Marx (1818-1883), a fim de que, em momento ulterior, possam ser abordados os principais pensadores ligados à visão crítica da modernidade que funciona como fio condutor teórico deste trabalho.

Nobre (2009, p. 13), exemplificativamente, já o dizia que,

Não obstante, o objetivo principal do instituto era de promover, em âmbito universitário, investigações científicas a partir da obra de Karl Marx (1818-1883). Vê-se já que a Teoria Crítica, desde o início, tem por referência o marxismo e seu método – o modelo da “crítica da economia política” (é justamente esse o subtítulo da obra máxima de Marx, O Capital).

Salutar se nos mostra a crítica de Marcondes à relação dos pensamentos de Marx com as propostas dos “frankfurtianos”. Segundo ele (2010, p. 239),

Considera-se com frequência que a Escola de Frankfurt se filia apenas remotamente à filosofia marxista e que seu pensamento, de caráter eminentemente teórico, afasta-se das propostas mais políticas e revolucionárias do pensamento de Marx. Contudo, os “frankfurtianos”, como por vezes são conhecidos, não se pretendem realmente comentadores ou interpretes do pensamento de Marx, sua proposta caracterizando-se mais no sentido de buscar uma inspiração no marxismo para uma análise da sociedade contemporânea, além de desenvolver o conceito de teoria crítica e de crítica da ideologia em uma perspectiva filosófica e sociológica.

A outra conclusão não poderia chegar Konder (2010, p. 58) ao analisar o pensamento de Adorno, segundo o qual, no legado de Marx, a única parte que poderia ser aproveitada seria aquela que remonta a uma crítica (negativa) do sistema capitalista de produção, a revelação e aprofundamento de suas contradições, deixando-se de lado a “proposta (positiva)” do caminho que levaria à revolução proletária e conseqüente construção do comunismo.

Feitas estas considerações, mister partirmos para a abordagem do próprio marxismo. Para Morrison (2006, p. 291), o “marxismo representa, talvez, a maior tentativa de análise da contingência espaciotemporal do mundo empírico, ao mesmo tempo que ainda mantém vivo o desejo de uma consumada transcendência.”

Tratar-se-ia da busca desenfreada por respostas aos inúmeros problemas da condição humana através de uma análise profunda da sociedade, da história, com enfoque na totalidade da existência humana, não em instituições sociais particulares, como o Estado e o próprio Direito.

Seu método de análise buscava explicar a ontologia das formações sociais e das próprias transformações históricas que as engendraram (MORRISON, p. 291-310). Para Morrison (2006, p. 310),

Marx estava intrigado com a busca dos elementos-chave da estrutura da sociedade capitalista, o modo como esta se desenvolvia, sua capacidade de reproduzir-se como sistema econômico e social e seu destino. Segundo Marx, as relações entre as pessoas e as formas que institucionalizam essas relações dependem da “estrutura econômica da sociedade”; o modo como a produção se organiza. A humanidade passou por cinco estágios históricos – o do comunismo primitivo, o asiático, o da escravidão, o do antigo feudalismo e o capitalista – com uma estrutura socialista socialmente desenvolvida ainda por vir. Cada um tem métodos de produção dominantes que levam a “uma complexa organização da sociedade em diferentes ordens, uma múltipla gradação de classes sociais.”

Eis aqui, portanto, a noção do materialismo histórico tão difundida por Marx, através da análise dos diversos estágios trilhados pelas relações de produção ao longo da humanidade.

Reitera-se, portanto, a importância conferida por Marx na criação de uma filosofia da história, pois:

(...) sem um conhecimento dos modos primitivos de atividade produtiva, o capitalismo e a estrutura burguesa da vida, suas formas de liberdade individual e de interação social, pareceriam ser nosso modo de vida natural, e sua realidade desumana permaneceria um mistério. (MORRISON, 2006, p. 311)

Este materialismo histórico a que remete Marx acaba guiando o leitor rumo ao seu materialismo dialético, como um fio condutor, como modalidade de compreensão do “movimento real da história” e do “estado de coisas existente”, tendo como sua essência o extremo da criticidade (REALE, 2005, p. 196).

Seguem abaixo os princípios da dialética segundo a visão de Krohling (2009, p. 23):

Tudo se relaciona (Lei da ação recíproca e da conexão universal); Tudo se transforma (lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante); As mudanças qualitativas são consequências de revoluções quantitativas; A contradição é interna, mas os contrários se unem num momento posterior; A luta dos contrários é o motor do pensamento e da realidade; A dialética opera dentro da totalidade histórica.

Em uma de suas mais famosas obras – O Capital –, mais especificamente no pós-fácio à sua segunda edição, Marx (1867, p. 37) aponta sua definição dialética:

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária.

Em termos eminentemente marxianos, tem-se que (KROHLING, 2009, p. 24) “(...) o processo dialético e a *praxis* política são as locomotivas da história” e, neste contexto, pode-se afirmar que “(...) a raiz da historicidade do homem se encontra no fenômeno da objetivação do trabalho humano, que consegue transformar a natureza em cultura e esta em história”.

Ocorre, no entanto, que este processo transformador, por conta do forte processo de objetivação do sujeito neste *ethos*, também cristalizado, pela ideologia ocidental dominante, necessita de libertação, razão pela qual os fenômenos mundiais envolvendo a crise da civilização ocidental necessitam de propostas de superação

que partam de uma teoria crítica com vistas a promover a superação da razão instrumental imperante.

A crítica (negativa) do sistema capitalista de produção, seguida do aprofundamento de suas contradições, traduz em definitivo o legado de Marx para a humanidade. Já a crítica elaborada pela Escola de Frankfurt, inspirada por esta metodologia libertadora, foi o ponto de partida da análise voltada ao cenário de renascimento do sujeito após o processo de desvanescimento da sociedade civil operado pelo avanço liberal e do mito de que a racionalidade do mercado poderia se antecipar à racionalidade dos atores sociais.

Rematando tudo o que foi exposto até o presente momento acerca da forte influência do pensamento marxiano na construção de uma teoria crítica da modernidade, Nobre (2009, p. 18) aduz que:

O que distingue a perspectiva crítica é justamente o seu ancoramento real na sociedade, um ancoramento intimamente relacionado com a produção de diagnósticos do tempo. É uma característica marcante da Teoria Crítica a sua permanente renovação, a sua permanente capacidade de analisar o momento histórico presente. Neste sentido, quem quer que continue a repetir hoje como verdade inabalável o diagnóstico de Marx, por exemplo, deixa de ser crítico, pois o essencial é que se seja capaz de produzir novos diagnósticos do tempo da perspectiva teórica e prática inaugural de Marx. Repetir como verdade o que Marx ou qualquer outro teórico crítico do passado afirmam é cair no dogmatismo que a Teoria Crítica busca a todo custo evitar.

Nas próximas linhas será abordada, genericamente, a Escola de Frankfurt, seguida das principais ideias trabalhadas por seus pensadores.

1.5.2A Escola de Frankfurt

A expressão “Escola de Frankfurt” surgiu apenas na década de 1950, quando do retorno do Instituto de Pesquisas Sociais à Alemanha, após o exílio da grande maioria de seus membros em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, após terem anteriormente transitado por Genebra e Paris. Tal expressão é, portanto, retrospectiva, considerando que o precitado instituto foi fundado ainda em 1924.

Nobre (2011, p. 18) enfatiza que:

O Rótulo “Escola de Frankfurt” teve um importante papel para fortalecer e amplificar as intervenções (principalmente de Adorno e de Horkheimer) no debate público alemão das décadas de 1950 e 1960 (...). Além disso, havia que se tentar compreender a forma do capitalismo sob o arranjo social que se convencionou chamar de “Estado de bem-estar social”, as novas formas de produção industrial da cultura e da arte, a natureza das novas formas de controle social e dos novos métodos quantitativos de pesquisa social, o papel da ciência e da técnica, além do trabalho em torno dos temas clássicos da filosofia e da teoria social.

O precitado autor resume em poucas palavras os principais motivos ensejadores da criação da Escola de Frankfurt. Os princípios fundamentais da teoria crítica frankfurtiana estão consubstanciados em uma profunda “orientação para a emancipação” seguida de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento produzido sob condições sociais capitalistas e a própria realidade social que esse conhecimento pretende aprender”.

Trata-se de uma descrição negada por Marx, pois ela nitidamente demarca negativamente o campo crítico ora analisado, bem como afasta de seu campo de incidência as teorizações responsáveis por “modelos abstratos de sociedades perfeitas” (utópicos ou normativistas) e daqueles que se pautam numa “descrição neutra do funcionamento da sociedade”, ou seja, os positivistas (NOBRE, 2008, p. 30).

Neste momento serão analisados os teóricos frankfurtianos cujo pensamento possui maior pertinência temática com o presente trabalho.

Marcuse (1955, p. 50) de há muito já havia percebido que o “princípio de desempenho” traduz a pedra de toque de regência da sociedade de consume, pois reputava a sociedade como sendo regida de acordo com o “desempenho competitivo de seus membros”.

Trata-se, então, de uma sociedade meritocrática em que o sucesso somente brinda aqueles que detiveram, ao longo de sua existência, os meios institucionais ditados pela ideologia hegemômica segregadora baseada na lógica perversa do capital.

Avulta daí aquilo que se convenciou denominar de sociedade unidimensional, quando o homem passa a introjetar em seu interior, em seu “Eu”, as características convenientes para a manutenção do *statu quo*, o que também transforma o

pensamento em algo unidimensional, assim como a sociedade de consumo contemporânea. Adorno (2006, p. 188) adverte que:

O “empobrecimento” psicológico do sujeito que “se entregou ao objeto”, o qual “substituiu seu componente mais importante”, isto é, o supereu, antecipa quase com clarividência os desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos que formam as coletividades fascistas. Nesses átomos sociais, as dinâmicas psicológicas da formação de grupo foram para além de si mesmas e não são mais uma realidade.

Esta situação retrata exatamente o mundo atonal em que ainda vivemos. O capitalismo vem demonstrando a cada momento a sua característica de se adaptar às crises que ele mesmo causa. Sua natureza parasitária tem permitido que o mesmo se mantenha sempre vivo e renovado, a despeito das inúmeras crises por que vem passando.

Não é para tanto que Toraine (2011, p. 62) vaticina que

A segunda metade do século XX, até 1989, acabou sendo dominada pela ambivalência dos intelectuais em relação à ideia comunista; mantinham-se fieis ao ideal revolucionário e, ante a carência de forças para realizá-lo, acabaram se fechando para uma crítica sistêmica do ocidente. Os intelectuais pós-comunistas mantiveram críticas ferrenhas ao sistema capitalista de produção, mas a marginalização ocasionada por uma ideologia tão poderosa como a do capital tornara qualquer outro tipo de ação praticamente impossível.

Marcuse (1969, p. 32) também vislumbrou a inquestionável absorção do ideal pelo real, absorção esta mascarada por um processo de naturalização ideológica da realidade, com a finalidade meramente repressiva e dominadora:

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida – muito melhor do que antes – e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensional no qual as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa

A ânsia por lucro ou pela renda obtida pela mono ou oligopolização dos bens de produção é mediado pelo medo nutrido pela sociedade de ser excluída do meio social acaso tais desideratos não sejam alcançados.

O processo de fragmentação do tempo acabou por criar momentos eternizados. Como já explicitado pela análise elaborada por Žižek da tríade RSI lacaniana - “Real”, “Simbólico” e “Imaginário” -, o imaginário acaba sendo caracterizado pela necessidade de experiências prazerosas e significativas, que remontam a ideia de bem-estar. A “(...) vida, seja individual ou social, não passa de uma sucessão de presentes, uma coleção de instantes experimentados com intensidades variadas” (MAFESSOLI, *apud* BAUMAN, 2008, p. 46).

A autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação da massa, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia do homem (HORKHEIMER, 1976, p. 06).

Outro conceito que merece ser analisado é o de “indústria cultural”, presente num dos três ensaios da “Dialética do Esclarecimento” de Adorno e Horkheimer. Nele, estes frankfurtianos intentam investigar a força manipuladora dos meios de comunicação de massa por sobre os indivíduos.

Uma primeira observação deve ser feita com relação à “cultura de massa”. A expressão “indústria cultural” foi cunhada por Adorno e Horkheimer na “Dialética do Esclarecimento” exatamente para contrapor a utilização daquela expressão, por entender que a cultura não exsurgia espontaneamente das massas, mas era fruto de um processo de inculcação promovido pela ideologia hegemônica do capital.

O mecanismo massificante da indústria cultural, portanto, seja através das obras de arte, da literatura ou da música, pois sua essência ideológica pretendia justificar as mazelas sociais através de características humanitárias, evocando a maior importância das qualidades interiores quando defrontada com os problemas exteriores.

Se na época do aceno combativo da nova sociedade todas essas ideias possuíam um caráter progressista não restrito à organização vigente da existência, entretanto com a estabilização da dominação burguesa elas se colocam crescentemente a serviço do controle das massas insatisfeitas e da mera auto-exaltação legitimadora: elas ocultam a atrofia corporal e psíquica do indivíduo (MARCUSE, 1997, p.98-9).

Reforçando a profundidade destas assertivas, Freitag (1994, p. 69) acentua que:

A separação da sociedade burguesa em dois mundos – o da reprodução material da vida (civilização) e o mundo espiritual das ideias, da arte, dos

sentimentos, etc (cultura) – permitiu a essa sociedade justificar a exploração e alienação que a grande maioria sofria nas linhas de montagem e de produção, na administração burocratizada, e no cotidiano miserável”

Marcuse (1997, p. 103) já o dizia que a “(...) beleza da cultura é sobretudo uma beleza interior e pode alcançar o exterior apenas partindo do interior. Seu reino é essencialmente um reino da alma”. Trata-se, como se pode perceber, do grande dilema da racionalidade instrumental fruto do paradigma iluminista instrumental utilitarista, ou se, deste constructo da modernidade e de sua necessidade insaciável de progresso.

A razão, portanto, não nos dá mais verdades objetivas e universais às quais possamos nos agarrar, mas somente instrumentos para objetivos já estabelecidos: não é ela que fundamenta e estabelece o que sejam o bem e o mal, como base para orientarmos nossa vida; quem decide sobre o bem e o mal é agora o "sistema", ou seja, o poder. A razão é agora *ancilla administrationis* (*escrava do sistema*) e, "tendo renunciado à sua autonomia, a razão tornou-se instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, destacado pelo positivismo, põe-se em relevo a sua independência em relação ao conteúdo objetivo; no aspecto instrumental, destacado pelo pragmatismo, põe-se em relevo sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão encontra-se agora completamente subjugada pelo processo social: o seu valor instrumental, a sua função de meio para dominar os homens e a natureza, tornou-se o único critério". (REALE; ALTISERI, 2005, p. 848)

Benjamin (1995, p. 82) certa vez assentou que “tudo depende de como se acredita na crença que se tem”. Este era e ainda é uma das grandes questões pendentes de solução em termos globais, qual seja, a crise da razão, subjugada que foi pelo processo social.

Žižek (2011, p. 16) trabalha com a ideia de uma “anulação do poder performativo (‘eficiência simbólica’) da ideologia dominante”, o que significa o mesmo das lições da dialética marxista da fetichização, ou seja, por quê se falar em ideologia se o indivíduo “dominado” a assume de tal maneira que a converte em sua realidade inquebrantável, personifica-a? Muitos pensadores preferem até mesmo se utilizar da expressão “pós-ideologia”.

É neste ponto, portanto, que deve entrar em cena a dialética negativa propugnada por Adorno, que nega a identidade entre realidade e pensamento e visa resolver os problemas do futuro sempre prospectivamente, ou seja, a partir do presente mas levando em consideração as projeções desastrosas do futuro. Reale expõe o seu raciocínio da seguinte forma:

(...) a luta contra o domínio do *idêntico*, é a rebelião dos particulares sobre o mau (*sic*) universal. Na verdade, escreve Adorno nos *Três Estudos sobre Hegel* (1963), “a razão torna-se impotente para captar o real, não por sua própria impotência, mas porque o real não é razão”. Por isso, é função da *dialética* subverter as falsas seguranças dos sistemas filosóficos, trazendo à luz o não-idêntico que eles reprimem e chamando a atenção para o individual e o diferente que elas subestimam. Como podemos ler em dialética negativa, “o singular é tanto mais como menos do que a sua determinação universal”; o singular não se deixa prender pelas redes de um sistema: “o que ele é, é sempre mais do que ele mesmo” (REALE; ALTISERI, 2005, p. 842).

Adorno (1970, p. 126), em defesa de sua dialética negativa, define-a nos seguintes termos:

O pensamento dialético procura pensar a “história” congelada nas “coisas”, o nó temporal do devir em que os cientistas se escondem e que filtra, para além de toda a ideologia, na arte e no pensamento, não regulamentados, procedendo “por intermitência” teses para o “não ainda”.

Perceba-se como esta visão é diametralmente oposta a ideia do materialismo histórico-dialético de Marx, segundo a qual o simples transcurso da história teria o codão de por fim às questões prementes da humanidade, mostrando-se imperiosa a tomada de consciência crítico-reflexiva de nosso “fim” para, partindo deste ponto, iniciar-se as alterações pontuais no presente, enquanto, acredita-se, ainda há tempo.

Žižek (2011a, p. 125-6) defende este argumento com clareza ao salientar que:

Portanto, deveríamos abandonar impiedosamente o preconceito de que o tempo linear da evolução está “do nosso lado”, de que a História “trabalha para nós”, como a famosa topeira que cava sob a terra, fazendo o trabalho das Artimanhas da Razão. Deveríamos então conceber a história como processo aberto que nos apresenta uma escolha? Dentro dessa lógica, a história determina apenas as alternativas com que nos defrontamos, os termos da escolha, mas não a própria escolha.

É por esta razão que se apontou a premência do estudo de uma teoria crítica da modernidade. A crise mundial de 2008, último cataclisma que acometeu a civilização ocidental, aponta para muitos caminhos, para muitas escolhas. O capitalismo vem se mostrando a cada década mais revolucionário, mais capaz de se reorganizar.

Os principais antagonismos da humanidade precisam ser desnudados. Estes servem perfeitamente de norte para o início do processo dialógico entre o ideal “desidealizado” e o real, entre a racionalidade e a afetividade; o tempo buscado é o

futur antérieur; adiantamo-nos “(...) em relação ao futuro, agimos como se o futuro que queremos provocar já estivesse aqui” (ŽIŽEK, 2011b, p. 127).

Uma análise mais aprofundada das transformações paradoxais operadas na humanidade no decorrer desta crise financeira ainda em curso se faz necessária. Para tanto, é preciso compreender os fatores que culminaram com o colapso do sistema financeiro norte-americano.

2 A CRISE NORTE-AMERICANA E SUAS RAÍZES

“Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa”. Eis o título da última obra publicada pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek (2011b, p. 18). A tragédia por ele referida teriam sido os ataques de 11 de setembro, com “o colapso da utopia política democrático-liberal”, que não teve o condão de afetar “a utopia econômica do capitalismo de mercado global” (2011b, p. 18).

A fim de corrigir a fala de Hegel no sentido de que a história necessariamente sempre se repete, Marx (1973, *apud* ŽIŽEK, 2011b, p. 15), em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, tece a seguinte explicação:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.

Marx (1975, pp. 247-248) já havia feito um comentário acerca desta repetição histórica de Hegel em “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”, quando aponta a derrocada do *ancien regime* alemão (1830-1840) como repetição farsesca dos acontecimentos referentes à Revolução Francesa.

O moderno *ancien régime* é apenas o comediante de uma ordem mundial cujos heróis reais estão mortos. A história é sólida e passa por muitas fases ao conduzir uma forma antiga ao sepulcro. A última fase de uma forma histórico-mundial é sua comédia. Os deuses da Grécia, já mortalmente feridos na tragédia Prometeu acorrentado, de Ésquilo, tiveram de morrer uma vez mais, comicamente, nos diálogos de Luciano. Porque a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se separe alegremente do seu passado. É esse alegre destino histórico que reivindicamos para os poderes políticos da Alemanha.

Como a Alemanha do início do século XIX, a civilização ocidental deste início de século também necessita urgentemente de se separar de seu passado, de sua ideologia, ou pós-ideologia, quando se vai além e se defente a própria fetichização da ideologia hegemônica em algo petrificado, ínsito a cada ser humano levados pelas ondas de nosso processo civilizatório.

Marcuse (2011, *apud* Žižek, 2011, p. 18) foi além quando, na parte introdutória de uma das edições da década de 1960 de “O 18 de brumário, pontuou que, às vezes,

a repetição disfarçada de farsa pode ser mais aterrorizante do que a tragédia original.

Não pelo número de mortos, naturalmente (que certamente não foi superior às vítimas da Guerra ao Terror promovida no Iraque), mas em termos de confirmação da anulação do poder performativo (eficiência simbólica) da ideologia dominante por força de seu processo fetichizador, a crise financeira de 2008 foi mais aterrorizante do que a própria tragédia que a precedeu.

Algumas concessões foram feitas, a regulação estatal passou a se efetivar de maneira mais contundente, mas a força dos atores sociais no sentido de promover a busca dialógica de uma nova racionalidade ainda é insuficiente, carentes de apoio dos demais atores e da própria atividade discursiva com as elites, onde 1% da população norte-americana detém o controle de mais de 40% da riqueza, vindo a receber mais de 20% da renda.

Daí a importância, como será por bem demonstrado, do movimento “Occupy Wall Street” e de um de seus *slogans* – “1%”. Afinal, existe resistência; e ela dá sinais diários de que pode ser global. Todo processo dialógico é lento e é por esta razão que, para que se possa criticar o capitalismo, faz-se necessário compreender o seu funcionamento.

Feitas estas considerações, pode-se afirmar que a revogação, no ano de 1999, da Lei Glass Steagall⁴, foi um dos fatores que, juntamente com o avanço neoliberal promovido pelo Consenso de Washington, favoreceu sobremaneira o crescimento exacerbado das instituições financeiras.

Esta lei mantinha a separação dos bancos comerciais dos bancos de investimento, o que fazia deles não tão grandes para entrarem em processo de falência. Após este acontecimento, passou-se a dizer que as instituições financeiras que cumulavam as funções comerciais e “de investimento” acabaram se transmutando em grandes demais para falir.

⁴Esta lei Americana criou, em 1933, a chamada Federal Deposit Insurance Corporation, agência garantidora de créditos, que à época acabou com a separação anteriormente existente Wall Street e os bancos estatais.

No passado, os lucros dos bancos provinham tão somente do *spread*, ou seja, da diferença entre a taxa de juros que recebiam dos que lhe tomavam dinheiro emprestado e a taxa de juros que pagavam aos depositantes. Essa diferença, ou *spread*, com frequência não era muito grande, o que permitia aos bancos comerciais lucros satisfatórios, porém não exorbitantes.

Brodsky (1986, p. 157) sintetiza esta questão com a seguinte constatação: “Além do ar, da terra, da água e do fogo, o dinheiro é a quinta força natural com que o ser humano lida com mais frequência”.

Manejar bem o dinheiro e tornar a povo dependente de suas linhas de crédito foi uma estratégia bastante adotada pelas instituições financeiras norte-americanas, tendo estas sido fortemente criticadas por Stiglitz (2010, p. 182/183) ao dispor que:

Os bancos não forneceram os serviços de que os pobres precisavam, tornando-os vítimas da exploração dos empréstimos mensais e dos serviços de compra de cheques; e não forneceram aos usuários um sistema de pagamento eletrônico de baixo custo do tipo que os Estados Unidos deveriam ter, graças aos avanços tecnológicos.

Atualmente, o capitalismo financeiro evoluiu para um estágio em que as instituições financeiras ganham dinheiro com o próprio dinheiro. As cifras são estratosféricas e os papéis originados através destas negociações, em sua maioria derivativos tóxicos, foram os grandes protagonistas da atual crise econômica norte-americana, com reflexos mundiais.

O princípio operante no mercado financeiro é o do *cavet emptor*, ou seja, o risco é única e exclusivamente do comprador.

Conforme será aprofundado neste capítulo, os prestamistas, notadamente representantes de esferas menos favorecidas dos Estados Unidos, não tinham condições de avaliar os riscos de suas transações, haja vista que as agências de classificação de risco atuavam para e em função dos bancos, favorecendo os resultados das pesquisas através de movimentações, no mínimo, bastante questionáveis.

Percebe-se destas assertivas o avanço neoliberal iniciado pelos países centrais, ou simplesmente denominados “do Norte”, capitaneados, naturalmente, pela maior potência desta epocalidade, os Estados Unidos da América.

A humanidade avançou por um caminho alternativo, cuja sociedade civil nela transpirante se mostra dotada de um materialismo que, lastimavelmente, predomina sobre os compromissos morais, em que o avanço da técnica não vem se mostrando sustentável, humano, bioético.

O individualismo desabrido e o fundamentalismo do mercado erodiram qualquer sentido de comunidade e levaram a uma exploração selvagem de indivíduos inocentes e desprotegidos e a uma crescente divisão social.

Experimentamos um período de desencanto pós-moderno, em que os indivíduos, ilhados em seus desejos padronizados de “sucesso”, transforma-se nas maiores mercadorias que a sociedade de consumidores já experimentou.

Zygmunt Bauman (2008, p. 20) em seu livro “Vida para o consumo” (*Consuming Life*) mostra-nos que:

(...) na sociedade do consumo, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável.

Buscar qualidades esperadas pelo Mercado, agregar valor à profissão, fazer plástica, malhar na academia, falar inglês e alemão, fazer várias faculdades são o apanágio de um mundo que se mercantilizou. Tudo se tornou mercadoria.

A tarefa dos consumidores, e o principal motivo que os estimula a se engajar numa incessante atividade de consumo, é sair dessa invisibilidade e imaterialidade cinza e monótona, destacando-se da massa de objetos indistinguíveis (BAUMAN, 2008, p. 21)

Consumir para Bauman significa, portanto, que o indivíduo deve investir em si mesmo obtendo qualidades que o tornem desejável para o mercado. Nesta sociedade os indivíduos devem obter no mercado os serviços para que se tornem cada vez melhores como mercadorias. Eles devem se equipar com um ou outro produto fornecidos pelo mercado se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social. O ser humano rejeita sua própria incompletude e procura superar

essa solidão de ser invisível num mar de mercadorias.

Para ele (2008, p.76),

Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade.

Como fruto da autonomização crescente dos processos de produção (planejamento e marketing intelectual, produção material e fornecimento de recursos materiais), Žižek (2011, p. 123) esboça como consequência social o aparecimento das chamadas “três classes principais”, que:

(...) mesmo não sendo classes, mas frações da classe trabalhadora: os trabalhadores intelectuais, a velha classe trabalhadora braçal e os excluídos (os desempregados, os que moram em favelas e em outros interstícios do espaço público).

Neste contexto histórico, traça-se como panorama do contexto de crise norte-americana:

Um mercado desregulado, inundado de liquidez e com taxas de juros baixas, uma bolha imobiliária global e uma escalada de empréstimos *subprime* formavam uma combinação tóxica. Acrescentem-se a isso os déficits fiscal e comercial dos Estados Unidos e a correspondente acumulação de enormes reservas de dólares na China – ou seja, uma economia global desequilibrada – e era claro que as coisas estavam terrivelmente mal. (STIGLITZ, 2010, p. 35)

Nos anos que precederam a crise mundial, mais especificamente a partir do ano 2000, o governo do presidente George W. Bush se utilizou de uma grande recessão seguida com o colapso da bolha tecnológica e, como engodo, operou uma profunda redução de impostos para as classes mais abastadas, o que traduz um contrassenso.

O lançamento das hipotecas *subprime* com um sem número de facilidades para os prestamistas de classes menos favorecidas da sociedade norte-americana foi a tentativa vislumbrada pelos Estados Unidos para por termo ao agravado processo de recessão em que se encontrava a economia norte-americana no início deste século.

A invasão dos Estados Unidos no Iraque foi um fator que contribuiu para a maximização dos problemas, haja vista que acarretou o aumento desenfreado do preço do petróleo.

Muito embora esta seja uma das causas da crise financeira mundial iniciada em 2008 foi o aumento do preço do petróleo motivado pela invasão dos EUA no Iraque. Stiglitz (2010, p. 49) acentua que:

Os Estados Unidos gastaram centenas de bilhões de dólares com a importação do petróleo – dinheiro que, se não fosse por isso, poderia ter sido gasto na economia americana. Os preços do petróleo subiram de 32 dólares por barril, em março de 2003, quando começou a guerra do Iraque, para 137 dólares por barril, em julho de 2008. Isso significou que os americanos passaram a gastar 1,4 bilhão de dólares por dia para importar petróleo (contra 292 milhões de dólares por dia antes do início da guerra), em vez de gastar esse dinheiro no próprio país. Greenspan achava que podia manter as taxas de juros baixas porque a pressão inflacionária era pequena e porque, sem a bolha imobiliária, sustentada pelas baixas taxas de juros, e sem o auge do consumo, sustentado pela bolha imobiliária, a economia americana mostraria fraqueza.

Os sinais de que a economia norte-americana não estava caminhando bem, já no ano de 2007, pode ser explicado pela drástica diferença entre as taxas de juros de empréstimos interbancários (aquelas que os bancos praticam para realizar empréstimos entre si) e em títulos do Tesouro (taxa através da qual o governo pode realizar empréstimos).

Antes disso, Žižek (2011, p. 21) nos rememora que ainda:

Em 2004, tantas pessoas fizeram manifestações em Washington contra o perigo de um colapso financeiro que a polícia teve de mobilizar mais 8 mil agentes locais e convocar outros 6 mil de Maryland e da Virgínia. O que se viu em seguida foi gás lacrimogêneo, cassetetes e prisões em massa, tantas que a polícia teve de usar ônibus para o transporte. A mensagem foi alta e clara, e a polícia foi usada literalmente para sufocar a verdade.

Conforme salientado, a própria bolha das “.com” foi a grande causa da adoção das políticas norte-americanas com vistas ao controle da recessão no início da década de 2000 que, por conseguinte, adotou como estratégia a facilitação dos empréstimos *subprime* no mercado imobiliário. Em verdade, as crises do capitalismo são conjunturais e ocorrem de tempos em tempos.

A desaceleração da economia, causada pelo aumento dos juros, desencadeou a mora dos prestamistas e, por conseguinte, o aumento do número de execuções hipotecárias. Conforme as palavras de Stiglitz (2010, p. 70), percebe-se que os acontecimentos retratam uma série de eventos em cadeia.

(...) Os problemas imobiliários apareceram primeiro nos mercados *subprime*, mas logo se tornaram manifestos também em outras áreas. Se os americanos não conseguiam fazer seus pagamentos hipotecários, logo também teriam dificuldade em pagar seus cartões de crédito. Com a queda dos preços das casas, a chegada da crise ao setor mais rico do mercado imobiliário era apenas questão de tempo. Com a redução dos gastos de consumo, era inevitável que muitos negócios entrassem em falência – e isso significava que a taxa de inadimplência nos bancos comerciais também aumentaria.

A fim de buscar uma maior organização na exposição de idéias, a abordagem acerca da crise enfrentada pelos Estados Unidos, com repercussão planetária, será efetuada em tópicos notadamente com relação aos pontos de maior relevância.

2.1 A VERDADEIRA FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA ECONOMIA

Analisando friamente as razões que levaram as economias mundiais a criar as instituições financeiras *lato sensu* consideradas, constata-se . Costuma-se acentuar em alto e bom tom a repulsa à acumulação irrestrita e desenfreada de riqueza proporcionada pelas atividade bancária. Ao que tudo indica, o desvirtuamento da atividade bancária, pelos próprios exercentes da atividade, acabou por se confundir com a essência de sua criação.

Falicitari a realização de pagamentos, avaliar e administrar de forma responsável os riscos, emprestar dinheiro, estas seriam – ou deveriam ser – as finalidades essenciais do sistema bancário. Sua existência, portanto, perpassa a idéia de que o mesmo deveria servir à sociedade, ou seja, contribuir para o seu desenvolvimento, progresso, bem-estar.

A regulação estatal, ou seja, a intervenção do Estado no poder econômico, muito contribui para atenuar o apetite voraz dos bancos, o que não deveria significar alívio algum aos jurisdicionados, haja vista que a atuação do sistema financeiro nas esferas individual e coletivamente consideradas deveria se pautar nos estritos limites da ética, o que, logicamente, tornaria despicienda a necessidade de intervenção deste ou daquele ator social com vistas a conter eventuais ações pautadas em interesses meramente secundários das instituições financeiras. Conforme obtempera Stiglitz (2010, p. 41):

A primeira é a de prover um mecanismo eficiente de pagamentos, no qual o banco facilita as transações transferindo o dinheiro dos seus depositantes àqueles de quem eles compram bens e serviços. A segunda função essencial é a avaliação e a administração dos riscos e a realização dos empréstimos. Esta se relaciona com a primeira função essencial, porque se o banco fizer avaliações creditícias deficientes, se fizer apostas irresponsáveis, ou se puser dinheiro demais em operações arriscadas que terminem por fracassar, não poderá honrar a promessa de remunerar o dinheiro dos depositantes. Se fizer bem o seu trabalho, o banco proporciona dinheiro para o estabelecimento de novos negócios e para expandir os já existentes, a economia cresce, criam-se novos empregos e, ao mesmo tempo, seus próprios lucros aumentam, o que lhes possibilita pagar juros aos depositantes e recompensar os que investiram seus ativos no banco.

As funções bancárias essenciais nos Estados Unidos foram inquestionavelmente negligenciadas. Ao invés de se concentrar no empréstimo de dinheiro a pequenos e médios produtores (esfera fundamental para a criação de empregos na grande maioria das economias), houve concentração de interesses em outras atividades, reputadas mais lucrativas para os banqueiros e, muitas das vezes, indiferente para os prestamistas.

No próximo tópico serão abordados os fatores que contribuíram sobremaneira para a atual situação de crise financeira em que se encontra a humanidade.

2.2 AS CAUSAS DO COLAPSO DO SISTEMA FINANCEIRO NORTE-AMERICANO

A crise mundial ocorrida ao final do ano de 2008 é um claro exemplo das inúmeras advertências que vinham sendo feitas ao longo dos últimos anos acerca do futuro do capitalismo. Conforme aduzido alhures, inúmeros intelectuais profetizaram o advento da crise mundial. Os nomes de Noreena Hertz, economista inglesa, especialista em globalização econômica, também podem ser lembrados:

Estamos testemunhando a morte de um paradigma”, (...) “A teoria econômica dominante nos últimos 20 anos - uma teoria que colocava a liberdade antes da igualdade, dava aos mercados mais poder que aos Estados e via o risco como um bem público que não deveria ser limitado - virou defunto. (2010, p. 54-5)

Bandeira (2006, p. 22-23), em “A Formação do Império Americano”, também anunciou a queda do império americano no ano de 2007. As razões que o levaram a concluir neste sentido possuem acentuada aproximação com as verdadeiras causas que levaram à crise mundial iniciada em setembro de 2008. Eis os apontamentos do autor:

Os Estados Unidos apresentam, porém, elevado nível de vulnerabilidade comparável ao da riqueza que possuem. Emitem dólares, sem lastro, para pagar a energia, *commodities* e manufaturas que importam, e os países que lhes vendem, tais como a Arábia Saudita, China e outros, com os mesmos dólares sem lastro compram bônus do Tesouro americano. Em outras palavras, são os bancos centrais de outros países que continuam a financiar o *déficit* na conta corrente do balanço de pagamentos dos Estados (...) A maior parte desta dívida (...) estava em poder dos bancos centrais de outros países, sobretudo nos bancos centrais do Japão e da China. Só China detém cerca de US\$ 854 bilhões, valor mais alto que o déficit da conta-corrente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Essa situação gera certamente enorme potencial de risco para os Estados Unidos, se os bancos pararem de comprar os bônus do Tesouro ou começarem a vendê-los, maciçamente no mercado. O que afasta, por enquanto, a perspectiva do colapso é o fato de que o dólar é a moeda internacional de reserva. Afasta, mas não elimina a ameaça. A bolha financeira dos Estados Unidos, assim inflada, vai estourar, mais dia menos dia.

Suas principais causas serão analisadas adiante.

2.2.1 Securitização

A primeira causa para a eclosão da crise mundial cujo epicentro se deu com a falência da instituição financeira Lehman & Brothers Inc. deve ser atribuída a uma prática denominada securitização, que em agrupar inúmeras modalidades de ativos financeiros (títulos de crédito, dívidas referentes a operações de mútuo, dentre outros), que são transmutados em títulos negociáveis no mercado de capitais. Como isso, opera-se em regra uma cessão de crédito ou até mesmo a sua alienação, que se dá na forma de títulos que, conforme esposado, são repassados para investidores indeterminados mas determináveis. Portanto, traduz-se a securitização numa conversão de dívida em investimento.

A lógica da securitização, se não pôde ser percebida com a explicação ontológica acima expendida, pode ser facilmente explicada como sendo a transformação de ativos relativamente não líquidos em títulos mobiliários líquidos, transferindo-se os riscos a eles associados para os investidores que os compram.

O risco excessivo somado à alavancagem excessiva criara o que *parecia* ser uma alta lucratividade, que foi realmente alta por algum tempo. Wall Street pensava que, reempacotando as hipotecas e passando-as a um grande número de investidores, estava compartilhando o risco e protegendo-se ao mesmo tempo, uma vez que um risco amplamente compartilhado podia ser absorvido com facilidade. Mas a securitização na verdade aumentou o risco das hipotecas. (2010, p.135)

Alavancagem bancária significa nada menos do que a capacidade de determinada sociedade empresária de atuar, exercer suas atividades de empresa, com recursos de terceiros (em regra, através da concessão de empréstimos, debêntures, ações preferenciais, dentre outra infinidade de produtos financeiros), a fim de que se possa promover maximização dos efeitos da chamada variação do lucro operacional sobre os lucros calculados por ação dos respectivos quotistas.

Como os Americanos nitidamente estavam vivendo muito além de sua renda, tal medida, dentro da lógica utilitarista incompreensível da modernidade, pareceu ser a mais viável para manter a saúde e a hígidez da economia.

Trata-se, desta forma, de uma maneira criada pelas instituições financeiras de sempre lucrar, haja vista que os riscos da transação são integralmente repassados a terceiros, bem como transformas as hipotecas *subprime* securitizadas em produtos de cotação AAA pelas agências de classificação de risco.

A intenção era fazer das hipotecas *subprime* de alto risco produtos de cotação AAA, aptas a atrair a atenção e, por conseguinte, os investimentos dos fundos de pensão, que buscavam lugares seguros para aplicar o dinheiro que os trabalhadores tinham reservado para sua aposentadoria (STIGLITZ, 2010, p. 41).

A securitização visa, portanto, à socialização dos riscos; nestes casos, os bancos sabiam que os riscos eram altíssimos e, ainda assim, incursaram no ramo dos chamados derivativos tóxicos com a nítida finalidade de lucrar em detrimento do prejuízo alheio (STIGLITZ, 2010, p. 135).

Stiglitz (2010, p. 59) é irônico ao afirmar que “quando os bancos eram bancos, eles conservavam as hipotecas que emitiam” e salienta ainda que desde 1992 (...) temia que a securitização das hipotecas terminasse em desastre, uma vez que tanto compradores quanto vendedores haviam subestimado a probabilidade de queda de preços e a força da correlação.

E continua o mesmo autor (2010, p. 152) dizendo que:

Se um prestamista enfrentasse problemas, como a perda do emprego, o banco podia ajudá-lo. Os bancos sabiam quando deveriam dar crédito e quando era necessário enfrentar a cobrança executiva, algo que não faziam só por fazer.

Com o advento da securitização, “um grupo de hipotecas era enfeixado e vendido a investidores de qualquer lugar. Os investidores possivelmente jamais terão visitado as comunidades em que as casas se localizam”. Quer-se dizer: a atividade bancária acabava por perder a sua qualidade local e passou a expandir os seus negócios para muito além de seu entorno (STIGLITZ, 2010, p. 152).

Os pequenos bancos locais emprestavam principalmente para gente da própria comunidade. Assim, se uma fábrica do lugar fechasse, muita gente não poderia pagar suas hipotecas e o banco local podia arriscar-se a falir. Com a securitização, os investidores podiam comprar ações sob a forma de lotes de hipotecas e os bancos de investimento podiam combinar múltiplos feixes de hipotecas, facilitando ainda mais a diversificação para o investidor.

A lógica da estratégia supunha ser improvável que hipotecas provenientes de diferentes regiões geográficas experimentassem problemas simultâneos. (STIGLITZ, 2010, p. 152)

Tais medidas acarretaram aumento das taxas de juros e formação de assimetrias de informação. Afinal, o comprador da hipoteca acabava sabendo menos acerca do que estava comprando do que o próprio banco ou firma originadores da hipoteca.

Como consequência destes fatos a economia local americana passou a se deparar com o fenômeno descrito por Stiglitz (2010, p. 159) como o “desaparecimento da sensibilidade do banqueiro local”, ou seja, o distanciamento entre as instituições financeiras e os seus clientes, o que prejudicou sobremaneira a prestação dos serviços bancários essenciais à manutenção do *ethos* propugnado por toda e qualquer sociedade de consumidores, o que significa dizer que:

As funções essenciais foram negligenciadas. Ao invés de se concentrar no empréstimo de dinheiro a pequenos e médios produtores (esfera fundamental para a criação de empregos em qualquer economia), houve concentração na atividade de securitização, especialmente no mercado imobiliário.

(...)

A intenção era fazer das hipotecas *subprime* de alto risco produtos de cotação AAA, aptas a atrair a atenção e, por conseguinte, os investimentos dos fundos de pensão, que buscavam lugares seguros para aplicar o dinheiro que os trabalhadores tinham reservado para sua aposentadoria. (STIGLITZ, 2010, p. 41)

Nota-se mais uma vez a potencialidade e lesividade do paradigma do pensamento moderno utilitarista instrumental, da lógica perversa do capitalismo financeiro, pois as hipotecas *subprime* foram idealizadas com o fito de incentivar que a parcela menos abastada da sociedade norte-americana conseguisse adquirir a casa própria.

2.2.2 A questão das hipotecas *subprime*

Greenspan, à época presidente do *Federal Reserve*, talvez tenha tornado a situação mais grave ao permitir que os bancos passassem a dar empréstimos cada vez mais

arriscados e encorajando as pessoas a contrair hipotecas de taxas variáveis, cujos pagamentos poderiam facilmente explodir, como de fato aconteceu, o que levou até famílias de classe média não só à inadimplência mas também para os principais bolsões de pobreza do país, terrenos baldios (com suas barracas de acampar servindo de residência fixa), transformando muitos americanos das classes mais baixas morando na rua, etc. (STIGLITZ, 2010, p. 44)

Tal conduta adotada por Greenspan foi definida pela maioria dos economistas como sendo uma “incoerência intelectual”, um “efeito do esquecimento ou rejeição das lições da teoria econômica e da experiência histórica” (STIGLITZ, 2010, p. 181).

Um bom produto hipotecário teria baixos custos de transação e baixas taxas de juros e ajudaria as pessoas a administrar os riscos de comprar uma casa, inclusive uma proteção para a hipótese de a casa perder valor ou de os proprietários perderem o emprego. Os proprietários também desejam mensalidades previsíveis, que não comecem a subir sem aviso prévio e que não tenham custos ocultos. Os mercados financeiros americanos não se preocuparam em elaborar produtos melhores, embora estes sejam utilizados em outros países. Ao contrário, as empresas de Wall Street, empenhadas em maximizar seus lucros, passaram a trabalhar com hipotecas de altos custos de transação e taxas de juros variáveis, com pagamentos que podiam disparar repentinamente e sem nenhuma proteção contra o risco de perda do valor do imóvel ou de perda de emprego (STIGLITZ, p. 40.)

Em uma de suas mais recentes obras, *Capitalismo Parasitário*, Bauman (2010, p. 9) esclarece que o que o capitalismo financeiro vendia aos prestamistas adquirentes de hipoteca subprime era a esperança de que, mesmo não tendo recursos suficientes para assumir todos os riscos de seu investimento, os imóveis adquiridos pudessem sofrer um aumento de preço que compensaria os riscos ingenuamente contraídos.

Em tempos recentes, assistimos a outra demonstração concreta da “lei de Rosa”, o famigerado *affaire* das “hipotecas *subprime*”, que estão na origem da atual recessão: o expediente de fôlego curto, deliberadamente míope, de transformar em devedores indivíduos desprovidos dos requisitos necessários à concessão de um empréstimo. A única coisa que eles inspiravam era a esperança (um tanto astuta, mas vã, em última análise) de que o aumento dos preços das casas, estimulado por uma demanda artificialmente inflada, pudesse garantir, como um círculo que se fecha, que os “compradores de primeira viagem” pagassem os juros regularmente (pelo menos por algum tempo).

Logo, conclui-se que os formuladores das hipotecas não se concentraram nos fins desta modalidade de serviço, mas somente na maximização de seus lucros; o mercado imobiliário poderia ter sido ampliado em escala ascendente, mas não o foi, tamanha a ganância dos tecnocratas de Wall Street.

Žižek (2011, p. 37) expõe de forma bastante inteligível o grande erro cometido por Greenspan:

(...) o erro de Greenspan foi esperar que o autointeresse esclarecido das instituições de empréstimo as levasse a agir de modo mais responsável, mais ético, de modo a evitar os breves ciclos autoimpedidos de especulação desenfreada, que, mais cedo ou mais tarde, estouram como bolhas. Em outras palavras, seu erro não dizia respeito aos fatos, dados e mecanismos econômicos objetivos, mas às atitudes éticas provocadas pela especulação de mercado, em particular à premissa de que os processos de mercado geram espontaneamente responsabilidade e confiança, porque, em longo prazo, é do interesse dos próprios participantes agir assim. (...) O que ele esqueceu de incluir na equação foi a perspectiva bastante racional dos especuladores de que valia a pena correr o risco, porque, no caso de um colapso financeiro, poderiam contar com o Estado para cobrir o prejuízo.

Socialização dos riscos, ganância e a certeza de que os Estados Unidos da América não permitiriam o colapso do sistema financeiro podem ser resumidos como os principais motivos do comportamento cleptomaniaco de Wall Street. Afinal, a manutenção deste *ethos*, conforme o entendemos, depende, queiramos ou não, de Wall Street. Não havia outra solução para o problema que não passasse pelo resgate bilionário.

Žižek (2011b, p. 24), mais uma vez, aponta que:

(...) no sistema capitalista, o bem-estar social das ruas depende da prosperidade de Wall Street. Assim, enquanto os populistas republicanos que resistem ao salvamento fazem a coisa errada pelas razões certas, quem propõe o salvamento faz a coisa certa pelas razões erradas. Para usar termos mais sofisticados, a relação é intransitiva: embora o que é bom para Wall Street não seja necessariamente bom para o povo das ruas, o povo das ruas não pode prosperar quando Wall Street cai doente, e essa assimetria dá a Wall Street uma vantagem *a priori*.

O argumento midiático que os Estados Unidos deveriam salvar o povo das ruas é puramente ideológico. O não resgate dos bancos seria considerado o fim do sistema capitalista dentro de sua atual lógica conjuntural. A sociedade seria drasticamente afetada pela enxurrada de problemas provocados pelo aumento da inflação, dentre muitos outros.

2.2.3 Os responsáveis pela crise econômica norte-americana

A palavra mais apta a descrever a série de anomalias praticadas pelo sistema financeiro norte americano nas décadas que antecederam a profunda crise da economia mundial é complacência.

Houve complacência das companhias hipotecárias, das instituições financeiras, das agências de classificação de risco, que deveriam espelhar a verdadeira situação da economia mas acabavam cedendo às investidas do Poder Econômico com vistas à escamoteação dos resultados das pesquisas.

Conforme apontou Stiglitz (2010, p. 42),

A ganância dos banqueiros seria um fundamento fraco, pois, para que se possa empreender uma base para a reforma, mister ter-se em mente que os banqueiros tiveram incentivos e oportunidades para fazê-lo, sendo este o fator premente de mudanças.

Abordando especificamente a situação das hipotecas, tem-se que as instituições financeiras as compravam, transformavam-nas em “produtos atraentes”, através da adoção de investimentos de controle de risco e, posteriormente, vendiam-nas a investidores desatentos que, por confiarem na prudência do mercado financeiro, não faziam ideia da toxicidade dos derivativos que estavam adquirindo.

A adoção de tais medidas tinha ainda um último fundamento, qual seja, as instituições financeiras norte-americanas tinham a certeza de que, na eventualidade de surgirem problemas, seriam resgatadas pela força econômica do próprio Estado americano. Elucidativa, portanto, a presente passagem, extraída da obra de Joseph Stiglitz (2010, p. 43), ao apontar que:

(...) os erros aparentes de preço e julgamento de risco se baseavam em uma aposta interessante: eles acreditavam que, se surgissem problemas, o Banco Central e o Tesouro os salvariam. E tinham razão.

A situação foi ainda mais agravada por conta da decisão do então presidente do FED, Alan Greenspan, que permitiu que os bancos prestassem empréstimos sempre mais e mais arriscados e, como se não bastasse, passou a encorajar a população norte-americana a contrair empréstimos de risco e, o pior, com taxas de câmbio

variáveis, “cujos pagamentos poderiam facilmente explodir, como de fato aconteceu, o que levou até famílias de classe média à inadimplência” (STIGLITZ, 2010. p. 44).

Greenspan confiou na “ética” do Mercado, pois tinha convicção de que os banqueiros saberiam a hora certa de suspender os negócios de risco.

Culpa-se, portanto, as medidas adotadas pelo FED – em especial na primeira década do século XXI – que, além da responsabilidade direta de Alan Greenspan pela autorização na “construção” dos derivativos tóxicos e do incentivo à contração de hipotecas a juros variáveis, permitiu a manutenção das taxas de juros em níveis por demais baixos durante um longo tempo (STIGLITZ, 2010. p. 45).

A crise, portanto, teve inúmeros culpados. A ganância dos banqueiros foi tamanha que os mesmos deixaram de se preocupar, se é que algum dia se preocuparam, com o infundável número de prestamistas que acabaram tendo suas casas hipotecadas e com o próprio povo americano, que desembolsou trezentos milhões de dólares para salvar o sistema financeiro norte-americano do colapso.

O papel das agências de risco foi preponderante para a situação de crise que enfrenta atualmente a humanidade, pois, se tivessem se adstrito aos seu papel de maneira restrita, “os fundos de pensão e outras instituições teriam comprado menos hipotecas e o tamanho da bolha poderia ter sido acentuadamente menor” (STIGLITZ, 2010. p. 46).

A baixa das taxas de juros para os países da Ásia e a conseqüente inundação de liquidez de suas poupanças foi também um dos fatores preponderantes para o aumento da crise econômica.

(...) muitos banqueiros acusam o governo – cuspiendo no prato em que comem – por não ter impedido sua própria ação, como o menino que, ao ser apanhado roubando doce na loja, culpa o dono, ou a polícia, por não ter prestado atenção, dando assim a impressão de que ele podia ficar com o doce. O argumento é ainda mais incongruente porque os mercados financeiros efetivamente haviam pagado a polícia para não olhar. Eles conseguiram derrotar as tentativas de regular os derivativos e restringir as concessões de empréstimos predatórios. A vitória que alcançaram sobre os americanos foi total. Cada vitória lhes dava mais dinheiro e com isso mais influência no processo político. E eles tinham o argumento adicional de que a desregulação lhes trouxera mais dinheiro – e o dinheiro é a marca do êxito: como foi provado (STIGLITZ, 2010, p. 46).

Como o governo americano tinha forte interesse na expansão da propriedade imobiliária, este foi culpado pelos banqueiros ante a alegação de que estavam fazendo somente a sua parte.

Teceram-se críticas ferrenhas a Fannie Mae e Freddie Mac, duas empresas privadas que haviam começado como agências governamentais, bem como ao Community Reinvestment Act (CRA, programa governamental) (Lei de Reinvestimentos Comunitários), que estimula os bancos a emprestar dinheiro para as comunidades carentes (STIGLITZ, 2010, p. 47).

Ocorre, no entanto, que as instituições financeiras vem demonstrando ao longo do curso da história que, em que pese o fato de deverem prestar um bom serviço à coletividade, precipuamente na minimização dos riscos oriundos das transações financeiras, o mercado segue sua própria lógica, lógica esta dos maiores lucros, em detrimento de quem quer que seja.

Especificamente, o que os defensores da propriedade imobiliária tinham em mente era a propriedade permanente, ou pelo menos de longo prazo. Não havia o menor sentido em oferecer uma casa a uma família por alguns meses e em seguida expulsá-la, depois de extrair-lhe a poupança de toda a vida. Mas foi isso o que os bancos fizeram. Não sei de nenhum funcionário do governo que tenha recomendado aos emprestadores que se dedicassem a práticas predatórias, que fizessem empréstimos além da capacidade de pagamento dos prestamistas e que trabalhassem com hipotecas que combinam altos custos de transação. (STIGLITZ, 2010, p. 48)

Daí o questionamento do autor: “por que o setor não conseguiu de modo algum exercer suas funções sociais precípuas nem atender aos seus próprios acionistas e credores” (STIGLITZ, 2010, p. 48)?

A resposta é simples. Os Estados Unidos da América não souberam administrar sua própria economia; confiaram na mão invisível do mercado e, ao fim, acabaram se deparando com um prolongado período de incentivos falhos, fruto de um sistema falho de governança corporativa, com implementação inadequada de legislação acerca da temática competição e incompetência no processo de avaliação de riscos.

Afinal, os bancos sofrem fortes processos de regulação porque a sua falência ocasiona danos de difícilíssima reparação ao resto da economia, o que não ocorre, em regra, com os denominados *hedge funds*.

Enfim, o controle metabólico do Estado norte-americano sobre o capitalismo financeiro deixou de existir; afinal, este fez vistas grossas à ininterrupta conduta desidiosa das agências de controle de risco.

Não foram as regulações que fizeram os bancos comportar-se mal; foram as deficiências que não impediram que os bancos impusessem custos ao resto da sociedade, como eles têm feito reiteradamente. Com efeito, o único período da história dos Estados Unidos em que os bancos não impuseram esses custos foram os 25 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, quando as regulações eram fortes e bastante fiscalizadas. É possível fazê-lo. (STIGLITZ, 2010, p. 50)

Percebe-se, portanto, que o fracasso da regulação nos últimos 25 anos continua a requerer explicação. A parcela de culpa do programa de Washington é inequívoca. O neoliberalismo mostrava, já ao final do século XX, sua verdadeira face.

A crise mundial iniciada no ano de 2007, cujo estopim foi a bancarrota do Lehman & Brothers, ocorrida em 17 (dezesete) de setembro de 2008, demonstrou cabalmente que o programa adotado no Consenso de Washington, consubstanciado na redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de Mercado, câmbio de Mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais e na desregulamentação, ou seja, a mínima intervenção do Estado na economia e direito à propriedade intelectual, estava fadado ao insucesso.

Processos de inculcação ideológica como a indústria cultural serviram a uma finalidade muito bem direcionada, qual seja, criar uma padronização do ser humano com vistas a moldá-lo à imagem e semelhança dos objetos apresentados a todo momento pelo mundo da vida, ou seja, objetivou-se o sujeito, dele retirando sua capacidade de criticar sua realidade circundante. Por conta disso, os cidadãos norte-americanos como um todo gastam mais do que sua renda mensal (vivem de crédito), fato este que isoladamente facilita a eclosão de crises a qualquer tempo.

Em continuidade, mister apontar duas outras figuras intimamente ligadas à presente crise financeira, exatamente por estarem intimamente relacionadas às inúmeras falhas do mercado: trata-se da figura do agenciamento e das chamadas externalidades.

Os agentes são aqueles empregados das instituições financeiras ora analisadas que trabalham com dinheiro e tomam decisões em nome de outras pessoas. Sua

remuneração se vincula ao preço das ações nas bolsas, não nos resultados em longo prazo.

Logo, não há a mínima preocupação por parte dos agentes em analisar se em longo prazo o investimento por ele administrado trará algum retorno ao seu cliente, importando tão somente o lucro imediato com os respectivos papéis. Stiglitz afirma:

Os que tomam decisões relativas aos investimentos – e avaliam o desempenho da corporação – não o fazem em seu próprio nome, mas em nome dos que puseram seus fundos sob a guarda deles. Ao longo de toda a cadeia do “agenciamento”, os cuidados com o desempenho se traduzem em um foco concentrado nos *lucros de curto prazo*. (...) *A contrario sensu*: (...) as firmas financeiras não estavam nem um pouco interessadas em inovações que pudessem ajudar as pessoas a conservar suas casas ou proteger-se contra argumentos súbitos das taxas de juros. (...) O que os movia era a determinação de tão logo quanto possível passar adiante os papéis criados com base nas hipotecas. Nos laboratórios frankesteinnianos de Wall Street, os bancos criavam novos produtos de risco (instrumentos de dívida colateralizados, instrumentos de dívida colateralizados ao quadrado e seguros de crédito, (...), sem mecanismos de controle sobre os monstros que haviam criado. (STIGLITZ, 2010, pp. 51-3)

No que concerne às externalidades, podem as mesmas ser definidas como operações de mercado que impõe custos ou benefícios a outros que dela não participam.

No caso em tela, verifica-se que o capitalismo financeiro do início do século XXI ocasionou à economia norte-americana e, conseqüente a todo o mundo, um número infindável de externalidades negativas, haja vista que o colapso do sistema financeiro, além de desabrigar uma grande parcela dos prestamistas norte-americanos, acabou ocasionando conseqüências negativas para toda a sociedade norte-americana e para o Mundo.

Afinal, valeressaltar que o resgate das instituições financeiras combatidas pela crise que elas mesmas deram causa saiu dos bolsos já debilitados do cidadão comum americano. Daí a importância das regulações estatais. Contra o comportamento imoral e anti-ético do mercado, a intervenção estatal é uma das medidas aptas a operar o controle metabólico do capital.

Recuperemos neste momento a seguinte colocação de Keynes (1978, p.126):

De minha parte, acho que, sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos que qualquer outro sistema alternativo conhecido.

Certamente que sim. Objetivos puramente econômicos são alcançáveis mediante um capitalismo administrado, talvez não mais do que num *ethos* de livre Mercado, sem, naturalmente, os excessos especulativos que marcaram a última crise mundial.

Quanto às políticas de garantia dos direitos humanos, às medidas de redução dos altos níveis de desigualdade social dos países emergentes, ainda não se pode afirmar, ao menos não sem maiores debates, se o capitalismo administrado seria mais eficiente do qualquer outro sistema alternativo conhecido.

É por esta razão que a ideia da revisitação do comunismo, proposta, por exemplo, por autores como Žižek e Badiou, será abordada no próximo capítulo. Ainda não há respostas, mas escolhas.

Ainda com relação à temática do “capitalismo administrado”, em alusão à citação de Keynes, Stiglitz (2010, p. 54), que com ele dialoga em inúmeros trechos de sua obra, aponta que:

Quando há problemas sérios de agenciamento e de externalidades, é típico que os mercados não consigam produzir resultados eficientes – o que contraria a crença generalizada na eficiência dos mercados. Essa é uma das razões para a regulação do mercado financeiro. As agências reguladoras eram a última linha de defesa contra o comportamento excessivamente arriscado e contra o comportamento inescrupuloso por parte dos bancos, mas depois de anos de ininterrupto trabalho de *lobby* feito pelos bancos, o governo não só desmantelou as regulações existentes, mas também deixou de adotar regulações novas em resposta às mudanças ocorridas no panorama financeiro. (...) A derrubada, em 1999, da Lei Glass-Steagal (Glass Steagal Act), que mantinha separados os bancos de investimento e os bancos comerciais, possibilitou a criação de bancos cada vez maiores, grandes demais para poder falir. A consciência de que não podiam quebrar se tornou um incentivo para a tomada de riscos excessivos.

Como o processo de aniquilação da capacidade crítica dos atores sociais da comunidade norte-americana demonstrou comportamentos anômalos, constatou-se que até mesmo o denominado “risco moral” se deu ao avesso.

Se era bem verdade que para Joseph Stiglitz (2010, p. 56) “(...) o cumprimento das obrigações [por parte dos bancos] decaiu se os donos de hipotecas souberem que existe alguma chance de receberem ajuda em caso de inadimplência”, a atuação

das instituições financeiras se deu de maneira diversa na crise das hipotecas *subprime*, haja vista que os bancos, cientes de que estavam prestando péssimos serviços aos prestamistas norte-americanos de baixa renda, assim o faziam porque tinham plena convicção de que seriam resgatados pelo Estado.

Pode-se dizer que o risco moral nos EUA se deu às avessas porque o mesmo somente foi aplicado com relação ao Lehman & Brothers Inc., haja vista que após a bancarrota desta instituição financeira, iniciou-se naquele país a maior onda de salvamentos da história. Seguindo-se a lógica dos Estados Unidos, não haveria razão alguma apta a impedir a falência daquele gigante, ou seja, o risco moral engoliu o Lehman & Brothers Inc., só ele.

Quando chegou a vez dos grandes bancos dos Estados Unidos, no rastro de Lehman Brothers, os pruridos com o risco moral foram postos de lado, a tal ponto que os funcionários graduados puderam receber enormes bônus como recompensa por perdas colossais, os dividendos continuaram no nível em que estavam e os acionistas e credores receberam proteção. Os sucessivos resgates (não apenas resgates, mas sim provisões imediatas de liquidez, dadas pelo Banco Central para os tempos difíceis) constituem parte da explicação da crise atual: permitiram que os bancos se tornassem cada vez menos cuidadosos, por saber que havia uma boa chance de que seria resgatados caso surgisse algum problema. (STIGLITZ, 2010, p. 56)

Žižek chamou a atenção para a inesperada superposição da visão da esquerda com a dos republicanos conservadores. O Partido Republicano, capitaneado por Bunning, mostrou-se contrário ao resgate sob o fundamento de “luta de classes”. Por que responsabilizar o povo pelos equívocos e pela ganância de Wall Street, questionaram. Já passamos pela explanação acerca da necessidade do salvamento, mas o que realmente impressionou o precitada superposição, descrita pelo mencionado autor (2011, p. 24) nos seguintes termos:

É essa superposição inesperada da visão da esquerda com a dos republicanos conservadores que deveria nos fazer pensar. O que os dois pontos de vista tem em comum é o desprezo pelos grandes especuladores e executivos de empresas que lucram com decisões arriscadas mas estão protegidos do fracasso por “paraquedas dourados”

Stiglitz (2010, p. 57) defende que:

Toda economia bem-sucedida – toda sociedade bem-sucedida – envolve tanto os governos quanto os mercados. É preciso que os papéis estejam em equilíbrio. Não se trata apenas de “quanto” se deve fazer e sim também o “quê” se deve fazer. Nos governos de Reagan e de ambos os Bush, os Estados Unidos perderam esse equilíbrio.

Ocorre, no entanto, que a regulação estatal a fim de “conter” a disseminação virulenta do capitalismo pós-moderno e garantir uma maior sociabilidade nos recentes Estados “democráticos”, muito mais do que uma solução para a crise da civilização ocidental, aparenta traduzir uma solução paliativa.

Daí a necessidade de uma intensa atividade reflexiva quanto a viabilidade de um sistema alternativo ao do capital. Sua lógica tem se mostrado extremamente paradoxal e criadora de fortes e insuperáveis antagonismos.

A situação pós-social que se pode perceber após pouco mais de três anos do início da crise mundial indica não ser mais possível apontar a sua superação simplesmente através da adoção de mecanismos regulatórios.

Stiglitz (2010, p. 61) aponta que o Mundo vem se deparando ao longo dos últimos anos com o que se convencionou chamar de “queda global da demanda agregada” ou, melhor dizendo, “da soma de todos os bens e serviços que todas as pessoas do mundo querem comprar”.

A queda global da demanda agregada é um sério problema e precisa de solução. “Se a soma final de tudo o que todas as pessoas do mundo quiserem comprar for menor do que o que o mundo pode produzir, haverá um problema – uma economia global enfraquecida” (STIGLITZ, 2010, p. 60).

O estado de crise provoca ou, melhor dizendo, agrava esta anomalia, pois os estímulos econômicos com vistas a despertar o desejo de compra dos cidadãos acaba por gerar um efeito contrário e indesejado, qual seja, passam estes a poupar mais ante a simples ameaça de surgimento de uma nova hecatombe nos moldes ocasionados pelo capitalismo cleptomaníaco norte-americano.

O nível crescente de reservas (motivado pelo sentimento de proteção da alta volatilidade global que marcou o período de desregulação) contribuiu sobremaneira para isso, bem como a pouca sustentabilidade do petróleo.

Como consequência, o mundo, antes da crise mundial de 2008, experimentou uma demanda insuficiente, com a transformação anual de, em média, meio trilhão de dólares em reservas.

Por algum tempo os Estados Unidos auxiliaram com a prodigalidade de seu consumo baseado em dívidas, gastando muito além dos meios de que dispunha. O país se tornou o consumidor mundial de último recurso. Mas isso não era sustentável. (STIGLITZ, 2010, p. 61)

A crise em pouco tempo se tornou global. Afinal, a quarta parte das hipotecas dos Estados Unidos acabara por migrar para o exterior, o que acabou por – se é que podemos colocar desta forma – atenuar os efeitos deletérios da crise mundial.

Sim, a filosofia desregulatória foi exportada pelos Estados Unidos, fruto do imperialismo norte-americano. Denominou-se tal “política” de tratamento de choque, capitaneada pela Escola neoliberal de Chicago e teve como pano de fundo o encobrimento, pelas políticas locais, das estratégias imperialistas promovidas pelo poder econômico norte-americano.

Um outro sério problema enfrentado pelos Estados Unidos ou, mais especificamente, pelo cidadão americano, refere-se à relação existente entre as agências de classificação de risco e as instituições financeiras.

A assertiva parece inacreditável, mas é consabido que aquelas são custeadas por estas últimas. Infere-se desta assertiva que a alteração dos resultados oriundos dos papéis tóxicos emitidos pelos laboratórios de Wall Street poderia ser facilmente deturpada pelas agências de classificação de risco, e de fato o foi.

O controle exercido pelas instituições financeiras por sobre as agências de classificação de risco era tamanho que estas prestavam assessoria aos bancos, ensinando-lhes como proceder para obterem melhores avaliações, o que traduz uma conduta no mínimo preocupante, haja vista que muitas das vezes as medidas vinham completamente desprovidas de contornos de legalidade.

As agências de classificação de risco eram pagas pelos bancos que originavam os papéis que elas deviam avaliar. Pode ser que a Moody's e a Stanford & Poor's, entre outras, não compreendessem bem o risco, mas compreendiam bem os incentivos. Tinham um incentivo para agradar aos que lhes pagavam. E a competição entre as agências só fez as coisas piorarem: se uma agência de risco não desse a nota desejada, os bancos de investimento podiam recorrer a outra. Era uma corrida para o fundo do poço. (...) Para complicar o problema, as agências de classificação de risco haviam descoberto uma nova maneira de aumentar sua renda: o fornecimento de serviços de consultoria, como o de ensinar a obter avaliações melhores, inclusive o cobiçado nível AAA. (STIGLITZ, 2010, p. 154-155)

Stiglitz relata a existência de um enorme esquema criado pelas instituições financeiras com a finalidade única e precípua de camuflar as operações cleptomaníacas do sistema financeiro.

Os lotes de hipotecas eram divididos em classes, sendo que a primeira classe, mais segura, recebia a quase integralidade do numerário pago pelos prestamistas. Como as classes medianas e inferiores, menos seguras, não recebiam os valores suficientes para que a elas pudesse ser conferida uma boa avaliação, a classe mais elevada distribuía parcela de seus ganhos, o que acabava por socializar os efeitos genericamente negativos da avaliação.

Os lotes de hipotecas eram apenas divididos em classes. Todo dinheiro recebido ia diretamente para a primeira classe, mais segura. A mais baixa somente recebia quando a de cima tivesse recebido tudo o que deveria receber. Descobriu-se então que a classe mais elevada continuaria a receber a avaliação AAA se passasse a proporcionar parte da renda à parte mais baixa, acaso ocorresse alguma eventualidade.

Pouco tempo depois, as diferentes classes já estavam articuladas em uma complexa rede, de modo que, quando ocorresse tal evento – supostamente uma vez em mil anos - , a classe superior, de nota AAA, tampouco receberia todo o dinheiro que lhe fora prometido. Em suma, as perdas seriam distribuídas ao longo de toda a pilha e não atingiriam apenas as classes inferiores. (STIGLITZ, 2010, p. 154-155)

Todos os acontecimentos ora relatados levam a uma conclusão incontestável, qual seja, o colapso da economia norte-americana era uma questão de tempo e, por mais que se tivesse tentado retardar a sua exsurgência, tais ações retardatárias somente contribuiriam para potencializar a sua queda.

Os problemas da modernidade, contudo, são muito maiores, são globais, ameaçando a própria sobrevivência dos seres que habitam este orbe. O controle metabólico do capital não pode depender exclusivamente de regulações estatais.

Os problemas são, conforme já aborado, multidimensionais. Os principais antagonismos da humanidade já existiam bem antes do advento da crise financeira mundial. Os acontecimentos que a marcaram somente confirmam o quão combalida está a ditadura ideológica fetichista da civilização ocidental. Ela funciona em meio a um imenso fosso de desigualdade social, deturpadora dos nobres conceitos liberdade, igualdade e fraternidade.

A participação da sociedade civil deve passar a ser não somente exemplar mas também deve se dar para além dos limites geográficos dos Estados Nacionais, pois problemas multidimensionais dependem de soluções multidimensionais para serem resolvidos.

As mudanças tectônicas da economia mundial precisam ser pontuais, ou seja, em nível de uma mudança paradigmática da própria racionalidade instrumental introjetada no imaginário popular pelo mito da modernidade, da técnica, da objetivação do sujeito com a finalidade precípua de elaborar uma cristalização do real em detrimento do ideal.

Por força destes argumentos, o aparelho estatal e o Direito estão em cheque. Se o Estado opera o controle metabólico do capital e o Direito, o elemento formal, encontra sérios problemas na consecução do desiderato libertador não só dos oprimidos e excluídos, mas de todo um universo de sujeitos escravizados pela multicitada ideologia escatológica imposta pelo sistema capitalista, a solução desta crise financeira, que retrata a crise de todo uma civilização, não pode ser alcançada através de remédios do passado, mas sim através da revisitação e reformulação dialógica de muitos deles.

2.2.4 Os principais aspectos da crise econômica norte-americana

O desemprego nos Estados Unidos é uma dos principais efeitos da crise econômica mundial. Esta e outras consequências do cenário planetário acarretam uma acentuada descrença no sistema, fruto da perda da confiança dos atores sociais.

Stiglitz (2010, p. 72) acentua que:

Apesar das crescentes perdas de postos de trabalho (nos primeiros nove meses de 2008, uma perda de cerca de 1,8 milhão de empregos, com mais 6,1 milhões de americanos fazendo meio expediente por não conseguir trabalho em tempo integral) e de uma queda de 24% no índice Dow Jones a partir de janeiro de 2008, o presidente Bush e seus assessores insistiam em que as coisas não eram tão ruins quanto pareciam ser.

A maximização do processo de desvanecimento da sociedade civil norte-americana se deu com a opção feita pelo governo Bush de ajudar os bancos causadores da atual situação de crise em detrimento das milhões de famílias cujas casas iam à bancarrota a todo momento desde meados do ano de 2007, situação esta que, segundo Stiglitz (2010, p. 73), “pode ser comparada a dar uma enorme transfusão de sangue a um paciente que está morrendo de uma hemorragia interna”.

O desvanescimento é fruto exatamente da inequívoca sensação de impotência dos atores sociais ante a forte capacidade revolucionária do sistema capitalista, já abordada neste trabalho. Salientou-se que, por conta desta capacidade extremamente mutável o parasitária, o capitalismo encontrou as condições de sua sobrevivência em meio ao seu próprio colapso. Logo, ele sempre se encontra em situação de vantagem sobre o povo das ruas que assistiu boquiaberto a aprovação do resgate bilionário.

Žižek (2011, p. 27) foi claro ao deixar assentado que:

Existe a possibilidade real de que a principal vítima da crise em andamento não seja o capitalismo, mas a própria esquerda, na medida em que sua incapacidade de apresentar uma alternativa global viável a todos. Foi a esquerda que de fato se enredou. Foi como se os acontecimentos recentes tivessem sido encenados com risco calculado para demonstrar que, mesmo numa época de crise destrutiva, não há alternativa viável ao capitalismo.

Após a assunção de Obama à presidência dos Estados Unidos da América, a crise das hipotecas *subprime* já atingia consequências desastrosas. Os reflexos do governo de Obama na luta contra os efeitos deletérios da crise financeira corrente inibiram a maximização do colapso.

(...) milhões de casas haviam sido perdidas, com preços imobiliários ainda em queda em muitas partes do país. Isso significa que outros milhões de hipotecas estavam ameaçadas e eram candidatas a novas quebras. O desemprego continuava aumentando, com centenas de milhares de pessoas chegando ao término do período, já ampliado, do seguro-desemprego. Os estados federados estavam sendo forçados a demitir trabalhadores devido à queda da arrecadação fiscal. Os gastos governamentais constantes da lei de estímulo, que foi um dos primeiros triunfos de Obama, ajudaram – mas apenas para impedir que as coisas piorassem ainda mais. (STIGLITZ, 2010, pp. 61)

Na primeira metade de 2009 alguns bancos declararam lucros (ganhos contábeis e comerciais). Noutras palavras, percebe-se claramente a finalidade meramente especulativa destas medidas.

Após assumir a presidência, Obama promoveu aquilo que pode ser denominado como um rearranjo nas cadeiras do convés do Titanic. Sua equipe econômica era muito parecida com aquela que capitaneou o governo Bush, ou seja, com uma visão voltada para o capitalismo *laissez faire*, dominada pela ideologia desreguladora.

A equipe de Bush era composta por Ben Bernanke [herdeiro de uma bolha em desenvolvimento], o presidente do Banco Central, indicado por ele em 2006; Timothy Geithner [foi assistente de Larry Summers e Roberto Rubin, artífices do movimento de desregulação da era Clinton], presidente do Banco Central de Nova York; e Henry (Hank) Paulson [depois de um tempo como Chefe do Goldman Sachs, voltou-se para o serviço público], secretário do Tesouro. (STIGLITZ, 2010, p. 92)

O grande problema desta simples mudança de cadeiras está exatamente no chamado “comprometimento crescente”, expressão muito utilizada pela psicologia para justificar a manutenção de uma posição previamente estabelecida.

Fala-se, naturalmente, da manutenção da ideologia defendida pelos capitalistas neoclássicos, nos moldes convencionados pelo Consenso de Washington.

É interessante notar que, embora Hayek se tenha tornado um deus para os conservadores, ele (como Adam Smith) entendia que o governo tinha um papel importante a desempenhar. Em suas palavras, “nada, provavelmente, terá causado mais dano” à causa dos defensores do mercado do que “a teimosa insistência [...] em certas regras empíricas, sobretudo o princípio do capitalismo de estilo *laissez faire*”. Hayek argumentava que o governo tinha uma função a cumprir em diversas áreas, de regulação das horas de trabalho à política monetária e ao fluxo adequado das informações.

As teorias econômicas dos últimos 25 anos proporcionaram excelentes percepções sobre os motivos das frequentes falhas do mercado e sobre o que pode ser feito para que funcionem melhor.

Os ideólogos da direita e os economistas que lhes dão cobertura – apoiados pelos interesses financeiros dos que se aproveitam do movimento pró-desregulação – decidiram ignorar esses avanços do conhecimento.

Escolheram fingir que Adam Smith e Friedrich Hayek haviam concluído o debate sobre a eficiência do mercado – atualizando-os, talvez, com algum modelo

matemático de fantasia, para corroborar os resultados – ignoraram as advertências desses mesmos mestres a respeito da necessidade da intervenção governamental (STIGLITZ, 2010, p. 386-387).

2.2.5 O sistema capitalista e o tratamento de choque imposto ao pelos Estados Unidos da América

A característica adaptativa do sistema capitalista traduz muito bem a ideia de sociedade unidimensional abordada por Marcuse. Esta característica demonstra como a ideologia hegemônica busca alcançar, de todas as formas, a manutenção de seu *statu quo*. Não é para tanto que a Teoria Crítica da Modernidade apresentada pela Escola de Frankfurt ainda se nos mostra tão atual.

O favelado, excluído, os sem direitos, desconsiderados por seu Estado, também configura o *homo sacer* de Agambem. O indivíduo unidimensional está jogado a sua própria sorte. Na obra “Em Defesa das Causas Perdidas”, de Žižek(2011a, p. 420), faz-se uma comparação do favelado com a classe operária marxista clássica:

É claro que há uma diferença fundamental entre os favelados e a classe operária marxista clássica: enquanto esta última é definida nos termos exatos da “exploração” econômica (a apropriação da mais-valia gerada pela situação de ter de vender sua própria força de trabalho no mercado, como uma mercadoria), a característica que define os favelados é sociopolítica, diz respeito a sua (não) integração no espaço jurídico da cidadania, com (a maioria de) seus direitos constituídos. Pondo isso em termos um tanto simplificados, podemos dizer que o favelado, muito mais que o refugiado, é o *homo sacer*, o “morto vivo” do capitalismo global sistemicamente gerado. O favelado é uma espécie de negativo do refugiado: um refugiado de sua própria comunidade, aquela figura que o poder estatal não tenta controlar por meio da concentração, (...) mas é empurrada para um espaço fora do controle; em relação ao favelado, em contraste com as microplásticas foucaultianas de disciplina, o poder do Estado abre mão do direito de exercer disciplina e controle totais por achar mais apropriado deixa-lo viver numa zona crepuscular.

Conforme será demonstrado mais a frente, o antagonismo multidimensional que separa excluídos de incluídos é o mais difícil de ser superado, pois envolve questões referentes a Justiça Social, que perpassam os problemas pontuais da grande

maioria dos demais antagonismos, atinentes à própria sobrevivência da humanidade.

Herbert Marcuse (1969, p. 23-4), aponta como sendo nitidamente unidimensional e totalizante a sociedade “(...) que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é organizada”. O “parece” de sua fala retrata muito bem o caráter ideológico de sua pretensão. A ideologia que serve ao capital cria o homem unidimensional a partir do momento em que constrói no sujeito uma “Consciência Feliz” (MARCUSE, 1969, p. 02), que o conforma e permite que o mesmo aceite ordeiramente o seu destino, destino este que não poderia deixar de ser outro porque, afinal, tratar-se-ia de uma sociedade unidimensional, “protetora”.

Žižek (2011b, p. 63) trabalha com a ideia de fetichização da própria ideologia, fato este que o assemelha ao pensamento de Marcuse e dos demais pensadores frankfurtianos da indústria cultural. Segundo suas palavras,

Nesse sentido, o fetiche pode ter o papel muito construtivo de permitir que lidemos com a dura realidade: os fetichistas não são sonhadores perdidos em seu mundo particular, são totalmente “realistas”, capazes de aceitar o modo como as coisas são porque, ao se agarrar ao fetiche, conseguem mitigar o impacto total da realidade.

É por esta razão que “(...) à necessidade do indivíduo isolado ela responde com a humanidade universal; à miséria corporal, com a beleza da alma; à servidão exterior, com a liberdade interior; ao egoísmo brutal, com o reino virtuoso do dever” (Marcuse, 1968, p.66). É perpetuando esta ideia que, utilizando-se do processo de inculcação proveniente da indústria cultural, a sociedade unidimensional se prolonga, a despeito de suas hecatombes, no tempo e no espaço da vida dos homens.

Foi exatamente isso que levou Žižek a assentar que:

Essa naturalização (ou autoemenda) total da ideologia impõe uma conclusão triste mas inevitável sobre a dinâmica social global: hoje, o capitalismo é que é propriamente revolucionário; ele mudou toda a nossa paisagem nas últimas décadas, da tecnologia à ideologia (...)” (2011, p. 12)

A série termina aqui, simplesmente porque o inimigo tomou para si a dinâmica revolucionarizante: não podemos mais jogar o jogo da subversão da Ordem a partir da posição de sua “parte de parte alguma”, porque a Ordem já traz em si sua subversão permanente. Com o desdobramento

total do capitalismo, é a própria vida “normal” que, de certo modo, se “carnavaliza”, com suas inversões, crises e reinvenções constantes, e hoje, mais do que nunca, é a crítica do capitalismo, a partir de uma posição ética “estável”, que parece exceção. (2011, p. 110)

Edward Harrison (2011), dono do site “*credit whitedown*” (baixas contábeis de crédito) chamou o resgate da economia norte americana de “socialismo financeiro”. E de fato o foi. Os Estados Unidos simplesmente não podem ouvir falar em socialismo para salvaguardar os interesses do povo, mas admite categoricamente a ideia de se socializar os riscos oriundos das irresponsabilidades praticadas no sistema financeiro com o povo.

Stiglitz enfatiza ser:

(...) Essa é apenas uma das muitas ironias que marcaram a crise: no afã de reduzir ao mínimo o papel do governo na economia, Greenspan e Bush acabaram fazendo o governo assumir a propriedade da maior produtora de automóveis do mundo, da maior companhia de seguros e de alguns dos maiores bancos (se os tivesse recebido em troca do dinheiro que lhes dera) – algo sem precedentes em um amplo espectro. País em que o socialismo é quase um anátema, realizou a socialização do risco e a intervenção nos bancos de maneira inédita. (2010, pp. 54-55)

Žižek (2011b, p. 24) compactua do mesmo pensamento ao assentar tratar-se de uma medida “socialista”, naturalmente, um tipo muito peculiar de socialismo

Então, o plano de salvamento seria mesmo uma medida “socialista”, o nascimento do socialismo de Estado nos Estados Unidos? Se for, é de um tipo muito peculiar: uma medida “socialista” cuja meta primária não é ajudar os pobres, mas os ricos, não os que pedem emprestado, mas os que emprestam. Numa suprema ironia, “socializar” o sistema bancário é aceitável quando serve para salvar o capitalismo. O socialismo é ruim, a não ser quando serve para estabilizar o capitalismo. (Observemos a simetria com a China de hoje: do mesmo modo, os comunistas usam o capitalismo para impingir seu regime “socialista”).

Tais colocações levam a preocupantes constatações. Uma das formas encontradas pela ideologia hegemônica de se reproduzir, ou seja, de conquistar novos mercados ou de garantir os que ela já dispõe, decorre daquilo que a jornalista Naomi Klein denomina de “tratamento de choque” (2008, p. 17) na obra intitulada “Doutrina de Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre”.

Para ela (2008, p. 17),

A rapidez da medida, sua brusquidão e a inculcação de objetivo de promoção de mudanças econômicas são as condições identificadas

por Friedman com o mister de provocar reações psicológicas facilitadoras do “ajuste”. Trata-se, portanto, conforme suas palavras, de um “tratamento de choque” ou, conforme nossas palavras, da indústria perniciosa do medo. A autora utiliza a expressão “doutrina militar do Choque e Pavor”.

Conforme o relato de Klein (2010, p. 59), Milton Friedman foi catedrático da chamada Escola de Chicago, que, por conseguinte, traduziu “(...) o escudo revolucionário contra o pensamento estatista da época”.

Klein noticia que:

Milton Friedman atuou como conselheiro do ditador Augusto Pinochet. A reforma econômica por ele engendrada, denominada posteriormente de “revolução da Escola de Chicago” [muitos economistas de Pinochet estudaram sob a orientação de Friedman na Escola de Chicago], consistiu na exploração dos choques e das crises de grande porte ocorridas no Chile após o violento golpe de Estado através do “corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, corte nos gastos sociais e desregulamentação”. (2010, p. 17)

Friedman, ao capitanear a disseminação do capitalismo através de sua escola de pensamento, personificou o mito do homem unidimensional marcuseano do século XX com o seu imperialismo cultural.

Uma das facetas mais alarmantes do tratamento de choque implantado pela Escola de Chicago ao impor o sistema capitalista ao redor do Mundo foi o discurso ideológico criado pelos meios de comunicação da época de que a relação da liberdade econômica com a barbárie dos regimes de exceção daquela época teria sido indireta ou até mesmo inexistente, ou seja, que Pinochet, por exemplo, deveria ser o único responsável pelas atrocidades cometidas no Chile. Klein(2007, p. 124) relata que:

Num ensaio crítico para o *Nation*, Letelier [embaixador de Allende em Washington] escreveu: “A violação dos direitos humanos, o controle drástico e a supressão de qualquer forma representativa de dissenso são discutidos (e com frequência condenados) como fenômenos ligados apenas indiretamente, ou mesmo completamente separados, das políticas irrestritas de ‘livre-mercado’ que foram impostas pela junta militar.” Ele ainda observou que “essa concepção particularmente conveniente de um sistema social no qual a ‘liberdade econômica’ e o terror político coexistem, sem tocar um ao outro, permite aos porta-vozes das finanças fundamentar seu conceito de

‘liberdade’ enquanto exercitam os músculos verbais em defesa dos direitos humanos”.

Letelier foi ainda mais longe e escreveu que **Milton Friedman, “como arquiteto intelectual e conselheiro informal da equipe de economistas que agora dirigia a economia chilena”, deveria dividir a responsabilidade pelos crimes de Pinochet.** (...) Como Letelier argumentou, **“o estabelecimento de uma ‘economia privada’ livre e o controle da inflação à moda de Friedman” não podiam ser feitos de modo pacífico.** “O plano econômico teve de ser forçado e, no contexto chileno, aquilo só podia ser feito com a matança de milhares, com a implantação de campos de concentração em todo o país, com a prisão de mais de cem mil pessoas em três anos... Retrocesso para a maioria e ‘liberdade econômica’ para um pequeno grupo de privilegiados são, no Chile, as duas faces de uma mesma moeda”. Como ele registrou, “uma íntima harmonia” entre o “livre mercado” e o terror ilimitado. (grifo nosso)

Os trechos do precitado artigo foram publicados no final de agosto de 1976. Letelier foi assassinado em 21 (vinte e um) de setembro de 1976, em Washington, D.C., por conta de uma bomba de controle remoto colocada embaixo do banco do motorista de seu automóvel. As investigações levaram ao nome de Michael Townley, membro da polícia secreta de Pinochet, como capitaneador do ataque, que teria, segundo um dossiê levado a público anos após, adentrado em solo americano com o conhecimento da CIA, agência central de inteligência dos Estados Unidos.

Foi por conta deste cenário que Stiglitz e Žižek foram categóricos ao estatuir o medo do colapso econômico como fator apto a facilitar a aceitação do resgate bilionário promovido pelos Estados Unidos nos moldes do “socialismo financeiro” que acima se referiu. O primeiro enfatiza que:

(...) os bancos apontaram um revólver contra a cabeça do povo americano: “Se vocês não nos derem mais dinheiro, vão sofrer”. Não há escolha – assim diziam eles: se vocês nos impõe restrições, como impedir o pagamento de dividendos ou bônus, ou responsabilizar nossos executivos (como o governo fez no caso da GM), nunca mais poderemos levantar capitais no futuro. Talvez eles tivessem razão – e nesse caso, nenhum político gostaria de estar na posição de ter causado a morte da economia americana. Wall Street usou o medo ao colapso econômico para extrair rapidamente enormes somas de dinheiro dos contribuintes americanos. (STIGLITZ, 2010, p. 99)

O segundo, noutra esteira, é ainda mais explícito em sua colocação, ao sugerir que o sistema atue da mesma maneira de outrora a fim de manter alicerçado a ideologia hegemônica de seu *ethos* combatido.

O perigo, portanto, é que a crise atual seja usada de modo análogo ao que Naomi Klein chamou de “doutrina de choque”. Há de fato algo surpreendente nas reações predominantemente hostis ao livro mais recente de Klein: são muito mais violentas do que poderíamos esperar; até os benevolentes liberais de esquerda, que simpatizam com algumas de suas análises, lamentam que “a vociferação lhe obscureça o raciocínio”, como disse Will Hutton em resenha no *Observer*. *É óbvio que Klein tocou algum nervo sensível com sua tese principal (...)* (2011b, p. 28)

São três os estágios do choque marcados pelo imperialismo cultural unidimensional do governo norte-americano, conforme salienta Naomi Klein (2010, p. 37-38), uma das maiores críticas do capitalismo contemporâneo:

(...) Como explicar o que eu quero de Gail Kastner, e a jornada que me trouxe a ela? A verdade parece bizarra: “Estou escrevendo um livro sobre choque. Sobre como os países ficam chocados – por causa de guerras, ataques terroristas, golpes de Estado e desastres naturais. E depois como sofrem novos choques – com as corporações e os políticos, que exploram o medo e a desorientação do primeiro impacto para impor uma nova terapia de choque econômico. Em seguida, como as pessoas que se atrevem a resistir ao choque político são colocadas em choque uma terceira vez, se necessário – pela polícia, pelos soldados e pelos interrogatórios na prisão. Gostaria de ouvi-la porque, segundo as minhas pesquisas, você está entre os sobreviventes mais afetados pelo choque, sendo umas das únicas remanescentes das experiências da CIA com eletrochoques e outras ‘técnicas especiais de interrogatório’. Aliás, tenho razão para acreditar que o experimento que foi feito com você, na Universidade McGill, nos anos 1950, está sendo aplicado agora nos prisioneiros da Baía de Guantânamo e de Abu Ghraib.

O Chile de Pinochet, a Argentina, o Brasil, a Polônia, a China, a Guerra ao Terror promovida pelos Estados Unidos no Iraque após os ataques de 11 de setembro, todos são exemplo da maneira como se deu a ascensão do capitalismo de desastre por todo o mundo. A fórmula atual vem sendo descrita por Klein da seguinte forma:

Em seguida [ao choque de terror], vem a ajuda humanitária e a reconstrução. Testadas pela primeira vez no Iraque, a ajuda e a reconstrução com fins lucrativos já se transformaram num novo paradigma global, indiferentes ao fato de a destruição original ter ocorrido por meio ou de uma guerra precedente, como o ataque de Israel ao Líbano em 2006, ou de um furacão (2010, p. 23).

Seguindo-se à ideia da fórmula contemporânea do choque ao terror, tem-se a produção do sistema que lhe serve de substrato, qual seja, o sistema corporativo, assim descrito por Klein:

O nome mais apropriado para um sistema que elimina as fronteiras entre o Grande Governo e o Grande Negócio não é exatamente liberal, conservador ou capitalista, mas sim corporativo. Suas principais características são

enormes transferências de riqueza pública para mãos privadas, freqüentemente acompanhadas de uma explosão do endividamento, uma polarização cada vez maior entre os muito ricos e os pobres descartáveis, e um nacionalismo agressivo que justifica gastos exorbitantes com a segurança. Para aqueles que vivem dentro da bolha da extrema riqueza criada por esse tipo de arranjo, não existe melhor modo de organizar uma sociedade. No entanto, em função das desvantagens impostas à grande maioria da população que fica fora dessa bolha, outros aspectos do Estado corporativo são vigilância agressiva (de novo, com troca de favores e contratos entre governo e grandes corporações), prisões maciças, redução drástica dos direitos civis e, com freqüência, porém nem sempre, tortura. (2008, p. 25)

A eternização da ideologia hegemônica do capital somente vem convalidar a coerência do pensamento dialético negativo de Adorno, através do qual se reconhece o papel da história dentro do processo libertador dos excluídos e oprimidos, indo, contudo, além do materialismo dialético de Marx ao pressupor que as respostas para os maiores antagonismos da civilização ocidental está no distanciamento entre pensamento e realidade, com vistas ao alcance da tônica dos fatídicos acontecimentos por que passará a humanidade (desafio ambiental, aumento das desigualdades sociais, desafio da propriedade intelectual, da biogenética, etc.).

Žižek neste ponto dialoga com os frankfurtianos no sentido de que não se deve confiar cegamente no trem da história, pois se ela tem o condão de nos apresentar escolhas, a tomada de posição depende de um passo ao futuro da humanidade a fim de que possamos retornar ao presente e agir preventivamente.

“Hoje, somos todos potencialmente *homo sacer* [em clara alusão ao pensamento de Agambem], e a única maneira de impedir que isso se torne realidade é agir de modo preventivo” (Žižek, 2011b, p. 84).

Portanto,

Não podemos mais confiar na velha lógica marxista da “necessidade histórica”, que afirmar que os três primeiros problemas só se resolverão quando a luta de “classes” fundamental entre excluídos e incluídos for vencida – a lógica de que “só a superação das distinções de classe pode realmente resolver a difícil situação ecológica”. (ŽIŽEK, 2011b, p. 88)

Indo mais além nesta discussão, Žižek expõe que se deve abandonar a história de tempo linear, o mito de que a História caminha a nosso favor, quando em verdade a mesma somente indica apenas escolhas, fazendo-se necessário uma consciência

crítico-reflexiva apta a provocar o irrompimento de uma nova maneira de ver e entender o planeta que abriga o homem.

Portanto, deveríamos abandonar impiedosamente o preconceito de que o tempo linear da evolução está “do nosso lado”, de que a História “trabalha para nós”, como a famosa topeira que cava sob a terra, fazendo o trabalho das Artimanhas da Razão. Deveríamos então conceber a história como processo aberto que nos apresenta uma escolha? Dentro dessa lógica, a história determina apenas as alternativas com que nos defrontamos, os termos da escolha, mas não a própria escolha. (ŽIŽEK, 2011, p. 125-6)

A crise financeira mundial levou ao colapso econômico dos Estados Unidos e repercutiu ao longo de todo o Mundo, provocando o desvanescimento das instituições que marcaram o surgimento do Estado Moderno. A situação pós-social que está se formando precisa levar em consideração todos os problemas multidimensionais por que passa a humanidade.

Sem esta tomada de consciência crítico-reflexiva, o processo dialógico restará obstaculizado e o racionalismo instrumental, fruto desta sociedade unidimensional desvanescida pela lógica capitalista, permanecerá com o seu viés revolucionário e totalizante.

3 A SÍNTESE DA NOVA SOCIEDADE CIVIL E O RENASCIMENTO DO SUJEITO PELA ÉTICA E NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Indaga-se qual seria a relação entre a ética e a economia. Qual seria, verdadeiramente, o problema da economia? A economia em si ou o próprio *Homo Sapiens* (ou *Homo Debens*)?

A racionalidade e a demência caminhariam juntas quando de uma definição ontológica do ser humano moderno, sendo este, então, o *Homo Economicus*, “animado unicamente pelo interesse material”?, ou seria homem aquele que “também age de maneira afetiva, apaixonada, passional e, como afirma Pierre Hassner, ‘heroica’” (MORIN, 2011, p. 182)?

Fala-se, num primeiro momento, da ética definida simplesmente como morada do ser. Isto porque, a todo desencantamento ideológico sucede um despertar rizomático, que enaltece o múltiplo ao invés do uno que vai de encontro:

(...) à idéia de uma árvore do conhecimento que pressupõe uma configuração arborescente produzindo, a bipolaridade, o dualismo, a compartimentalização, a causalidade, o esquema binário Uno-Múltiplo, características do pensamento ocidental da modernidade. (KROHLING; OLIVEIRA, 2011?)

Este despertar rizomático nos indaga, por exemplo: que se estamos vivos, desde a primeira até a última troca oxi-carbônica, como devemos nos portar, qual deverá ser o nosso *modus vivendi*, para que possamos nos manter vivos pelo máximo de tempo possível?

Que questiona, ainda, se desejamos perpetuar nossa espécie, como devemos cuidar dela?; somos seres individuais ou, gregários “por natureza”, necessitamos viver em sociedade exatamente por uma questão de imperativo categórico, qual seja, nossa sobrevivência e a de nossos descendentes?; buscamos a felicidade, felicidade esta nos moldes descritos por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, ou uma felicidade eminentemente material e útil, ligada à visão de levar vantagem?

Necessitamos – realmente – que exista um dito Direito, cujo conjunto formal de normas, nacionais ou internacionais, rege esta ou aquela nação, dizendo-a como devem agir os seus jurisdicionados? A constatação é muito simples: buscamos libertação para os inúmeros cárceres em que nos encontramos.

Os acontecimentos que marcaram o final do século XX e início do século XXI sinalizam pela necessidade de retorno às discussões axiológicas voltadas ao debate sobre os valores humanos e os direitos fundamentais da vida, de justiça, igualdade, liberdade e solidariedade.

Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, manifestou-se publicamente num programa de televisão e teceu algumas palavras acerca da palavra utopia, quando instado a abordar a temática Direito e Utopia. Seus dizeres foram os seguintes: “Se não nos deixar sonhar, não os deixaremos dormir”. E prossegue (2010):

A utopia está no horizonte. Eu sei muito bem que nunca a alcançarei, que se eu ando dez passos ela se distanciará dez passos; quanto mais a procure, menos a encontrarei, porque ela vai se distanciando quando mais me aproximo, pois a utopia serve para isso: para caminhar.

É consabido que a humanidade vivencia um período de esmagadora objetivação do sujeito, de uma moral utilitarista. A capacidade criativa do homem está voltada, salvo exceções que somente confirmam e justificam a regra, para o progresso técnico.

A sutileza da assertiva “Se não nos deixar sonhar, não os deixaremos dormir” está exatamente em sua natureza conclamativa, pois, se é bem verdade que não sonhamos, fato o é que ainda assim “os” deixamos dormir puerilmente. Faz-se necessário, portanto, o estabelecimento de uma dialógica entre o ideal e o real.

Morin, em “Rumo ao Abismo?”, projeta uma forte crítica contra o mito da racionalidade instrumental moderna ao pontuar que:

Para conhecer a realidade, é necessário um sujeito capaz de pensar de modo autônomo e crítico e, por isso mesmo, capaz de questionar as verdades que parecem dogmas evidentes no sistema de ideias em que se encontram. Acrescento que o descrédito de tora moral autônoma, de toda responsabilidade autônoma é o traço comum a todos os nacionalismos de guerra, a todos os totalitarismos, ao stalinismo e ao nazismo.

A subjetividade não é inimiga do exame objetivo das realidades. É necessário ser um sujeito/ator crítico.

A relação entre o ideal e o real é dialógica, ou seja, a complementaridade entre dois pontos de vista contrários, que é necessário manter juntos, dando prioridade ora a um, ora a outro, conforme o momento. (2011, p. 142-144)

Os “os”, nestes tempos hipermodernos, são atores de difícil identificação, mas plenamente identificáveis. Basta que se tenha consciência do processo humano de alienação ocasionado pelo paradigma do pensamento moderno utilitarista instrumental para que se possa perceber o quão dessociada se encontra a sociedade civil, individual e coletivamente considerada, do final de século XX e início de século XXI.

O mito do mercado, da eficiência técnica e do indivíduo resta devidamente por Gilles Lipovetsky e Sébastien Charles (2007, p. 54) ao apontarem que:

A sociedade que se apresenta é aquela na qual as forças de oposição à modernidade democrática, liberal e individualista não são mais estruturantes; na qual a modernização não mais encontra resistências organizacionais e ideológicas de fundo. Nem todos os elementos pré-modernos se volatizaram, mas mesmo eles funcionam segundo uma lógica moderna, desinstitucionalizada, sem regulação. Até as classes e as culturas de classes se toldam em benefício do princípio da individualidade autônoma. O Estado recua, a religião e a família se privatizam, a sociedade de mercado se impõe: para disputa, resta apenas o culto à concorrência econômica e democrática, a ambição técnica, os direitos do indivíduo. Eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo. Tínhamos uma modernidade limitada; agora, é chegado o tempo da modernidade consumada.

Stéphane Hessel (2011, p. 16), autor da obra “Indignai-vos”, um dos inspiradores do Movimento *Occupy Wall Street*, iniciado em 15 de setembro de 2011, aproximadamente 03 (três) anos da bancarrota da instituição financeira Lehman & Brothers (marco do início da última crise mundial) e um dos responsáveis pela confecção da Carta das Nações Unidas de 1948, aponta de maneira clarividente as dificuldades da sociedade civil contemporânea – especialmente a juventude – de estabelecer ao certo quem seriam os atores e autores de nossa indignação:

É verdade, os motivos para se indignar atualmente podem parecer menos nítidos, ou o mundo pode parecer complexo demais. Quem comanda, quem decide? Nem sempre é fácil distinguir entre todas as correntes que nos governam. Não lidamos mais com uma pequena elite cujas ações entendemos claramente. É um vasto mundo, no qual sentimos bem em que medida é interdependente. Vivemos em uma interconectividade que nunca existiu antes. Mas nesses mundo há coisas insuportáveis. Para vê-las é preciso olhar bastante, procurar.

Galeano (2009, pp. 17-18), em um ao mesmo tempo singelo e profundo texto de uma de suas obras descreve em poucas que descrevem o arquifilisteu responsável pela ideologia predominante “paradigma do pensamento moderno utilitarista instrumental”, ou simplesmente modernidade. A passagem se chama “Dominantes e Dominados” e dispõe o seguinte:

Diz a Bíblia de Jerusalém que Israel foi o povo que Deus escolheu, o povo filho de Deus. E de acordo com o salmo segundo, a esse povo eleito foi outorgado o domínio do mundo: *Peça-me, e te darei em herança as nações e serás dono dos confins da terra*. Mas o povo de Israel deva muitos desgostos, por ser ingrato e por ser pecador. E segundo as más línguas, após muitas ameaças, maldições e castigos, Deus perdeu a paciência. Desde então, outros povos se atribuíram o presente. No ano de 1900, o senador Albert Beveridge revelou: - *Deus escolheu o povo dos Estados Unidos para iniciar a regeneração do mundo*.

Consta no arquivo histórico do Senado dos Estados Unidos que o senador Albert Jeremiah Beveridge (1862 - 1927), em 09 de janeiro de 1900, avocou esta seríssima incumbência aos Estados Unidos da América.

O imperialismo norte-americano ao redor do globo, com a disseminação de sua ideologia, sua cultura, sua economia, aponta que o esforço se deu para além da “regeneração”, chegando à intenção de criar um Mundo a sua imagem semelhança.

Muito embora o fim colimado não tenha sido – integralmente – atingido, constata-se que a sociedade civil, desvanecida pela atual crise econômica mundial e os Estados Nacionais, começam a engatinhar os primeiro passos com vistas a um novo processo de polarização, a despeito – e tal assertiva se mostra inarredável – do fato de os Estados Unidos ainda assumirem o *status* de uma das maiores economias do Mundo.

É por isso que a ética, a Justiça e o desenvolvimento sustentável simbolizam os pressupostos para a consecução do processo de metamorfose em nossa situação pós-social, após o desvanecimento da sociedade civil movido pela hecatombe causada pelo processo de dominação econômica do espectro neoliberal, que projetou sua última catarse, qual seja, a crise da civilização ocidental.

A humanidade alça voos para alcançar um novo *ethos*, uma nova realidade, realidade esta capaz de fazer despontar em sua cadeia genética a chave para a sobrevivência de todo um planeta ameaçado pela lógica perversa do sistema de produção e especulação capitalista, cujo principal algoz, a ideologia neoliberal,

alimenta-se dos rostos de suas vítimas através da maximização ao infinito dos níveis de desigualdade social.

O pensamento produtivista, trazido pelo Ocidente, levou o mundo a uma crise da qual devemos sair pela ruptura radical com a fuga para a frente do “sempre mais” na área financeira, mas também na das ciências e das técnicas. É chegado o tempo em que a preocupação com a ética, a justiça, o equilíbrio sustentável deve prevalecer. Porque os mais graves riscos nos ameaçam. Podem pôr um termo à aventura humana num planeta ameaçado de tornar-se inabitável (HESSEL, 2011, p. 13-14).

Infere-se da mais recente movimentação mundial de *self government* pela busca de uma maior autonomia da sociedade civil, o *Occupy Wall Street*, que a situação pós-social da humanidade, advinda dos escólios da crise financeira mundial, epicentro da própria crise da civilização ocidental, após um processo alotrópico e paradigmático de ruptura da modernidade, encontra-se em vias de promover a construção de novas legitimidades.

A reconstrução social é aquilo que resta à sociedade civil abolida pelo avanço neoliberal que teve a sua última troca oxicarbônica com o advento da presente crise, culminou com a crise da civilização ocidental e que, neste trabalho, voltou os olhos para a situação dos Estados Unidos da América. Bourdieu (2011, p. 215) pontua que:

A vontade, plenamente louvável, de ir ver as coisas pessoalmente e de perto, leva, por vezes, a procurar os princípios explicativos das realidades observadas exatamente no lugar onde eles não se encontram (pelo menos, na sua totalidade), isto é, no próprio local da observação: assim, é certo que a verdade do que acontece nos “subúrbios difíceis” não reside nesses lugares, habitualmente esquecidos, que surgem, de tempos a tempos, no primeiro plano da atualidade. O verdadeiro objeto da análise, que deve ser construído contra as aparências e contra todos os que se contentam em ratificá-las, é a construção social (ou, mais precisamente, jornalísticas, burocráticas e políticas – de tal realidade que contribuem para produzir efeitos bem reais, antes de tudo, no universo político no qual elas estruturam a discussão, e até no universo científico.

Bourdieu está correto. A verdade do que acontece nos “subúrbios difíceis” não reside nesses lugares. O objeto de análise é, verdadeiramente, a construção social. Melhor dizendo, a “verdade” dos problemas da humanidade, do paradigma iluminista instrumental utilitarista, são enigmas há tempos já revelados.

A questão é que os atores sociais que teriam a capacidade de ir de encontro à lógica do capital foram desvanecidos, apagados, pelas incessantes tentativas – fracassadas – de vencer a ideologia dominante.

Há um pacto social simbólico imposto pela sociedade de consumo que legitima a desigualdade social, que torna as elites indiferentes à miséria e ao processo de dessocialização dos oprimidos e excluídos e de completa alienação destes e dos demais habitantes do orbe. O desvanecimento dos atores sociais é consequência deste processo de dessocialização.

O Estado não mais passou a exercer o seu controle metabólico sobre o capitalismo parasitário, tamanho o seu crescimento descontrolado. Bauman nos rememora há menos de um ano, ou seja, após o advento do atual processo de crise mundial, que:

(...) a força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. E também no oportunismo e na rapidez, dignos de um vírus, com que se adapta às idiosincrasias de seus novos pastos (2010, p. 09-10).

Antes, porém, de adentrar na temática referente ao surgimento de uma situação pós-social (antítese ao desvanecimento da sociedade civil e de seus atores) e consequente insurgência do sujeito, mister tecer comentário acerca de toda e qualquer manifestação de pensamento que possa traduzir não somente um desencanto com relação ao nosso passado e presente, mas também com relação ao nosso futuro.

Bauman (2010, p. 10-11) está correto quando afirma que:

Novas terras virgens serão encontradas e novos esforços serão feitos para explorá-las, por bem ou por mal, até o momento em que sua capacidade de engordar os lucros dos acionistas e as gratificações dos dirigentes for exaurida.

O mesmo autor (2010, p. 11) ainda continua a afirmar que “(...) a atual contração do crédito não é um sinal do fim do capitalismo, mas apenas da exaustão de mais um pasto.” Bauman faz expressa alusão aos pastos do capitalismo de produção e financeiro, que uma vez exauridos, dão lugar a novas buscas por riquezas.

No entanto, não se acredita, ao menos neste período histórico, na eternização do espectro do capital ou, melhor dizendo, acredita-se que a civilização ocidental não deve abandonar a ideia de que existem outros modelos produtivos aptos a conferir aos seus participantes maiores condições de habitabilidade neste planeta e promover reduções satisfatórias nos níveis de desigualdade.

Os anos posteriores ao epicentro da crise financeira mundial tem demonstrado um retorno paulatino da onda reguladora e o advento de um novo paradigma crítico-reflexivo dos atores sociais modelo capitalista.

É possível, portanto, falarmos em um processo de humanização do sistema capitalista. O grande desafio que se nos mostra é identificar se este discurso de um “capitalismo humanizado” não traduz, em verdade, mero discurso ideológico, dada a natureza do paradigma instrumental iluminista utilitarista da modernidade que o serve de substrato, ou se o mesmo poderia subsistir se afastando das características que mais o identificam como sistema.

Touraine (2011, p. 45), por exemplo, já o dizia que:

Aqueles que reivindicam (ainda) a abolição da economia capitalista fariam melhor, pois, se trabalhassem na reconstrução de uma sociedade de produção capitalista, sabendo-se que uma sociedade dessas não existiria sem que os defensores dos assalariados limitassem o poder dos atores econômicos e financeiros. Como já o afirmei, o aspecto mais grave do declínio do capitalismo é justamente a fraqueza crescente dos atores socioeconômicos e do Estado intervencionista.

Este é um dos grandes dilemas do mundo ocidental: acreditar na limitação do poder dos atores econômicos como forma apta a promover as mudanças que nos são tão prementes. A questão, conforme já esposado, é de substituição de consciência crítica, mediante processo dialógico. O capitalismo conseguiria subsistir a uma nova racionalidade, irradiada por uma ética da alteridade e da responsabilidade, num momento analético, que vai para além da própria dialética e busca afirmar a alteridade real do outroprimido, excluído, vítima de todo o tipo de marginalização?

Enrique Dussel (2007, p. 375) caminha para a resposta positiva ao afirmar que:

A primeira condição de possibilidade da crítica é, então, o re-conhecimento da igualdade do outro sujeito, da vítima, mas a partir de uma dimensão específica: como vivente. Este “conhecer” um ser humano a partir da vida;

este “re”conhecê-lo: conhecê-lo “a partir de” sua vulnerabilidade traumática. Este voltar sobre seu estado empírico negativo e “re-conhecê-lo” como vítima (isto é, carente de vida em alguma dimensão, ou não realização pulsional quanto à autoconservação), é o momento analético da dialética e que nos permite subsumir tudo o que foi ganho na primeira parte. A vítima é um vivente humano e tem exigências próprias não cumpridas na reprodução da vida no sistema. A responsabilidade pelo outro, pela vítima como vítima, é igualmente condição de possibilidade, porque em sua origem o destituído não tem ainda capacidade para pôr-se de pé. A re-seponsabilidade mútua (em primeiro lugar das outras vítimas), como veremos, é o segundo momento desta condição de possibilidade.

Portanto, é preciso continuar caminhando em busca dos princípios que devem informar este processo analético ao qual Dussel se referiu.

Com a finalidade de dar continuidade a este esforço elucidativo, faz-se necessário apontar aquilo que Žižek caracterizou como sendo, para alguns, “a versão ideológica de capitalismo que está surgindo como hegemônica na crise atual”, qual seja, a de um “ecocapitalismo “socialmente responsável””. Apesar de ele

(...) admitir que, no passado e no presente, o sistema de livre Mercado muitas vezes foi superexplorador, com consequências catastróficas, essa versão afirma agora que podemos discernir os sinais de uma nova orientação consciente de que a mobilização capitalista da capacidade produtiva de uma sociedade também pode servir a metas ecológicas, à luta contra a pobreza e a outros fins meritórios. Em geral, essa versão é apresentada como parte de uma mudança mais ampla rumo a um novo paradigma holístico, espiritual e pós-materialista. Com a consciência crescente da unidade entre todas as formas de vida na Terra e dos perigos comuns que todos enfrentamos, vem surgindo uma nova abordagem que não opõe mais o Mercado à responsabilidade social; ambos podem se unir para benefício mútuo. A colaboração com os funcionários e a participação deles, o diálogo com os clients, o respeito ao meio ambiente, a transparência dos acordos comerciais são, hoje, o segredo do sucesso. Os capitalistas não deveriam ser apenas máquinas de gerar lucro, sua vida pode ter um significado mais profundo Seus lemas preferidos passaram a ser gratidão e responsabilidade social: eles são os primeiros a admitir que a sociedade foi incrivelmente boa ao permitir que desenvolvessem seus talentos e acumulassem fortunas, de modo que é seu dever dar algo em troca à sociedade e ajudar as pessoas comuns. Só esse tipo de abordagem dedicada e compassiva faz o sucesso nos negócios valer a pena... Desse modo, o novo *ethos* de responsabilidade global pode fazer o capitalismo funcionar como instrumento mais eficiente para o bem comum. O dispositivo ideológico básico do capitalismo – podemos chamá-lo de “razão instrumental”, “exploração tecnológica”, “ganância individualista” ou do que quisermos – é separado das condições socioeconômicas concretas (relações de produção capitalistas) e concebido como vida autônoma ou atitude “existencial” que deve (e pode) ser superada por uma nova postura mais “espiritual”, *conservando intactas essas mesmas relações capitalistas*. (ZIZEK, 2011b, p. 39-40)

A discordância deste autor (2011b, pp. 41-2) para a validade de precitada versão está no entendimento segundo o qual:

(...) a circulação autopropulsada do Capital continua a ser, mais do que nunca, o Real supremo da vida, uma fera que, por definição não pode ser controlada, já que ela mesma controla nossa atividade, cegando-nos até para os perigos mais óbvios que cortejamos.

Kirksberg retrata de forma curiosa o profundo sentimento igualitário que povoa a cultura dominante nos países nórdicos. Lá, como regra, repudia-se a ostentação, ser muito rico definitivamente não é bem visto pela maioria esmagadora da população.

Tal conjuntura antecede a crise mundial e não se questiona o fato de os países nórdicos serem, em sua totalidade, capitalistas. Trata-se, segundo Kirksberg, (2007, p. 311), de um “valor cultural” “construído por meio de processos educacionais sistemáticos”.

A ideia de um ecocapitalismo é muito bem vista. O exemplo acima citado, dos países nórdicos, mais especificamente da Noruega, pode caminhar para este ideal.

Uma das contribuições mais importantes da dialética marxiana está na ideia de que a história, a todo momento, apresenta escolhas. A dialética negativa de Adorno foi além e expôs que não devemos acreditar piamente no tempo linear, de que a história trabalha para nós; a irracionalidade auto-ofuscante do capital não permitiria tal silogismo.

Portanto, em que pese a força dos argumentos favoráveis à defesa da factibilidade de um capitalismo humanizado, faz-se necessário caminhar por outros caminhos que, no decorrer da história, foram solapados pelo sistema capitalista, tanto no plano da realidade como – e especialmente – no plano da ideologia.

3.1 O (RE)NASCIMENTO DO SUJEITO APÓS O DESVANESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS E DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A pressuposição de que a racionalidade do mercado precede à racionalidade da própria sociedade civil foi a responsável pelo desvanescimento dos atores que compõem a sociedade civil. Tal ruptura, conforme já apontado, deu-se especialmente após a fixação dos pontos que marcaram o Consenso de Washington, no ano de 1989, ou seja, quando do fenômeno do chamado “fim da história”.

Ao longo de todo este período – e mesmo antes dele – as instituições estatais se mostraram incapazes até mesmo de garantir os direitos humanos das grandes massas de oprimidos e excluídos.

Tomando-se como exemplo o caso do Brasil, o Poder Judiciário insiste em levantar a bandeira, no âmbito da Justiça do Trabalho, de que “Conciliar é Legal”, ou seja, a classe trabalhadora brasileira, que em sua grande maioria das vezes ganha um salário mínimo, está autorizada a “abrir mão” desta ou daquela verba trabalhista porque, desta forma, as rubricas pleiteadas são quitadas mais rapidamente e a tão sonhada celeridade da prestação jurisdicional é alcançada. Esta classe, então, está autorizada a ser espoliada pela ideologia hegemônica excludente e pelo menos por duas vezes pelo empregador, a primeira com a apropriação de sua força de trabalho e a segunda de parcela de sua remuneração.

O sistema prisional brasileiro também é um caso de instituição estatal desvanescida. Os presídios existem para afastar de circulação a parcela excluída e oprimida da sociedade brasileira. Os presos são negados duas vezes, ou seja, tanto pelo Estado que não consegue distribuir com justeza suas riquezas como pela sociedade civil, que legitima o sistema ao invés de voltar-se contra ele com ímpeto libertador.

Acerca da força representativa dos sindicatos, Touraine (2011, p. 170) aponta que

Quando os problemas do trabalho se tornaram mais urgentes e massivos, a partir da segunda metade do século XIX, os sindicatos, as confederações e os partidos se formaram para organizar as lutas em favor e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Ao revés, hoje, a redução lenta, mas já sensível, da parte das atividades industriais na produção geral, sob o efeito dos deslocamentos das indústrias e da concorrência dos países emergentes, provoca um recuo geral dos sindicatos.

Trata-se de um fenômeno global. Linhas acima afirmou-se que o sistema capitalista retira paulatinamente de seus atores a capacidade de reivindicar mudanças. A capacidade revolucionária do capital permitiu ao longo dos últimos dois séculos que a sua heteronomia solapasse a capacidade crítico-reflexiva dos envolvidos.

A nova sociedade vive uma separação sempre mais profunda entre uma economia que se organiza ao nível mundial e as instituições ou formas de organização social que são enfraquecidas por sua incapacidade de controlar a globalidade do sistema econômico. Um abismo criou-se entre o mundo da economia e aquele das instituições sociais, no qual os atores são múltiplos, mas onde ninguém é capaz de garantir o controle do mundo econômico globalizado. (TOURAINÉ, 2011, p. 121)

A história já demonstrou que situações de crise podem favorecer o surgimento de revoluções ou até mesmo ao surgimento de regimes totalitários, a exemplo do que ocorreu com o nazismo após a crise de 1929.

Com relação à democracia representativa, tem-se que a mesma, quando aplicada em um Estado subjugado à precitada ideologia hegemônica, provoca aquilo que foi denominado por Žižek (2011b, p. 115) de,

(...) apassivamento da vontade popular, sua transformação em não vontade – a vontade é transferida para um agente que representa o povo e a exerce sem seu nome. Portanto, sempre que alguém é acusado de destruir a democracia, a resposta que deve dar é uma paráfrase daquela que Marx e Engels deram no *Manifesto Comunista* a uma crítica semelhante (de que o comunismo destrói a família, a propriedade, a liberdade etc.): a própria ordem dominante já faz toda a destruição necessária. Da mesma forma que liberdade (de mercado) é falta de liberdade para os que vendem sua força de trabalho e a família é destruída pela família burguesa enquanto prostituição legalizada, a democracia é destruída pela forma parlamentar com o apassivamento concomitante da imensa maioria, assim como pelo crescente poder executivo implicado na lógica cada vez mais influente do estado de emergência.

Contudo, a crise norte-americana demonstrou, ao contrário de posições mais pessimistas de cientistas desta epocalidade (a maioria de economistas) – no sentido de uma postergação de soluções para os problemas que genericamente mais nos

afetam –, que uma situação caótica pode, de fato significar um processo enzimático de evolução individual e coletiva rumo a uma situação pós-social dotada de um rol de metas factíveis, com vistas, naturalmente, a promover a salvaguarda do planeta contra os infindáveis abusos praticados pelo Homem ao longo dos últimos séculos.

Que fique claro, portanto, que a crise das instituições estatais e da democracia representativa, ou seja, o seu desvanescimento, deve-se ao advento da própria crise da civilização ocidental.

(...) esta crise não pode ser definida em termos puramente econômicos; ela deve sê-lo pela construção de um novo sistema de atores, mas de atores que não serão mais sociais porque alguns, os dominadores, estão doravante inscritos na lógica econômica global sobre a qual nenhum ator social ou político pode exercer um controle real, ao passo que outros, os dominados, recorrem à ideia de sujeito, que não pode ser reduzida a uma definição social. (TOURAINÉ, 2011, p. 133)

À mesma conclusão chega Agambem (1997, p. 19), ao estabelecer uma relação de identidade entre estados de exceção e as democracias contemporâneas. Segundo o seu posicionamento,

Por detrás do longo processo conflituoso que leva ao reconhecimento dos direitos e das liberdades formais, está, mais uma vez, o corpo do homem sagrado com o seu duplo soberano, a sua vida insuscetível e, todavia, exposta à morte. Ter consciência desta aporia não significa desvalorizar as conquistas e os esforços da democracia, mas tentar de uma vez por todas compreender por que razão, no preciso momento em que ela parecia ter definitivamente vencido os seus adversários e atingido o seu apogeu, se revelou inesperadamente incapaz de salvar de uma destruição sem precedentes a zôê a cuja libertação e a cuja felicidade tinha se dedicado todos os seus esforços. A decadência da democracia moderna e a sua progressiva convergência com os Estados totalitários nas sociedades pós-democráticas espetaculares (...) têm talvez a sua raiz nesta aporia que a marca desde o início e a empurra para uma secreta cumplicidade com o seu mais furioso inimigo.

A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, conforme já citado no item 1.5, também já havia apontado a faceta auto-ofuscante da crise da civilização ocidental, que legitima a manutenção do fosso entre incluídos e excluídos.

Morin (2010, p. 180), dentre outros pensadores contemporâneos, traduz a mesma ideia:

A ocidentalização dominadora fez as civilizações tradicionais entrarem em crise. Elas tentaram superar sua crise com receitas oriundas do Ocidente: democracia, socialismo, capitalismo, desenvolvimento, e as soluções para suas crises entraram em crise. Daí o refluxo sobre as raízes etnorreligiosas, mas que vai provocar novas crises. A isso se sobrepõe a crise da civilização ocidental. Privilegiando a técnica e o econômico, o material e o quantitativo, essa crise criou novos mal-estares que confluíram em um mal-estar no meio do bem-estar material... A crise da civilização ocidental se sobrepôs à crise da civilizações. Mesmo em crise, a primeira permanece o modelo do “desenvolvimento” que, para os cegos, constitui a saída para todos os problemas humanos, enquanto o desenvolvimento do desenvolvimento conduz, como dito anteriormente, rumo ao abismo.

A crise financeira mundial de 2008 contribuiu para um despertar com vistas à construção de uma nova reflexividade. Trata-se de um processo lento e ao mesmo tempo poderoso, pois acorda a humanidade de um sonho já dura alguns séculos, qual seja, o mito da totalidade do Ser.

A modalidade de crise civilizacional que tem o condão de provocar esta modalidade de despertar é muito bem explicada por Touraine (2011, p. 124) ao afirmar que

Somente quando a crise suscitar uma reação antiliberal, e mesmo antirreformista, que um novo equilíbrio poderá ser alcançado, tornando possível uma modernização global semelhante àquela que já está em curso nos países escandinavos.

Sua reação antiliberal e antirreformista pôde ser observada com a eclosão do movimento social global *Occupy Wall Street*, o que significa dizer que a humanidade está caminhando em direção a um novo paradigma.

Como se trata de processo lento, até agora o que se pode afirmar é que a humanidade pós-crise vem apresentando indícios de uma faceta ecocapitalista socio-ambiental (a expressão é de Žižek), trabalhada linhas acima, que teria a capacidade de resolver somente três (a questão ambiental, a inadequação da noção de propriedade privada e implicações socioéticas da nova evolução tecnocientífica) dos quatro antagonismos da atualidade, a exceção da crescente desigualdade social envolvendo incluídos e excluídos e ou oprimidos.

Não se vê outro caminho a trilhar. A humanidade necessita de uma nova racionalidade; a clareza desta assertiva é solar, haja vista que a razão meramente instrumental nos levou até esta condição de desigualdade social sem precedentes e

é somente uma mudança deste jaez que teria o condão de solucionar as intempéries deste presente dominado pela técnica em detrimento dos valores humanos que pugnam pela ética da alteridade.

Portanto, a crise, não do século XX e das duas grandes guerras mundiais ou só do Holocausto nazista, mas na razão da modernidade instrumental, isto é, o já mencionado casamento entre o Cogito de Descartes e o Saber de Bacon, na razão e na ciência modernas, que, através da tecnologia, busca o progresso material em detrimento da natureza. A crise da civilização mostra-se, portanto e mais uma vez, paradigmática.

O surgimento do sujeito, após a mais recente crise financeira mundial, para além de traduzir uma ruptura paradigmática com o *ethos* precedente, asfiziado pelo longo processo de desvanecimento dos atores sociais provocado pelo avanço avassalador do neoliberalismo, clama pela insurgência de um novo sujeito, isto porque, de todos os atores sociais de outrora, sobejou única e figurativamente a pessoa do indivíduo, tamanho o processo de afastamento das questões político-econômico-sociais provocado pelo capitalismo parasitário do século XX e início do século XXI.

O indivíduo, da forma como é concebido pelos dominados, somente pode tornar-se sujeito reconhecendo que os outros indivíduos dispõem dos mesmos direitos e da mesma capacidade de que ele dispõe de ser sujeito. A visão universalista seria vazia de sentido se simplesmente servisse para reunir indivíduos e grupos diferentes na casa comum da cidadania, expressão de uma pertença não mais fundada numa identidade, mas numa igualdade de direitos. Ora, reconstruir a partir do indivíduo-sujeito e de sua relação com os outros indivíduos-sujeitos uma sociedade concebida como “casa comum” pressupõe associar o respeito às diferenças à criação de uma consciência universalista dos direitos humanos fundamentais. (TOURAINÉ, 2011, p. 133)

Aqui, portanto, Touraine invoca a própria ideia de personalismo de Emmanuel Mounier (1967, p.25), surgida num *ethos* de crise política e espiritual, que sinaliza para o fato de que “toda a decomposição das comunidades sociais se estabelece sobre um desmoronamento do ideal pessoal proposto a cada um dos seus membros”.

A crise de que fala Mounier (2004, p.44-5) é a crise do homem burquês, pautada no individualismo, que o mesmo define como sendo

[...] um sistema de costumes, de sentimentos, de idéias e de instituições que organiza o indivíduo partindo de atitudes de isolamento e de defesa. Foi a ideologia e a estrutura dominante da sociedade burguesa ocidental entre o século XVIII e o século XIX. Homem abstrato, sem vínculos nem comunidades naturais, deus supremo no centro numa liberdade sem direção nem medida, sempre pronto a olhar os outros com desconfiança, cálculo ou reivindicações; instituições reduzidas a assegurar a instalação de todos estes egoísmos, ou o seu melhor rendimento pelas associações voltadas para o lucro; eis a forma de civilização que vemos agonizar, sem dúvida uma das mais pobres que a história jamais conheceu. É a própria antítese do personalismo e o seu mais direto adversário.

Sua filosofia, portanto, encontra-se fulcrada na pessoa humana, ou seja, para ele (2004, p.17), “a História da pessoa será paralela à história do personalismo. Não se desenvolverá somente no plano da consciência, mas em toda a sua grandeza, no plano do esforço humano para humanizar a humanidade”.

O ato de engajar-se, a demanda inabalável ou uma ação reformadora, autônoma é aquilo que tem o condão de modificar “(...) a realidade exterior, que nos forma, que nos aproxime dos homens, que enriqueça de valores nosso universo” (MOUNIER, 2004, p.103).

Não é mais a invocação de um deus, de um progresso ou de uma classe social que fará recuar o poderio anônimo do dinheiro: é o apelo às exigências ao mesmo tempo individualistas e universalistas emanando do sujeito. As leis se dividem em dois conjuntos de pesos desiguais: umas aferram-se à gestão da vida econômica em favor dos ricos; outras defendem os direitos humanos, a justiça e a liberdade contra todas as pressões. É este segundo bloco de leis que deve ampliar-se, ser mais respeitado e fazer recuar a pretensa neutralidade axiológica. Mas esta justiça não saberia fazer-se presente se não gravarmos um princípio metassocial na lápide central das instituições. (TOURAINÉ, 2011, p. 156)

O renascimento do sujeito, então, dá-se através deste processo dialógico de constante transformação do indivíduo em pessoa. Então, para Mounier (2004, p.49), haja vista que “é preciso sair da interioridade para alimentar a interioridade” (MOUNIER, 2004, p.66); afinal, a pessoa “não é o ser, é o movimento do ser para o ser” (MOUNIER, 2004, p.87).

Tal momento por que passa a humanidade é propício ao retorno deste movimento do ser para o ser. O homem burquês, individualista, precisa finalmente dar lugar à pessoa que agrupa das condições de exercer com justeza a alteridade, a busca e resgate do Outro e de sua multiplicidade.

É para onde a humanidade caminha, caminhar este que se volta para a busca de um princípio rizomático, que tem como fundamento uma ética da alteridade fundada na busca irrefreável de uma reinvenção da ideia do humano, de sua pessoa, de seu ser para o ser, para que, com isso, sejam resolvidos os principais antagonismos de uma humanidade desvanescida por sua ideologia hegemônica.

3.2 SLAVOJ ŽIŽEK E A PERSPECTIVAREVISIONISTA DO COMUNISMO

Levando em consideração o que vem sendo exposto nesta parte final, Žižek (2011b, p. 13) reputa imperiosa a distinção entre duas modalidades de impossibilidade: “o real impossível do antagonismo social” e a “impossibilidade em que se encontra o campo ideológico predominante”.

A segunda impossibilidade acaba servindo de máscara da primeira, legitimando-a.

Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas. Esse real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo – que, entretanto, de modo algum implica que não se possa tratar diretamente com esse real/impossível e transformá-lo radicalmente num ato “maluco”, que muda as coordenadas “transcendentais” básicas de um campo social. É por isso que, como explica Župancic, a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim o “impossível acontece”. (ŽIŽEK, 2011b, p. 13)

Constatado, então, que a história nos fornece escolhas, que o sistema capitalista acaba por, ideologicamente, interferir diretamente no trabalho intelectual voltado a sua superação (naturalização ideológica mascarada de realismo pragmático), Žižek (2011, p. 19) propõe a revisão do comunismo e, para tanto, também refaz o caminho que o leva a concluir pela incapacidade libertadora do socialismo.

A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era “eterno” no velho. Se o comunismo é mesmo uma ideia “eterna”, então serve de “universalidade concreta” hegeliana: é eterna não no sentido de uma série de características universais e abstratas

que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica.

A primeira constatação que leva Žižek a entender pela necessidade de superação do capitalismo está na impossibilidade de sanção dos problemas relacionados à temática da desigualdade social. Por exemplo, se os próprios países defensores do livre mercado não cumprem suas regras de livre mercado ao subsidiar os seus produtores, como evitar o colapso das economias em desenvolvimento? É o exemplo do Mali:

Os dois pilares da economia malinesa são o algodão, no Sul, e a sua criação de gado, no Norte, e ambos enfrentam problemas devidos ao modo como as potências ocidentais violam as próprias regras que tentam impor aos países pobres do Terceiro Mundo. O Mali produz algodão de excelente qualidade, mas o problema é que subsídio que o governo norte-americano dá a seus próprios produtores de algodão equivale a mais do que todo o orçamento do Estado malinês, portanto não surpreende que não seja competitivo. No Norte, a culpada é a União Européia: a carne malinesa não consegue concorrer com a carne e o leite altamente subsidiados da Europa. A União Europeia subsidia cada vaca com cerca de 500 euros por ano, mais do que o PIB *per capita* do Mali. (ŽIŽEK, 2011b, p. 26)

Para Žižek (2011b, p. 72), problemas deste tipo traduziriam, ao invés de simples mau funcionamento do capitalismo, necessidades estruturais para sua sobrevivência.

A partir do momento em que o autor em questão aponta que o mercado não teria como dirimir questões prioritárias como a autossuficiência de alimentos, água, energia, meio ambiente, cultura, educação, saúde, etc, a quem caberia estas decisões? É a partir daí que se dá o convite à revisão do comunismo (ŽIŽEK, 2011b, p. 77)

Não é para tanto que Toraine (2011, p. 62) vaticina que:

A segunda metade do século XX, até 1989, acabou sendo dominada pela ambivalência dos intelectuais em relação à ideia comunista; mantinham-se fieis ao ideal revolucionário e, ante a carência de forças para realizá-lo, acabaram se fechando para uma crítica sistêmica do ocidente. Os intelectuais pós-comunistas mantiveram críticas ferrenhas ao sistema capitalista de produção, mas a marginalização ocasionada por uma ideologia tão poderosa como a do capital tornara qualquer outro tipo de ação praticamente impossível.

A explicação é a seguinte: somando-se ao fato de que o Mercado não dispõe de condições para resolver as questões abordadas no parágrafo anterior, Žižek (2011,

p. 82) estabelece quatro antagonismos do capitalismo global contemporâneo “suficientemente fortes para impedir sua reprodução indefinida”. São eles:

(...) a ameaça crescente de catástrofe ecológica; a inadequação da noção de propriedade privada em relação à chamada “propriedade intelectual”; as implicações socioéticas da nova evolução tecnocientífica (em especial da biogenética); e, não menos importante, a criação de novas formas de apartheid, os novos muros e favelas. (2011b, p. 82)

A ameaça crescente da catástrofe econômica está intimamente ligada à possibilidade das intervenções subjetivas provocarem perturbações na substância histórica, provocando calamidades ecológicas, mutações biogenéticas ou até mesmo limitares. Sua crítica, mais uma vez, encontra-se voltada para o mito do tempo linear, que deposita sua confiança no “trem da história”, na expectativa de solução dos problemas da humanidade no momento certo, quando do alcance do amadurecimento necessário do ser humano (ŽIŽEK, 2011a, p. 416).

Esta pensamento retrata muito bem o diálogo existente entre Slavoj Žižek (2011a, p. 454) e os frankfurtianos Adorno e Horkheimer:

E o caso supremo da inversão do destino positivo em negativo não é a passagem do materialismo histórico clássico para a atitude da “dialética do Esclarecimento” de Adorno e Horkheimer? Enquanto o marxismo tradicional mandava que nos engajássemos e agíssemos para provocar a necessidade (do comunismo), Adorno e Horkheimer se projetaram no resultado catastrófico final percebido como fixo (o surgimento da “sociedade administrada” de manipulação total e o fim da subjetividade) para nos estimular a agir contra esse resultado em nosso presente.

O segundo antagonismo está ligado à inadequação da propriedade privada no caso da chamada “propriedade intelectual”, também ligado às variadas complicações jurídicas provenientes da biogenética. Num mundo onde o conhecimento vem a se tornar tangível, este somente é disponibilizado àqueles que possuem condições de pagar por ele, com o agravante de que os chamados países de primeiro, com o poder do próprio capital, ao invés de servirem como produtores de intelecto, muitas das vezes se apropriam do conhecimento dos países em desenvolvimento por bagatelas (ŽIŽEK, 2011a, p. 416-7).

Vale dizer que a medicina ea informática, por exemplo, sofrem demasiadamente com os efeitos deste antagonismo.

O terceiro antagonismo de que fala Žižek envolve as implicações ético-sociais dos novos avanços científicos, onde o autor demonstra uma grande preocupação ao fato de a ética universal poder se dissolver por conta de sua conflitância com antigos valores humanistas, como a possibilidade de a biogenética poder afetar as noções de dignidade e autonomia da pessoa humana. Para ele (2011a, p. 418):

Essa, portanto, é a escolha que enfrentamos hoje: ou escolhemos a postura de reticência tipicamente pós-moderna (não vamos até o fim, vamos manter uma distância adequada da Coisa científica, para que essa Coisa não nos arraste para o buraco negro e destrua todas as nossas noções humanas e morais), ou ousamos nos “deter com o negativo” (*das Verweilen beim Negativen*), isto é, ousamos assumir inteiramente as consequências da modernidade científica, torcendo para que “nossa Mente é um genoma” também sirva de juízo infinito.

Por último, o autor aborda o antagonismo das novas formas de apartheid, os novos muros e favelas. A superação deste último antagonismo é, para Žižek, a única forma de conduzir as demais “questões” da atualidade em versões verdadeiramente subversivas de superação, pois esta última questão pontual encontra-se intimamente ligada à necessidade à luta em si pela libertação dos excluídos e oprimidos.

A primeira resposta para estes problemas estaria ligada à necessidade de ressurreição das “áreas comuns”, ou seja:

(...) deveríamos dar todo o peso às expressões “cidadania global” e “questão comum”, isto é, à necessidade de criar uma organização política global que, neutralizando e canalizando os mecanismos do Mercado, exprima um ponto de vista propriamente comunista. (ŽIŽEK, 2011b, p. 83)

Afinal, tal separação existente entre o universo econômico e o social caracteriza a situação atual, especialmente porque a globalização ou mundialização posiciona a economia num patamar onde não se consegue vislumbrar nenhuma instituição social ou política apta a intervir eficazmente.

A crise financeira vem a comprovar exatamente isso. Há pouco tempo, como será apontado nas próximas linhas, o movimento “*self-government*” Occupy Wall Street tem impressionado os estudiosos pela sua forte capacidade de organização global, mas o exemplo, por enquanto, somente reforça a regra.

Michael Hardt, *apud* Žižek (2011b, p. 86), participando da conferência “A Ideia do Comunismo”, no colégio Birkbeck, em Londres, pontuou que “(...) se o capitalismo

representa a propriedade privada e o socialismo, a propriedade estatal, o comunismo representa o fim da propriedade como tal nas áreas comuns”.

A social-democracia não foi capaz de manter sob pulso forte as políticas desencadeadoras do chamado Estado do Bem Estar Social. O avanço neoliberal, especialmente a partir da década de 1980, enfraqueceu sobremaneira os partidos social-democratas.

É por isso que Žižek ironiza a eleição de Sarkozy à presidência da França com a finalidade de implantar naquele país o neoliberalismo no momento em que o bastião desta ideologia passava a dar sinais de uma mudança rumo a uma social-democracia, a exemplo das recentes medidas de Obama voltadas à unificação do sistema de saúde. Segundo ele (2011b, p. 86), portanto,

A ironia do fato de que esse processo de vir a “parecer europeu” ainda seja caracterizado pela previsão de que “nós [nos Estados Unidos] seremos ainda mais franceses” não deixa de espantar o leitor. Afinal de contas, Sarkozy foi eleito president francês com a promessa de acabar finalmente com a tradição de bem-estar social do socialismo europeu e adotar o modelo liberal anglo-saxão; no entanto, o próprio modelo que ele se propôs a imitar está retornando justamente àquilo de que ele queria se afastar: o caminho supostamente desacreditado da intervenção estatal em grande escala na economia. O tão vilipendiado “modelo social” europeu, considerado ineficiente e desatualizado sob as condições do capitalismo pós-moderno, teve sua vingança. Mas não há motivo para alegria: o socialismo não deve mais ser concebido como a infame “fase inferior” do comunismo, porque é seu verdadeiro concorrente, sua maior ameaça. (Talvez tenha chegado a hora de recordar que, durante o século XX, a social-democracia foi um instrumento utilizado para frustrar a ameaça comunista ao capitalismo.) Portanto, o complemento do título de Negri deveria ser: *Adeus Sr. Socialismo... e bem-vindo, camarada Comunismo!*

Duas observações: a primeira é que Žižek entende que, contemporaneamente, a posição adotada por Marx no sentido de que o socialismo seria a fase anterior ao comunismo encontra-se ultrapassada, e o faz ao constatar que, nesta epocalidade, o socialismo estaria a competir com o comunismo para frustrar a ameaça deste último ao capitalismo; a segunda denota a sua opção pela ideologia política e social-econômica do comunismo.

Faz-se necessário aprofundar o porquê da negação ao socialismo e em que medida o comunismo seria a única via passível de substituir o espaço deixado pelo espectro do capital.

Žižek apresenta uma curiosa constatação. Para ele (2011b, p. 86) o socialismo seria inviável como ideologia hegemônica do estado pós-social (ulterior à crise financeira mundial de 2008) porque o “(...) quer resolver os três primeiros antagonismos sem abordar o quarto, sem a universalidade singular do proletariado”.

Explica-se:

É por isso que devemos insistir na diferença qualitativa entre o quarto antagonismo – a lacuna que separa os excluídos dos incluídos – e os outros três: sé essa referência aos excluídos é que justifica o uso da palavra comunismo. Não há nada mais “privado” que uma comunidade estatal que percebe os excluídos como ameaça e se preocupa em mantê-los a uma distância adequada. Assim, na série de quatro antagonismos, aquele entre os incluídos e os excluídos é o mais importante. Sem ele, todos os outros perdem seu aspecto subversivo; a ecologia se transforma em problema de desenvolvimento sustentável, a propriedade intelectual em desafio jurídico complexo, e a biogenética em questão ética. Podemos lutar sinceramente para preservar o meio ambiente, defender uma noção mais ampla de propriedade intelectual e nos opor ao copyright dos genes sem jamais confrontar o antagonismo entre incluídos e excluídos. (ŽIŽEK, 2011, p. 87-8)

A social-democracia da contemporaneidade de hoje verdadeiramente não conseguiu alcançar tal desiderato. Para este autor, então, os demais antagonismos podem ser solucionados sem que o quarto o seja, tanto na modalidade “ecocapitalista” que o mesmo aponta ter exurgido após a recente crise financeira mundial como na forma socialista, ora discutida.

Acredita-se que correntes filosóficas como a filosofia da libertação de Enrique Dussel, como será apontado adiante, também dialoguem com a ideia de superação do quarto antagonismo como única maneira de tornar subversiva a superação dos demais. Afinal, (...) os três primeiros dizem respeito, de fato, a questões ligadas à sobrevivência da humanidade (econômica, antropológica e até física), mas o quarto, em última análise, é uma questão de justiça (ŽIŽEK, 2011b, p. 88).

Importa registrar ainda mais uma vez que Žižek não defende a implantação do comunismo de outrora na nova situação pós-social, surgida após o desvanecimento dos atores sociais. Sua abordagem sinaliza pela necessidade de revisitação e revisão das ideias comunistas, a fim de que se possa evitar os erros do passado, adaptando-o para os novos tempos. Logo,

Cientes de que as chances nos empurram para a catástrofe, esses atores estão dispostos a agir contra elas. Desapontados com o comunismo do século XX, estão dispostos a “começar do princípio” e reinventá-lo sobre novas bases. (ŽIŽEK, 2011b, p. 130)

Fato importante do pensamento de Žižek (2011b, p. 111-12) é que o mesmo, por não vislumbrar uma maneira de substituir o Estado, reputa inconcebível a sua retirada ou subtração, sugerindo que se faça funcioná-lo de forma não estatal, de modo a alterar a sua relação com a base. Para ele o inimigo é outro: “(...) o fluxo de autorrevolução permanente” do capital.

3.3 O MOVIMENTO OCCUPY WALL STREET

O movimento de self-government denominado *Occupy Wall Street* aponta os alicerces deste despertar da humanidade. Ele é voltado contra a ganância corporativa ou, mais especificamente, contra a própria ideologia hegemônica do sistema capitalista, sendo o seu foco a atuação cleptomaniaca dos tecnocratas de *Wall Street*, coração financeiro de Nova York.

Os manifestantes organizam-se sob a forma de assembleias gerais, onde todos os envolvidos tem o direito de externar sua opinião.

Como a utilização de sistemas de som é proibida, enquanto um dos integrantes do movimento discursa, aqueles que estão mais próximos a ele repetem suas palavras em voz alta. O mesmo aconteceu com Slavoj Žižek, Naomi Klein, Joseph Stiglitz, Michael Moore, pensadores influentes da pós-modernidade que contribuíram sobremaneira para a construção das ideias que hoje reverberam nos inúmeros movimentos “occupy” que vem se espalhando ao redor do Mundo.

A insurgência desta teia de novos atores sociais sinaliza o despertar do mundo ocidental do período de sono pelo qual passou enquanto imperava, solitário e absolutizador, o “paradigma instrumental iluminista utilitarista”, como já foi dito na introdução deste trabalho.

Touraine (2011, pp. 104-105), que lançou “Após a Crise” antes da inauguração do movimento em questão, afirma a construção de um novo modelo de atores sociais, com vistas à formulação de uma “nova sociedade”, cujas transformações perpassam as crises da cidade, da democracia, da justiça, da escolar ou da família:

A ausência de reações sociais e políticas de massa durante a crise, cujo aspecto mais evidente foi a vitória do capital financeiro sobre a economia real, constituiu-se numa surpresa para todos. A crise não reforçou a esquerda e os sindicatos. (...) Hoje não vemos mais nenhum conflito significativo entre atores claramente definidos; nenhuma postura comum a dois campos opostos surge: a nova sociedade ainda não se formou, mas ela se anuncia, e é esta a quarta hipótese. Esta é de difícil formulação, porque afirma a construção de um novo modelo de atores, ainda impossível de descrever. Obviamente, esta passagem para uma nova sociedade implica a transformação das sociedades atuais, o que, em nossa linguagem cotidiana, chamamos de crise da cidade, crise da democracia, crise da justiça, crise da escola ou da família. Esta separação entre o mundo econômico e o social caracteriza a situação atual, particularmente porque a globalização situa a economia num nível no qual nenhuma instituição social, política ou mesmo econômica pode intervir.

O citado autor não imaginava que um movimento de proporções globais como o Occupy Wall Street fosse eclodir tão rapidamente. Sua obra adverte em inúmeros momentos para o silêncio dos atores diante dos acontecimentos de 2008-2009 nos Estados Unidos, o seu completo desencantamento diante do *ethos* existente.

O desastre econômico de 2007-2009, cujos efeitos far-se-ão sentir longamente ainda, viu perdas se acumulando, ao passo que um silêncio quase completo reinava, tanto da parte dos intelectuais quanto dos militantes. Isso significa afirmar que uma crítica intelectual extrema, quando não apoiada num partido revolucionário, e quando não provoca reformas, ela não engendra senão silêncio e impotência. (TOURAINÉ, 2011, P. 64)

Não se pode afirmar, neste momento, que Touraine esteja enganado. Afinal, está-se tratando de um movimento social recém criado e ainda em curso. Por outro lado, sua forma de organização, a utilização da mídia a favor das necessidades mais prementes da humanidade, a participação de profundos críticos do sistema capitalista, dentre outras características, indicam a esperança, o atual estado de crise de consciência da civilização ocidental.

Stéphane Hessel, autor de “Indignai-vos” e um dos redatores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, influenciou, dentre outras, a onda revolucionária que traduz os acontecimentos retratados pelo movimento ora analisado.

Hessel (2011, p. 24) afirma que:

O pensamento produtivista, trazido pelo Ocidente, levou o mundo a uma crise da qual devemos sair pela ruptura radical com a fuga para a frente do “sempre mais” na área financeira, mas também na das ciências e das técnicas. É chegado o tempo em que a preocupação com a ética, a justiça, o equilíbrio sustentável deve prevalecer. Porque os mais graves riscos nos

ameaçam. Podem pôr um termo à aventura humana num planeta ameaçado de tornar-se inabitável.

Duas das mais comentadas passagens da obra ora comentada aponta para a indiferença como a pior das atitudes do ser humano, que o leva à incapacidade de se indignar e de envidar esforços em favor do engajamento em prol de mudanças.

Digo aos jovens: procurem um pouco, vocês vão encontrar. A pior das atitudes é a indiferença, é dizer “não posso fazer nada, estou me virando”. Quando assim se comportam, vocês estão perdendo um dos componentes indispensáveis: a capacidade de se indignar e o engajamento, que é a consequência desta capacidade. (HESSEL, 2011, p. 16)

Aos jovens eu digo: olhem à sua volta e vocês encontrarão os temas que justificam a sua indignação (...) (HESSEL, 2011, p. 18)

Portanto, definidas as bases do movimento Occupy Wall Street, pode-se compreender que as preocupações por ele externadas se identificam profundamente com o discurso crítico-reflexivo apresentado por este trabalho, convindo, portanto, reconhecer que o desvanescimento das instituições estatais, da própria democracia representativa, não foi só sentida pelos atores sociais como também ainda se encontra presente na humanidade o sentimento de indignação e a consciência que pugna pela extrema necessidade de engajamento.

3.4 OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DA ALTERIDADE E DA RESPONSABILIDADE

O questionamento fulcral de toda a discussão travada neste trabalho pode ser identificado como sendo o multicitado “paradigma instrumental iluminista utilitarista”. Constatada a falência da ideologia hegemônica do capital após as respectivas “tragédia” das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 e “farsa” (crise financeira mundial de 2008) que, segundo a mídia, abalaram o Mundo neste início de século XXI, a humanidade presencia um processo paulatino de reconstrução do sujeito, da pessoa apontada por Mounier, da construção do Ser para o Ser e, buscando na morada do Ser, a ética como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana.

O modelo sócio-político-econômico apto a resolver os grandes antagonismos da humanidade circundou na aposta, por aqueles que ainda defendem a via do capitalismo, naquilo que se convencionou demoninar “ecocapitalismo” (a expressão se deve a Žižek) e na revisitação e revisão da ideia comunista, que, para Žižek, pode conviver com o aparelho estatal enquanto não se encontrar uma forma de substituí-lo. Conforme salientado, em sua visão bastaria que o Estado passasse a agir de forma “não-estatal”, ponto este que não foi aprofundado pelo autor mas que, interpretado de forma sistemática, poderia identificar que a sua intenção foi apontar que o mesmo deveria retornar à execução de sua finalidade primeira, qual seja, atuar como controlador metabólico do capitalismo.

Dito isso, a nova ordem planetária necessita superar o questionamento que envolve a capacidade do mencionado “ecocapitalismo” em resolver os grandes antagonismos da humanidade (a questão ambiental, a submissão que a chamada propriedade intelectual dos países desenvolvidos tem para com aqueles em desenvolvimento, as questões envolvendo a bioética), sendo o principal deles a minimização do fosso da desigualdade social existente entre incluídos e excluídos / oprimidos. Afinal, uma proposta tendo como fundamento a ética da alteridade e da responsabilidade, não pode se afastar desta meta. A percepção do Outro não se coaduna com um sistema que compactua com a manutenção deste fosso.

A construção do princípio fontal rizomático da dignidade da pessoa humana fundado na ética da alteridade e da responsabilidade possui condições de responder a este questionamento, pois através dela a dinâmica referente aos direitos humanos alcança uma nova dinâmica, unindo o uno ao múltiplo, dialogicamente, buscando valores antes desprezados pela ideologia hegemônica, que permitirão a superação da racionalidade instrumental.

3.4.1 A ética como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana

A situação pós-social de que fala Touraine, surgida após o desencantamento da humanidade com as consequências ético-morais-materiais da falência do sistema capitalista, necessita ascender a um novo *topos*, a uma heterotopia, fruto do resgate da autonomia do Ser que, somada a um “novo” sujeito, que em verdade decorre da própria ética e que identifica a fenomenologia do Eu, o Outro, o Rosto levinasiano.

As exterioridades provocadas com o encontro do Eu com o Outro apontam, desde que o Homem é Homem, para o universo relacional e vivificador da interdependências subjetividades. Desde os primórdios da humanidade, o Ser Humano sempre dependeu do Outro, do terceiro e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, com ele vivem no Cosmos. O Homem é um ser Cosmoteândrico, segundo Raimundo Panikkar.

Krohling (2008, p. 174) sintetiza a perspectiva cosmoteândrica da realidade de modo afirmando que nela “(...) o cósmico (*kósmos*), o teológico--divino (*theós*) e o humano (*andrós*), interligados, seriam a base dos Direitos das pessoas buscando diálogo intercultural”.

A razão concedeu ao homem a consciência crítica; daí para frente iniciou-se o grande desafio da humanidade, qual seja, a preservação o princípio fundante de todo o Cosmos, a vida, cujos pilares são a dignidade da pessoa humana, a alteridade, a justiça, a própria consciência reflexiva, igualdade e a liberdade humana.

O ecocapitalismo exposto por Žižek em algumas passagens deste trabalho teria condições de resolver os principais antagonismos da humanidade, exceto a extinção da desigualdade social que separa os incluídos dos excluídos / oprimidos (foraclusos). Estas grandes questões (ambiental, propriedade intelectual, bioética), portanto, por atenderem ao imperativo de sobrevivência da humanidade, acabam denotando um comportamento auto-interessado, conforme ditto linhas atrás.

Pelo fato de “sobrevivência” não se identificar com “vida”, tais medidas seriam consideradas parte de um processo ainda assim legitimador de injustiças, ou seja, a

ética (filosofia primeira) como matriz rizomática do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, não estaria sendo concretizada, pois aqui (ainda assim) se estaria valorizando o tempo linear da história, pois a cosmicidade, corporeidade, vida, alteridade, justiça, consciência crítica libertadora, liberdade e igualdade inerente ao conceito de direitos humanos extraídos da ética rizomática não estariam sendo integralmente observados. Afinal, não existe meia ética e não podemos identificá-la com normas morais.

A fim de buscar um referencial metodológico para uma base material consistente da ética como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana, faz-se mister apresentar alguns conceitos.

Krohling e Oliveira (2011) identificam rizoma nos moldes delineados por Guattari e Deleuze na obra “Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia” como um designativo proveniente da Botânica que significa “(...) um feixe de raízes múltiplas ramificadas e entrelaçadas, sem subordinação de uma com outra e sem centro unificador” ou nas palavras de Deleuze e Guattari (1996, p. 79), “um conjunto irradiante de raízes que remete a uma árvore central”.

A árvore do conhecimento é o objeto de crítica, ao menos o conceito conhecido pela humanidade, produtora do pensamento bipolar, dicotômico da ideologia hegemônica imposta pela lógica do Mercado, marcada pela centralização do Eu em detrimento do Outro. Para estes autores (1996, p. 82):

(...) a Árvore exprime essa segmentaridade endurecida. A Árvore é nó de arborescência ou princípio de dicotomia; ela é eixo de rotação que assegura a concentricidade; ela é estrutura ou rede esquadrinhando o possível.

Deleuze e Guattari (1996, p. 56) ainda acentuam que:

Ora a máquina abstrata, por ser de rotação, irá rebater os fluxos sobre significâncias e subjetivações, sobre nós de arborescência e buracos de abolição; ora, ao contrário, por operar uma verdadeira “desrostificação”, libera de algum modo *cabeças* pesquisadoras que desfazem em sua passagem os estratos, que atravessam os muros de significância e iluminam buracos de subjetividade, **abatem as árvores em prol de verdadeiros rizomas, e conduzem os fluxos em linhas de desterritorialização positiva ou de fugacizadora**. Não há mais estratos organizados concentricamente, não há mais buracos negros em torno dos quais as linhas se enrolam para margeá-los, não há mais muros onde se agarram as dicotomias, as binariedades, os valores bipolares. (grifo nosso)

Eis aqui, portanto, o cerne da fundamentação da ética como matriz rizomática dos Direitos Humanos. A árvore da civilização ocidental e de sua ideologia voltada para o Ser para que se possa dar lugar a um novo rizoma, a um novo feixe de raízes que, ao elegerem a ética comoraiz mãe, acabará por moldar a construção de um novo Êthos, ou seja,

O êthos (caráter ético das pessoas) vai se moldando no Êthos (moral) através de hábitos, de costumes e tradições, de utopias realizadas e de práxis contínua, construindo uma ambiência ecológica onde a vida humana brota, surge, cresce e se multiplica em mil rizomas internos e externos. (KROHLING, 2011, p. 37)

Um outro ponto relevante da obra de Deleuze e Guattari e que possui íntima relevância com o objeto de estudo está no conceito de “máquina”. A “máquina” de que falam estes autores é definida de forma “axiomática”, através de um processo lógico-formal de sobreposição dos constructos extraídos do próprio rizoma; a “máquina”, portanto, é por eles assemelhada à própria figura do aparelho estatal. Acrescentam, por fim, que quando o Estado se torna totalitário, ele acaba se identificando com a própria sobrecodificação. Logo, para os precitados autores (1996, p. 95-6),

Seria preferível, a partir daí, considerar estados simultâneos da Máquina abstrata. De um lado, há uma máquina abstrata de sobrecodificação: é ela que define uma segmentaridade dura, uma macro-segmentaridade, porque ela produz, ou melhor, reproduz os segmentos, opondo-os de dois em dois, fazendo ressoar todos os seus centros, e estendendo um espaço homogêneo, divisível, esfriado em todos os sentidos. Uma máquina abstrata desse tipo remete ao aparelho de Estado. Não confundimos, no entanto, esta máquina abstrata e o aparelho de Estado. Definir-se-á, por exemplo, a máquina abstrata more geométrico, ou em outras condições por uma "axiomática"; mas o aparelho de Estado não é nem a geometria nem a axiomática: ele é apenas o agenciamento de reterritorialização que efetua a máquina de sobrecodificação em tais limites e sob tais condições. Pode-se só dizer que o aparelho de Estado tende mais ou menos a identificar-se com essa máquina abstrata que ele efetua. E aqui que a noção de Estado totalitário adquire seu sentido: um Estado torna-se totalitário quando, ao invés de efetuar em seus próprios limites a máquina mundial de sobrecodificação, ele identifica-se com ela, criando as condições de uma "autarquia", fazendo uma reterritorialização por "vaso fechado", por confinamento, no artifício do vazio (o que nunca é uma operação ideológica, mas sim econômica e política).

Como os Estados totalitários, o sistema capitalista também produziu uma ideologia capitalista Unidimensional, passando a se identificar a ele através de uma “reterritorialização” por “vaso fechado”, ou seja, heteronomamente. Nota-se como ainda é vivo o conceito marcusiano de unidimensionalidade da civilização tecnológica atual.

Aprofundando o conceito de ética rizomática como princípio fontal dos direitos humanos, mister adentrar no conceito de Rosto levinasiano. Pois bem. Este se traduz como sendo o princípio da inteligibilidade, da alteridade, da exterioridade, a epifania do Ser, pois a existência do Eu está ligada fenomenologicamente à idéia do rosto do Outro, inexistindo aquele sem a existência deste. Para Lévinas (2009, p. 143),

(...) a ordem de sentido, que me parece primeira, é precisamente aquela que vem da relação inter-humana e que, por consequência, o Rosto, com tudo o que a análise pode revelar de sua significação, é o começo da inteligibilidade.

Percebe-se, portanto, como o Rosto é por ele abordado como começo de inteligibilidade, da própria assunção do destino de outrem (Amor). Trata-se da própria ideia de transcendência, o primeiro gesto ético. A subjetividade, então, "(...) perde aquela característica superficial de subjetivismo e se torna preche de alteridade com o encontro de dois sujeitos na relação de intersubjetividade" (KROHLING, 2011, p. 46). Esta é uma perspectiva fenomenológica, sem a qual, não pode compreender a relação da ética da alteridade com responsabilidade.

Em belíssima passagem da obra "Desafios Éticos da Globalização", Manfredo Araújo de Oliveira (2008, p. 47-8) aborda a temática da subjetividade nos seguintes termos:

A subjetividade, assim, constitui-se como subjetividade pela mediação do encontro com a outra subjetividade, o que se faz possível porque cada uma é presença autopresente do incondicionado, que é o espaço de possibilitação da comunhão das subjetividades. (...) do reconhecimento mútuo da igual dignidade, a afirmação recíproca do outro como sujeito (...).

Krohling (2011, 91) sintetiza o projeto filosófico atribuído a Lévinas aduzindo que o mesmo se opõe à ontologia e defende a metafísica. Conclui através de seus estudos, especialmente de Husserl e Heidegger, bem como pela sua própria trajetória de vida dos judeus em tempos de Holocausto (tendo sido encarcerado no campo de concentração de Stammlager, próximo a Hannover), que, ao invés de priorizar o paradigma racionalista e a prioridade do saber técnico sobre a subjetividade, a humanidade deveria fazê-lo com relação à metafísica, que abarca a ideia de infinito, da intersubjetividade, da exterioridade. É o que podemos denominar de cosmoteândrico.

A crise do humanismo destes tempos, para Krohling (2011, p. 108), “(...) está justamente na abundância dos meios e na confusão entre meios e fins, pois as ambições individuais sufocam qualquer busca coletiva do bem comum”.

A ética exsurge, desta forma, como filosofia primeira do e para o Outro, como princípio fontal que possui como corolários rizomáticos a alteridade e a responsabilidade, com vistas à libertação do homem (Ser) e de sua outridade (*alter* significa outro), dependendo a Justiça da prática cultural, mediatizada dialocamente pela linguagem, destes dois conceitos.

A Ética da Responsabilidade levinasiana fica clara na passagem em que o mesmo eleva a responsabilidade pelo outro à qualidade de assunção de seu destino, ato de amor.

(...) O encontro com Outrem é imediatamente minha responsabilidade por ele. A responsabilidade pelo próximo é, sem dúvida, o nome grave do que se chama amor ao próximo, amor sem Eros, caridade, amor em que o momento ético domina o momento passional, amor sem conspiciência. Não gosto muito da palavra amor, que está gasta e adulterada. Falemos duma **assunção do destino de outrem**. É isto a “visão” do Rosto, e se aplica ao primeiro que aparece. (LÉVINAS, 2009, p. 143) (grifo nosso)

Foi Hans Jonas quem introduziu o conceito de responsabilidade no mundo contemporâneo. Sua maior preocupação está relacionada com as gerações futuras. Para ele (2006, p. 85-92):

(...)o progresso e suas obras situam-se antes sob o signo da soberba que da necessidade. Aqui, onde a proteção do provisório é insuficiente, entra novamente em vigor a sentença de que meu agir não pode pôr em risco o interesse total de todos os outros também envolvidos (que são, aqui, os interesses das gerações futuras. (...) Portanto, para nós, contemporâneos, em decorrência do direito daqueles que virão e cuja existência podemos desde já antecipar, existe um dever como agentes causais, graças ao qual nós assumimos para com eles a responsabilidade por nossos atos cujas dimensões impliquem repercussões de longo prazo.

Enrique Dussel, assim como Lévinas, propõe o fim da ideologia da unidimensionalidade com vistas à abertura de um espaço para a exterioridade. Ao voltar o seu olhar para a necessidade de libertação de sujeitos coletivos, a exemplo dos chamados deserdados da América Latina e da África, o faz através da proposta de criação de um novo sistema de eticidade, a ética da libertação.

Para Dussel (2007, p. 301), portanto, a ordem social vigente, preenchida por uma imensa gama de oprimidos e excluídos, produz e é responsável pela manutenção de

um sistema preenchido por aquilo que o presente autor, com muita percuciência, denomina “as vítimas não intencionais do bem”. Eis aqui, portanto, o momento por ele apresentado como sendo negativo do exercício da razão ético-crítica.

Dussel (2007, p. 302-303) discorre que agora, “(...) de pronto, a partir destas vítimas, a verdade começa a ser descoberta como a não-verdade, o válido como o não-válido, o factível como o não eficaz e o “bom” pode ser interpretado como o “mau””. Dá-se importância ao saber adotar a perspectiva das vítimas do sistema de eticidade, uma vez que:

Para a consciência cúmplice do sistema, as vítimas são um momento necessário, inevitável, um aspecto funcional ou “natural” – como o escravo na polis de Aristóteles ou os “menos favorecidos” socioeconomicamente do segundo princípio de Rawls.

Exatamente para que se possa superar esta consciência cúmplice é que se idealiza o precitado momento negativo do exercício da razão ético-crítica. Esta deve ser entendida, pois, como sendo um momento mais desenvolvido da racionalidade humana. Os três elementos fundantes de sua ética libertadora nota-se claramente a preocupação do autor em aprimorar a racionalidade humana através de sua constante informação pela ética. Conforme suas palavras (2007, p. 303), a razão ético-crítica:

(...) subsume a razão material (porque a supõe afirmativamente para descobrir a dignidade do sujeito e a impossibilidade da reprodução da vida da vítima), a formal (porque também a supõe no advertir a exclusão da vítima da possibilidade de argumentar em sua própria defesa) e a de factibilidade (porque interpreta as mediações factíveis do sistema de eticidade vigente como maquinações do sistema de eticidade vigente como maquinações “não-eficazes” para a vida, já que produzem em algum nível a morte das vítimas).

O autor não abordará uma teoria crítica, mas uma teoria da crítica ética que, segundo o seu entender, ainda não foi devidamente analisada. Trata-se, segundo o seu entender (2007, p. 304), de “uma meta-teoria que se constrói através da análise do exercício da razão prática crítica a partir da práxis histórica das vítimas e a partir das filosofias críticas dos séculos XIX e XX (...)”.

O sistema de compreensão do ser (pelo ser) vislumbrado por Dussel (2007, p. 304), através de um juízo ético da razão prática crítica negativa, é trans-sistêmico e trans-ontológico, ou seja,

(...) um juízo que procede da realidade da vida negada das vítimas, em referência à totalidade ontológica de um dado sistema de eticidade. Neste sentido falamos *quealém (jenseits)* do “ser” (se o “ser” é o fundamento do sistema) se dá ainda a possibilidade da afirmação da realidade das vítimas. Trata-se da Alteridade do Outro “como outro” *que o sistema*.

Preparado o terreno para o estabelecimento da ética como filosofia primeira, como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana e dos próprios direitos humanos, faz-se necessário propor uma categorização dos princípios rizomáticos que informam a ideia de direitos humanos, sendo eles a cosmicidade, a corporeidade, a vida, a alteridade, a justiça, a consciência crítica libertadora, a liberdade e a igualdade.

3.4.2 Os elementos fundantes do princípio fontal da dignidade da pessoa humana

O princípio fontal e originário da dignidade da pessoa humana está intimamente interligado com a cosmicidade, a corporeidade, a vida, a alteridade, a justiça, a consciência crítica libertadora, a liberdade e a igualdade.

Esta classificação não esgota todas as possibilidades de traçar os elementos fundantes do princípio fontal da dignidade da pessoa humana. A ordem de importância é decrescente, importante lembrar, por fim, que a plenitude do precitado conceito não pode admitir a observância de uns em detrimento dos demais. Afinal, não existe meia ética, como não existem meios direitos.

3.4.2.1 Cosmicidade

Para além de significar a realidade em si do cosmos, Krohling (2011, p. 38) identifica na cosmicidade“(...) uma nova consciência da importância da natureza, pois fazemos parte dela, por sermos seres naturais, isto é, cosmobiopsicossociais.”

A cosmicidade foi estatuída à qualidade de primeiro princípio rizomático dos direitos humanos exatamente porque pretende estabelecer uma relação de transcendência não somente entre o Eu e o Outro, mas também entre estes e o seu entorno. O homem não pode negar sua materialidade como ser químico e biológico. A ética como matriz rizomática da dignidade da pessoa humana não poderia deixar de considerar o fato de que o Homem ético deve assumir o destino do Outro (a visão do Rosto levinasiano) mesmo que este Outro ainda não tenha penetrado no rio dialético de sua existência física, ou seja, mesmo que ele seja tão-somente um vir-a-ser.

Daí Mounier advertir que “não existe ação válida senão aquela em que cada consciência particular, ainda que em retiro, amadureça através da consciência total e do drama inteiro de sua época” (MOUNIER, *Oeuvres* III, p. 499).

A cosmicidade ora analisada “(...) renuncia à visão [dualista e] mecanicista (cartesiana e baconiana) do cosmos e do corpo humano e adere à holística e à ecologia profunda, sendo os seres humanos um fio particular na teia da vida”. Fala-se, portanto, em transcendentabilidade e em metafísica, típica do pensamento de Emmanuel Lévinas (KROHLING, 2011, p. 41).

O paradoxo do uno e do múltiplo também se encontra intimamente ligado ao conceito de complexidade, aquilo que é tecido junto e do qual o Homem não pode se afastar, sob pena de colocar em risco a segurança, a vida, a dignidade do Outro. O Homem é um ser múltiplo e complexo. Segundo Edgar Morin (1991, p. 17-18):

À primeira vista, a complexidade (*complexus*: o que é tecido em conjunto) é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Mas então a complexidade apresenta-se com os traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza... Daí a necessidade, para o conhecimento, de pôr ordem nos

fenômenos ao rejeitar a desordem, de afastar o incerto, isto é, de selecionar os elementos de ordem e de certeza, de retirar a ambigüidade, de clarificar, de distinguir, de hierarquizar... Mas tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de a tornar cega se eliminarem os outros caracteres do *complexus*; e efetivamente, como o indiquei, elas tornam-nos cegos.

Morin (2011, p. 75) trata de multiplicidade e complexidade como característica do cosmos e da inserção do ser humano nele. Ao indagar que política seria necessária para que uma sociedade-mundo pudesse se constituir como base de uma confederação civilizadora, ele aponta os princípios da antropolítica (política da humanidade em escala planetária) e política de civilização. Esta política do humano teria como “missão mais urgente solidarizar o planeta”.

Segundo suas palavras (2011, p. 82),

A política de humanidade seria, correlativamente, uma política de justiça para todos a quem, por não serem ocidentais, são negados os direitos que o Ocidente reconhece para si próprio. (...) A política de civilização teria como missão desenvolver o melhor da civilização ocidental, rejeitar seu pior e operar uma simbiose de civilizações integrando os aportes fundamentais do Oriente e do Sul. Essa política de civilização seria necessária ao próprio Ocidente.

A diatópica mostra-se sempre presente no pensamento de Morin. Estas políticas de humanidade e de civilização muito contribuem para a garantia deste princípio-fontal. O encontro de várias culturas num diálogo permanente se faz mister hoje.

O Homem unidimensional de Marcuse precisa dar lugar ao Homem transcendental e multidimensional que detém condições de, conforme acentuando por Morin linhas atrás, resolver os problemas dos descaminhos do paradigma da razão instrumental utilitarista da modernidade.

3.4.2.2 Corporeidade

A ideia de corporeidade está intimamente ligada aos conceitos de alteridade e responsabilidade levinasianos. Krohling (2011, p. 30) assevera que quando “(...) se fala de corporeidade, e encontro de duas pessoas, a primeira evidência é a

exterioridade de dois seres fisiobiológicos”, sendo esta a primeira percepção do Outro.

Afinal, o Eu depende do Outro pelo simples fato de que a construção de sua subjetividade somente se dá para e através do Outro, a ponto de se poder afirmar que não existe subjetividade no singular, mas sim subjetividades.

O Ser humano, então, provém da natureza e de sua biologia, sendo o corpo não uma unidade, mas um manancial de significados construídos por diálogo (o que indica a abertura do Eu) obtidos através das comunicações inter-corporeidades (KROHLING, 2011, p. 41). As subjetividades se comunicam através das corporeidades.

Percebe-se que tais elementos não conseguem conceber a ideia do Outro excluído ou oprimido. É por esta razão que no processo de construção de uma situação pós-social fulcrada na ética como matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana, não há espaço para a legitimação de desigualdades sociais. A vida de um sujeito não pode continuar isolada. Com este encontro o Homem precisa deixar de ser indivíduo e tornar-se pessoa.

Dussel é outro autor a abordar o conceito de corporeidade, denominando-o princípio material universal da ética. Para ele (2007, p. 93), o aspecto material ou de conteúdo da Ética da Libertação caracteriza-se como uma ética da vida, partindo da assertiva segundo a qual o sistema-mundo vigente nega a vida da vítima, oprimindo-a ou excluindo-a.

Este autor ainda pontua que a construção de uma ética, nos moldes por ele visualizada, ou seja, fenomenologicamente falando, não poderia deixar de passar pela análise do sistema cognitivo e afetivo-avaliativo cerebral humano. O humano, individual e coletivamente considerado, vitimado pela opressão e exclusão de um sistema-mundo manifestamente segregador, necessita despertar a consciência de sua condição de vítima, razão pela qual o citado autor adverte que:

A ética deve dar importância aos processos auto-organizados ou auto-regulados da vida, já que um certo “consciencialismo” moderno exagerado e unilateral faz perder o sentido da corporalidade orgânica da existência ética. A consciência não precisa intervir sempre, mas é determinante na

intervenção “crítica” e corretiva dos efeitos perversos não intencionais. (DUSSEL, 2007, p. 95)

Portanto, como princípio material universal da ética (ou princípio da corporalidade), Dussel (2007, p. 143) o descreve como sendo:

(...) “sensibilidade” que contém a ordem pulsional, cultural-valorativa (hermenêutico-simbólica), de toda norma, ato, microfísica estrutural, instituição ou sistema de eticidade, a partir do critério da vida humana em geral: Aquele que atua eticamente deve (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver auto-responsivelmente a vida concreta de cada sujeito humano, numa comunidade de vida, a partir de uma vida concreta de cada sujeito humano, numa comunidade de vida, a partir de uma “vida boa” cultural e histórica (seu modo de conceber a felicidade, com uma certa referência aos valores e a uma maneira fundamental de compreender o ser como dever-se, por isso também com pretensão de retidão) que se compartilha pulsional e solidariamente, tendo como referência última toda a humanidade, isto é, um enunciado normativo com pretensão de verdade prática e, em além disso, com pretensão de universalidade.

Krohling, ainda acerca deste princípio rizomático, alude quanto à importância da educação e da cultura como focos irradiantes de uma ética ecológica. Para ele (2011, p. 42),

A corporeidade biopsicossocial está inserida em um contexto cósmico e em uma realidade histórica, fazendo do homem um ser de necessidades ecológicas que é atingido e também responsável pelas mudanças do meio ambiente, causadas por outros homens, que destruíram o *habitat* natural. Educar para uma ética ecológica e solidária exige um aprofundamento da dimensão biocinética da corporeidade humana. Só através da educação será possível reverter a destruição causada, mas isto exige toda uma nova postura em relação ao próprio corpo e ao cosmos.

Paulo Freire (1996, p. 17) demonstra a mesma preocupação ao estabelecer que,

A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens, ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de lutar por ela é vive-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles.

Fica demonstrada a importância da *praxis* no bojo da atividade intelectual do ser humano com vistas a apreender, interiorizar e viver a consciência ecológica.

3.4.2.3 Vida

A vida, como um dos princípios fundantes do cosmos, não poderia ser deixada de lado desta classificação dos princípios fontais dos direitos humanos. Partindo das perspectivas da cosmicidade e da corporeidade já analisadas, tem-se que o Eu, por força da assunção do destino do Outro, deve envidar todos os esforços para preservar-lhe a vida, pois a vida pertence aos Cosmos e a simples existência do Ser é sinal de sua transcendência e, por conseguinte, de sua importância para a preservação do estado das coisas.

A vida no cosmos está interconectada em miríades de multiplicidades (água, oxigênio, plantas, animais, humano). O sentido de vida que se quer demonstrar não é o da vida do Homem, mas sim de todos os seres vivos que habitam o Cosmos, dada a nossa condição de seres cosmobiopsicossociais.

Daury Cesar Fabríz (2003, p. 268) salienta que o:

(...) direito à vida, não obstante a vida ser encarada de formas diversas pelas diversas culturas, deve ser interpretado da maneira mais ampla possível e jamais de maneira restritiva, levando-se apenas em consideração tão-somente a vida biológica, baseada na dicotomia vida e morte.

Logo, quer ele demonstrar que a visão da vida como um simples direito subjetivo, que demanda tutela estatal para ser conservada, traduz, sim, um minimalismo de um conceito que é, em verdade, bastante complexo.

O ato de assumir o destino do Outro de que fala Lévinas, expressão que, conforme já citado, é definida por este autor como sendo um ato de Amor, demanda do Ser uma atitude voltada ao próprio cuidar de todas as formas de vida do planeta, haja vista que a convivência equilibrada de todos os seres vivos depende da contribuição direta ou indireta de todos os seres vivos.

3.4.2.4 Alteridade

A alteridade é princípio fundamental para a compreensão acerca da importância dos princípios éticos informadores dos direitos humanos.

Lévinas (2009, p. 293) indica que

O eu, precisamente enquanto responsável pelo outro e o terceiro, não pode ficar indiferente a suas interações e, na caridade com um, não pode eximir de seu amor pelo outro. O eu (moi), o eu (je) não se pode ater à unicidade incomparável de cada um, que o rosto exprime. Atrás das singularidades únicas, é preciso entrever indivíduos do *gênero*, é preciso compará-los, julgá-los e condená-los. Sutil ambiguidade de individual e de único, de pessoal e de absoluto, da máscara e do rosto. Eis a hora da justiça inevitável que a própria caridade todavia exige.

A civilização ocidental não conhece a alteridade, pois prioriza os direitos do indivíduo burguês. Defende-se a propriedade privada e a liberdade do indivíduo. O paradigma da modernidade, com a sua ideologia hegemônica fundada numa irracionalidade auto-ofuscante solapou as chances de uma construção cultural voltada à alteridade.

A dogmática jurídica positivista priorizou o direito individual através de sua visão liberal-capitalista. Por mais que se tenha notado a adoção, pelo Direito, da bandeira dos direitos fundamentais, direitos humanos constitucionalizados, com a construção de princípios como o da função social da propriedade, percebe-se de maneira bem clara o discurso ideológico circundante, pois o individualismo ainda faz parte da natureza do mundo ocidental, não por ser uma condição intrínseca ao Ser Humano, mas por força da visão unidimensional ditada pela ideologia hegemônica do Capital.

A alteridade é praticada mediante um intercâmbio diatópico do Eu com o Rosto do Outro, o que provoca a exurgência de novas subjetividades, que se acrescem àquelas que já existiam antes do diálogo. Ela reconhece o múltiplo, respeitando-o como parte de um todo que a todos pertence.

Krohling (2011, p. 103) salienta que

Para Lévinas, que gravita sempre no campo da ética da alteridade e responsabilidade, não se pode confiar que as leis e o sistema jurídico resolvam os impasses e as contradições da sociedade moderna. O Estado pode criar todos os tipos de controle social através do melhor sistema de leis e busca de equilíbrio social através de programas sociais, mas não

conseguirá o fim desejado da justiça, pois esta não está no campo da técnica, mas da ética.

Portanto, o fio condutor da superação das desigualdades sociais num contexto de desvanescimento das instituições sociais e da democracia representativa repousa na descoberta ética da alteridade e da responsabilidade.

3.4.2.5 Justiça

A Justiça como princípio rizomático do próprio conceito de dignidade da pessoa humana se diferencia de todas as definições já conhecidas deste designativo. Lévinas (2009, p. 244) define-a como sendo “(...) anterior à assunção do destino do outro. Devo emitir juízo ali onde devia antes de tudo assumir responsabilidades”.

Curioso conceito. A Justiça seria então uma resposta a um comportamento irresponsável. Se o Eu possui responsabilidade sobre o Rosto do Outro, se se pode falar numa assunção do destino por parte do Eu, a Justiça, então, existe porque o homem ainda não aprendeu a interiorizar a ética da alteridade e da responsabilidade e, por conta disso, inexistente a exterioridade dialógica fruto desta transcendentalização.

Assim como Lévinas, Hannah Arendt também sofreu os horrores do Holocausto. A banalização do mal foi um dos efeitos mais deletérios ocasionados pela ascensão nazista. Naquele período de nossa história a humanidade testemunhou um dos piores momentos da racionalidade irrefletida do paradigma iluminista instrumental.

Arendt (2007, p. 301), ao expor o motivo pelo qual a corte israelense não aceitou a tese defensiva de Eichmann, cita o seguinte excerto da condenação:

Você admitiu que o crime cometido contra o povo judeu durante a guerra foi o maior crime na história cometida, e admitiu seu papel nele. Mas afirmou nunca ter agido por motivos baixos, que nunca teve a intenção de matar ninguém, que nunca odiou os judeus, que no entanto não podia ter agido de outra forma e que não se sente culpado. (...) O que você quis dizer foi que onde todos, ou quase todos, são culpados, ninguém é culpado. Essa é uma conclusão bastante comum, mas que não estamos dispostos a aceitar. (...) E, assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações – como se você e seus superiores tivessem o direito de determinar quem deveria e quem

não deveria habitar o mundo - , consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana, haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, e a única razão, pela qual você deve morrer na força.

A Justiça é anterior à assunção do destino do Outro. Atentar contra a vida de uma pessoa ou contra uma coletividade, significa ferir de morte o sentido da Justiça como elemento caracterizador do princípio da dignidade da pessoa humana.

Interpretada *a contrario sensu*, positivamente, como o fez Krohling (2011, p. 104),

(...) a Justiça para Lévinas é a concretização e efetivação da ética, que é o princípio fontal, a raiz mãe de todos os outros princípios éticos, mas pode ser concretizada, como existe a raiz no fundo do tronco da árvore. Assim a ética não se vê, mas é ela que dá sustentação à vida da árvore.

Ainda para ele (2011, p. 104), não “(...) existe subjetividade do Eu sem Justiça para com os outros”.

Ser ético é ser responsável pelos outros. A ética da alteridade e da responsabilidade é o fundamento da Justiça, pois, ao contrário do que se pensa, ela não deve esperar o cometimento de uma violação ao direito de uma pessoa, mas deve ser sempre preventivamente.

Conforme já o dizia Aristóteles (1988, v. 3):

(...) O homem mais perfeito não é aquele que é virtuoso para si, mas o que o é para os outros, coisa que é difícil. Assim podemos considerar a justiça não como simples parte da virtude, mas a virtude inteira, e seu contrário, a injustiça, não é parte do vício, mas o vício inteiro.

Esta ideia traduz de maneira eficaz tudo o que foi exposto acerca deste elemento fundante do princípio fontal da dignidade da pessoa humana.

3.4.2.6 Consciência crítica libertadora

A necessidade premente de uma reflexividade planetária foi abordada em inúmeros trechos deste trabalho. Evidenciou-se que o fosso que separa os iguais dos desiguais não seria alcançado com a manutenção do sistema capitalista produtivo /

financeiro ainda que os principais antagonismos da humanidade fossem resolvidos pela chamada onda ecocapitalista que, segundo autores como Žižek acentuaram, significaria a nova roupagem do capitalismo pós crise financeira mundial de 2008. Seria mais uma reforma superficial para um novo período de sobrevivência.

Conforme a importante contribuição prestada por Joaquim Herrera Flores (2009, p. 213),

Adotar o ponto de vista do capital [ainda que na forma de um ecocapitalismo “pela sobrevivência da humanidade] supõe aceitar como inevitável, algo assim, como um princípio de catalexia, segundo o qual a condição humana se desdobra por si mesma sem necessidade de intervenção por parte dos próprios seres humanos que a compõem. Os direitos humanos como produtos culturais enfrentam diretamente essa proposta “*cataléxico-cataléptica*”, já que o que instituem e eternizam é uma hierarquia de exploração estruturalmente protegida da ação humana rebelde e transformadora, vale dizer, livre e “*empobrecida*”.

É por esta razão que, para este autor (2009, pp. 214-217), a superação da visão dos direitos humanos como produtos culturais, pelo fato de se basear na própria lógica dominadora do sistema capitalista, faz-se necessário criar o lugar “o espaço do humano”, que, segundo o seu entendimento, seria “*pantopórico*”, no sentido de abertuda dos caminhos em busca da autonomia da pessoa humana, o “*noematopiético*” (conjugação tanto de nossa realidade como os meios que nos permitem compreendê-la e transformá-la) e, por fim, o “*edidaxático*”, ou seja, o desenvolvimento, pelo humano, da capacidade de educar-se.

A via do comunismo a que se propõe visitar e revisar também foi aprofundada pelos estudiosos da material, o que significa dizer que ainda se encontra desprovida de factibilidade ética, muito embora a história já tenha demonstrado que o capitalismo não possui uma ligação umbilical com a democracia e que a ideia do comunismo já admite a presença do Estado, isto pelo simples fato de não se ter descoberto outra “máquina” (o termo é de Guattari e Deleuze) apta a substituí-lo (GUATTARI, DELEUZE, 1996, pp. 95-6).

O sujeito / pessoa que surge nesta epocalidade por conta do desvanescimento da sociedade ocidental após a tragédia – e ulterior farsa – que culminaram com a falência da ideologia hegemônica ocidental encontra-se em processo de formação. Um novo paradigma está surgindo em todas as exterioridades do mundo ocidental e de diversas formas, sendo o movimento *Occupy Wall Street* somente uma delas.

Nesta esteira, o princípio fontal da consciência crítica libertadora assume duas nuances: a primeira deve libertar o próprio Homem, fetichizado que foi pela ideologia hegemônica voltada ao culto do Ter pelo Ser, do individualismo exarcebado; num segundo momento ou concomitantemente (não se pode afirmar), o processo da consciência crítica libertadora teria condições de atual em prol da libertação do Outro.

Afinal, se se fala numa superposição de racionalidade, sendo esta agora irradiada pela ética, matriz fontal do princípio da dignidade da pessoa humana, ter-se-ia uma transformação do próprio Uno, para dar lugar ao vir-a-ser no Múltiplo.

O próprio Dussel (2007, p. 562) apontou que

(...) estrategicamente, não é só necessário explicar teórica e cientificamente as “causas” da negatividade da vítima, mas também explicar a “impossibilidade” *in the long run* do sistema dominador no tempo. Esta predição não é predizibilidade matemática ou estatística (cuja não realização empírica aqui e agora indicaria a não-cientificidade ou seria o falseamento ou refutação científica de um tal juízo antecipativo) mas dialética. A presença massiva de vítimas na periferia mundial e mesmo no centro, sem possibilidade de ser assumida (a miséria crescente), indica a impossibilidade do sistema *in the long run*.

Portanto, o sistema dominador aparenta não ser tão mutável, tão autopoiético como se imaginava ou, melhor dizendo, como imaginávamos que imaginávamos.

Celebrando a relevância da autocriação, da autonomia, Castoriadis (2009, p. 57) reconhece o importante papel da crítica para a concatenação de idéias no exato momento do processo criativo. Em primeira pessoa ele diz: “(...) creio que o essencial neste rio histórico no qual estamos é a visada da autonomia tanto no nível individual quanto no nível social. A crítica é uma das expressões desta autonomia”.

(...) O vazio total no domínio político é acompanhado por uma crise flagrante da criação espiritual. Conjunção impressionante de duas essências que marcam a fase presente – esperemos que seja curta – da história. (CASTORIADIS, 2009, p. 89)

Afinal, não fosse o controle “invisível” exercido pelas sociedades de consumo ocidentais e a sua ideologia ao mesmo tempo opressora e velada, a atividade crítico-criativa da sociedade, logo, autonomia, autocriação, estaria sendo observada com os fins verdadeiramente libertadores que a mesma deveria ter.

Uma das observações mais importantes de Cornelius Castoriadis remonta a sua preocupação com a superação da heteronomia imposta pela ideologia hegemônica, predominantemente capitalista. Para ele (2002, pp. 239-40),

O objetivo é a autonomia: de acordo, mas basta? A autonomia é um objetivo que queremos por ele mesmo – mas também por outra coisa. (...) Queremos a autonomia da sociedade – bem como a dos indivíduos – tanto por ela mesma como para fazer coisas. Fazer o que? Esta é, talvez, a mais grave interrogação suscitada pela situação contemporânea: esse “o que” diz respeito aos *conteúdos*, aos valores substantivos – e é isso que parece estar em crise na sociedade em que vivemos. Nela não se vê – ou se vê muito pouco – a emergência de novos conteúdos de vida, novas orientações, emergência que estaria sincronizada à tendência – que, efetivamente, surge em muitos setores da sociedade – para uma autonomia, uma libertação em face das regras simplesmente herdadas. No entanto, é possível pensar que, sem a emergência de novos conteúdos, estas tendências não poderão ampliar-se nem se aprofundar e universalizar.

Castoriadis (2009, p. 73) é ainda mais contundente em sua entrevista intitulada “A Música Abole o Mundo”, sendo digna de nota a passagem que segue:

(...) o essencial para que haja uma renovação política, para que haja verdadeiramente uma nova marcha rumo a uma sociedade autônoma, é a *destruição* da mentalidade economicista. E a mentalidade economicista, que é a mentalidade dominante do mundo contemporâneo, no mundo capitalista, evidentemente se instrumenta essencialmente na psicologia dos indivíduos pela desigualdade dos desiludidos: tenho mais do que você, tratarei de ter mais ainda etc.

Ainda, o mesmo autor (2002, p. 392) aponta que a “(...) questão da sociedade autônoma é também esta: até quando a humanidade terá necessidade de ocultar o Abismo do mundo e o Abismo de si mesma por trás de simulacros instituídos?” Simulacro é o pejorativo da própria simulação.

Esta questão vem sendo bastante debatida na comunidade acadêmica; tentativas de promover a libertação dos oprimidos e excluídos através da negação do *statu quo* e conseqüente desdobramento intelectual com vistas a substituir o atual *establishment* por um novo *Êthos* em que a grande maioria da humanidade deixe de sobreviver e passe a viver efetivamente.

Ainda no que tange à presente temática, vale mencionar a posição defendida por Antônio Carlos Wolkmer no que concerne a uma nova perspectiva teórica e política

dos direitos humanos, o que significa dizer que a comunidade acadêmica já despertou para o fato de que, ainda hoje, os direitos humanos são percebidos basicamente como projeções do Estados em detrimento das consequências sócio-político-sociais do avanço da ideologia hegemônica capitalista.

Portanto, para Wolkmer (2010, p. 46), a fim de

(...) enfrentar o momento histórico assumido pela apropriação do capital financeiro e pela ordem internacional marcada pela globalização neoliberal, percebe-se uma nova fase histórica e uma “nova perspectiva teórica e política no que se refere aos Direitos Humanos”. Trata-se de questionar “a natureza individualista, essencialista, estatista e formalista dos direitos” e partir para uma redefinição multicultural dos Direitos Humanos, “entendidos como processos sociais, econômicos, políticos e culturais que, por um lado, configurem materialmente (...) esse ato ético e político maduro e radical de criação de uma nova ordem; e, por outro, a matriz para a constituição de novas práticas sociais, de novas intersubjetividades antagonistas (...) dessa ordem global” vigente.

Complementa ainda o mesmo autor (2010, p. 47) no sentido de que “(...) é na perspectiva paradigmática do Pluralismo Jurídico de tipo comunitário-participativo e com base num diálogo intercultural que se deverá definir e interpretar os marcos de uma nova concepção de direitos humanos”.

Olinto Pegoraro (2008, p. 154) também estabelece uma crítica aos direitos humanos segundo a concepção de produtos culturais nos seguintes termos:

Finalmente, também os direitos humanos caem sob a argumentação e linguagem da visão restrita do desenvolvimento. Quando se fala em direitos humanos, a visão restrita pensa no quanto custam as indenizações legais; mas considera os direitos humanos apenas como sentimentos comoventes, impossíveis de realização. O argumento é simples, dieto, silogístico: se uma pessoa tem direitos, então deve existir outra pessoa com dever de realizar esta exigência. Ora, uma tal pessoa não existe. Então os direitos não passam de bons sentimentos que as leis obrigam a respeitar.

Noutras palavras, sob a ótica ocidental, os direitos humanos sob uma perspectiva individualista, sendo a sua implementação uma mera consequência da caridade dos povos.

Afinal de contas, em que pese a ética da alteridade e da responsabilidade definir claramente a postura esperada do Ser para com o Outro, em termos de reconhecimento, não se pode negar que a humanidade vive em meio a infinitas diversidades sociais, políticas, econômicas e culturais, o que significa dizer que, com

vistas à formação de uma consciência crítica libertadora, mister o reconhecimento e afirmação das próprias diferenças inerantes ao Rosto do Outro.

É sob esta perspectiva que se vislumbra a construção de uma consciência crítica libertadora como parte da formação e crescimento do princípio fontal da dignidade da pessoa humana.

3.4.2.7 Liberdade

A liberdade é outro conceito que foi exaustivamente trabalhado nesta obra e também foi identificado como sendo o penúltimo princípio fontal dos direitos humanos. Para Oliveira (2008, p. 43):

(...) liberdade efetiva é liberdade enquanto construção intersubjetiva de relações, a construção do ser pessoal como ser-com-a-alteridade, decisão a respeito da configuração específica desse ser-com.

Trata-se exatamente da visão que se tentou apresentar por aqui; liberdade como responsabilidade, como construção intersubjetiva de relações.

Krohling (2011, p. 33) vai ao encontro deste entendimento ao dizer que

Não existe liberdade sem responsabilidade, que se torna o voltar-se do EU ao OUTRO cósmico, corporal, humano ou qualquer outro ator ativo. Ser livre não é apenas escolher entre o mal: devemos também escolher entre o injusto e o justo.

O princípio fontal da dignidade humana não poderia deixar de levar em consideração o Outro, o seu Rosto, a transcendência como única forma de verdadeira libertação do Ser, e do Outro.

Com isso tocamos o cerne do processo de libertação que é a vida humana: ser homem significa conquistar-se como ser livre e o caminho para chegar lá é cada individualidade negar-se como realidade isolada e construir um mundo que seja efetivador da liberdade, onde cada um existe pelo outro e para o outro, isto é, onde se constitui uma intersubjetividade simétrica que “é síntese da identidade (todos são considerados como fins em si mesmos) e da diferença (todos são conhecidos nas diferenças que não destroem a igualdade básica”. (OLIVEIRA, 2008,p. 47)

A liberdade, elemento componente do princípio fontal e originário da dignidade da pessoa humana, acaba conduzindo dialogicamente à igualdade, também princípio fontal, pois a exterioridade produzida pela atividade metafísica acaba por desembocar na igualdade das igualdades, a igualdade de capacidades, à factibilidade ética de que fala Dussel.

3.4.2.8 Igualdade

A igualdade como elemento constitutivo do princípio fontal da dignidade da pessoa humana traduz a ideia de igualdade de capacidades.

Quando se falou da moral utilitarista, constatou-se que o seu cálculo de felicidade leva em consideração unicamente o valor global da felicidade, ou seja, a felicidade geral. É por esta razão que a moral utilitarista, fruto do atual paradigma tecnológico, não pode prevalecer; afinal, ela autoriza a existência de fortes desigualdades sociais, fato este inadmissível para a ideia de ética como matriz fotal do princípio da dignidade humana.

Como a ética da alteridade e da responsabilidade está intimamente ligada à ideia de transcendentalização, o cuidar do Outro significa dotá-lo de todas as condições de se desenvolver através da promoção de educação, cultura, esportes, lazer.

Assim caracterizada, a “igualdade de oportunidades” não equivale a algo como igualdade de liberdades abrangentes [*overall freedoms*]. Isto é assim devido (1) à diversidade fundamental dos seres humanos, e (2) à existência e importância de meios variados (tais como renda ou riqueza) que não se enquadram no domínio da definição padronizadora de “igualdade de oportunidades”. Nos termos da posição delineada e defendida neste trabalho, um modo mais adequado de apreciar a igualdade “real” de oportunidades deve ser por intermédio da igualdade de capacidades (ou da eliminação das desigualdades claras nas capacidades, pois as comparações de capacidade são caracteristicamente incompletas) (SEN, 2008, p. 37)

Dentro de um contexto de multiculturalidade, o conceito de “igualdade de oportunidades” se mostra realmente insuficiente, pois as oportunidades podem ser de uma forma para um grupo social e de outra para outras formas de coletividade. É a ideia do Múltiplo.

A cultura do igualitarismo não só é possível como Kliksberg cita o exemplo dos países Nórdicos, onde o universo do Real supera as propostas formais de construção de uma cultura da igualdade. Longe de ser considerado um modelo perfeito, trata-se tão-somente de um exemplo onde o seu povo conseguiu desenvolver uma importante forma de cultura igualitária. Para ele (2010, p. 311), portanto,

Poder-se-ia pensar que existem, nos países nórdicos, leis estabelecendo que as distâncias sociais entre o que ganham estes ou aqueles devem ser diminuídas. Na Noruega, por exemplo, a relação entre o que ganha um empresário do setor privado do setor privado e seus funcionários é de três para um. Na América Latina, a distância entre os 10% mais pobres é de cinquenta para um, e as diferenças salariais são enormes. (...) Não existe, nos países nórdicos, nenhuma lei a esse respeito. Os dirigentes da Central de Empresários Privados da Noruega costumam explicar a situação da seguinte forma: os empresários privados do país têm ganhos bem inferiores à média dos empresários privados dos países desenvolvidos, mas não põem em questão esse comportamento porque o “igualitarismo” é um valor central de sua cultura. Esta valoriza a igualdade: igualdade de oportunidades e igualdade real. Faz parte da vida cotidiana. Em um encontro, eles comentavam que os noruegueses têm, normalmente, um bangalô para passar os fins de semana nas cercanias de Oslo e que uma pessoa seria malvista pelos demais se tentasse, a todo custo, possuir um bangalô de qualidade superior à dos outros. Eles repudiam a ostentação. Diziam que, na Noruega, em resumo, “ser muito rico é algo malvisto”.

Portanto, é através da adoção destes elementos fundantes do princípio da dignidade da pessoa humana que os Direitos Humanos adquirirão o potencial libertador de que a Humanidade necessita para con-viver de forma harmônica através de uma relação diatópica entre os povos, sem o temor de crises futuras e, o mais importante, resolvendo, paulatinamente, os grandes antagonismos da Humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi aferir como a crise financeira mundial afetou a humanidade já desvanescida pela ideologia do paradigma instrumental iluminista, que provocou a primeira e mais intensa crise da modernidade, qual seja, a crise da própria civilização ocidental, do unidimensional, da heteronomia.

O sistema capitalista, sua doutrina liberal e, nas últimas décadas, o neoliberalismo, idealizador das políticas adotadas no Consenso de Washington e aprimoradas ao longo das duas últimas décadas, potencializou o individualismo do homem a patamares tão elevados que a ideologia hegemônica do capital adentrou em um processo de extrema fetichização.

A lógica capitalista, portanto, por força de sua plena capacidade de desenvolvimento e adaptação às intempéries ocasionadas pelo progresso da técnica, vinha se recompondo de tal modo a permitir a manutenção do êthos existente, anulando o primoroso esforço da teoria crítica da modernidade no sentido de instar o indivíduo a se elevar à condição de pessoa, de sujeito integrante do Cosmos, com a capacidade de enxergar o Rosto do Outro.

Com o advento da crise financeira mundial e o colapso do sistema financeiro americano, parcela considerável de representantes da civilização ocidental despertaram uma consciência crítica libertadora que desvelou o processo de fetichização ideológica anteriormente imperante.

O prognóstico desesperador de uma civilização com forte capacidade auto-destrutiva foi reafirmado a partir do momento em que a única alternativa passível de resgatar o sistema capitalista foi a adoção, pelos Estados Unidos, de uma política que nos dias de hoje denomina-se “socialismo financeiro”.

Eis um dos maiores paradoxos desta última crise de proporções planetárias, momento em que a humanidade não só constatou as inúmeras falhas de uma ideologia que atribui ao Mercado financeiro a condição de coração pulsante da economia mundial, mas também provovou um despertar crítico-reflexivo que

permitiu a diversas esferas do globo a construção de uma ideologia que se afirma numa posição diametralmente oposta ao sistema, com uma capacidade de organização multidimensional e aspirações libertadoras.

Identificou-se que a nova forma de afirmação histórica da ideologia hegemônica capitalista possui íntimas relações com aquilo que Slavoj Žižek chamou de ecocapitalismo, ou seja, políticas direcionadas a uma das maiores questões não resolvidas da humanidade, que vem a ser a sua própria sobrevivência, quando em verdade deveria-se potencializar o ideal de Justiça como princípio fontal da dignidade da pessoa humana, que visa não sanar pontos controvertidos, mas prevenir de todas as formas a sua assunção.

A solução de antagonismos voltados à sobrevivência dos habitantes deste planeta (fala-se da questão ambiental, da inadequação da noção de propriedade privada e das implicações socioéticas da nova evolução tecnocientífica) não permite que a principal questão da modernidade seja solucionada, qual seja, o fosso que separa os incluídos dos excluídos e oprimidos. É inegável o fato de que políticas ecocapitalistas podem legitimar situações de desigualdade social.

Portanto, a persistência deste antagonismo sinaliza nada mais mais menos do que a predominância da ontologia do Ser em detrimento da metafísica transcendental, cosmoteocêntrica, do Outro.

É a partir deste ponto de torção sintomal que a dinâmica dos direitos humanos precisa ser revista, pois a sua visão ocidentalizada não satisfaz os pressupostos éticos da transcendentalização do Ser com vistas ao reconhecimento do Outro.

A ética como filosofia primeira, matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana, tem condições de realizar os imperativos de Justiça Humana, não tão-somente de sua sobrevivência.

O princípio fontal e originário da dignidade da pessoa humana está intimamente interligado com a cosmicidade, a corporeidade, a vida, a alteridade, a justiça, a consciência crítica libertadora, a liberdade e a igualdade. Estes colocam o Homem em patamar de igualdade não só com relação a ele mesmo, mas com relação a todo

o Cosmos. Este é o caminho pelo qual devemos seguir, pelo qual devemos acreditar, pois a Vida do Ser necessita da Vida do Outro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Torino, Einaudi, 1970.

_____. **Educação após Auschwitz**. In T. W. Adorno, Educação e emancipação (W. L. Maar, trad., p. 119-138). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

_____. **Sobre sujeito e objeto**. In T. W. Adorno, Palavras e sinais (M. H. Ruschel, trad., pp. 181-201). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b.

_____. **A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista** (G. Pedroso, trad.). Margem Esquerda: ensaios marxistas, 2006.

_____. **Introdução à sociologia** (W. L. Maar, trad.). São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua: homo sacer**. Torino: Editora Presença. 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

ARAÚJO, Cicero. **Bentham, o Utilitarismo e a Filosofia Política Moderna**. *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: UnB, 1985.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BACQUE, Jorge A. **Derecho, filosofia y lenguaje**. Buenos Aires: Astrea, 1976. xvi, 235p. (Colección mayor. Filosofía y derecho, 3).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation: ses mythes, ses structures**. Paris: Edition Danoël, 1970.

BAUMAN, Zigmund. **La sociedad individualizada**. Barcelona: Catedra, 2002.

_____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

_____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

BENTHAM, Jeremy. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENJAMIN, Walter. **Gesammelte Briefe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1995.

BEZERRA, Giovani Ferreira e ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. Trans/Form/Ação [online]. 2009, vol.32, n.2, pp. 175-180. ISSN 0101-3173.

BOFF, Leonardo, **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os homens**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A demissão do Estado**. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BUCKEL, Sonja and FISCHER-LESCANO, Andreas. **Reconsiderando gramsci: hegemonia no direito global**. Rev. direito GV [online]. 2009, vol.5, n.2, pp. 471-490. ISSN 1808-2432.

BRODSKY, Joseph. **Menos que um: ensaios**. Nova York, Farrar Straus and Giroux, 1986.

CARPENTIER, Alejo. **O Século das Luzes**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Janela sobre o caos**. São Paulo: Idéias & Letras, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O conceito de vontade coletiva em Gramsci**. Rev. katálysis [online]. 2009, vol.12, n.1, pp. 32-40. ISSN 1414-4980.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles e Guattari, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rego Braga; revisão de Antonio Monteiro Guimarães Filho, Sérgio Góes de Paula, 3a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DUARTE, R. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim F. Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ESTEVES, Júlio. **As críticas ao utilitarismo por Rawls**. Universidade Estadual do
Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/ETHIC1~6.PRN.pdf>>. Acesso em:15 dez 2011.

FABRIZ, Daury. **Bioética e direitos fundamentais**: a bioconstituição como paradigma ao direito. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

FERREIRA, Oliveiros S..**A sociologia de Gramsci**. Rev. bras. Ci. Soc. [online].2006, vol.21, n.62, pp. 87-93. ISSN 0102-6909.

FLORES, Joaquim Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FRANKENA, Willian K. **Ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 143p. (Curso moderno de filosofia). Tradução de Ethics.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje, São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREITAS, Juarez. **As grandes linhas da filosofia do direito**. Caxias do Sul: UCS, 1986.

FREUD, S. **El Malestar en la cultura**. Madri, Ed. Standard, Obras completas, Tomo VIII, Madri, 1974.

FORBES, Jorge. **A psicanálise do homem desbussolado: as reações ao futuro e o seu tratamento** Disponível em: <http://www.jorgeforbes.com.br/index.php?id=115>. Acesso em 22 de junho de 2010.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=m-pgHIB8QdQ>. Acesso 12nov. 2011.

____. **Espelhos: uma história quase universal**. Tradução de Eric Nepocumeno. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Edição abreviada. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro, 1989.

HARRISON, Edward. **Senator Bunning Blasts Bernanke at senate hearing**. Disponível em <www.creditwhitedowns.com>. Acesso 12 dez. 2011.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Parte I. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: 2.^a Edição, Editora Vozes, 1988.

HERTZ, Noreena. **A morte do capitalismo de livre mercado**. Revista Época, São Paulo, n. 611, p. 56, fev. 2010.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos**. Reprodução eletrônica: Mensanapress, 2011.

HOBBSAWN, Eric J. A era do capital. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Laboratório Brasil, 1974.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio: Contraponto / PUC-RIO, 2006.

KEYNES, John Maynard. **O fim do *laissez-faire***. In: SZMRECSÁNYI, T. Keynes, John Maynard: economia. São Paulo: Ática, 1978.

KIRKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**. A Ética do desenvolvimento e os caminhos do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**: a tirania das marcas num planeta vendido. Rio de Janeiro: Editora Fronteira, 2007.

_____. **A doutrina de choque**: ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Editora Fronteira, 2007.

KROHLING, Aloísio. **Justiça e libertação**: a dialética dos direitos fundamentais. Juruá Editora, Curitiba: Editora CRV, 2009.

_____. **Os direitos humanos na perspectiva da antropologia cultural**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n. 3, p. 11--30, jul./dez. 2008.

_____. **A Ética da alteridade e da responsabilidade**. Juruá Editora, Curitiba, 2011.

___; OLIVEIRA, João Manuel. **Ética:Matriz rizomática do princípio fontal da dignidade da pessoa humana e dos princípios dos direitos humanos fundamentais**, 2011.

___. **Os novos rumos da filosofia do Direito**. Cap I - no prelo. Curitiba, editora Juruá, 2012.

LANDES, D.S., **The Unbound Prometheus**, Cambridge, 1969.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós:ensaio sobre a alteridade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005,

LIPOVETSKY, Gilles. CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. Barcarolla, São Paulo.

MARCUSE, Herbert. **Eros et Civilisation**. Paris: Les Editions Minuit, 1955.

___. **Sobre o caráter afirmativo da cultura**. In: Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

___. **A Ideologia da sociedade industrial**. Tradução: Giazone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARTINEZ. Vinicio C. **Estudos de Sociologia, Araraquara**, v.11, n.21, p.143-159, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2011.

___. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

____. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

____. ([1867] 1967) **Capital**, vol. 1. Londres: Lawrence & Wishart.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:**rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

____. **Estrutura social e formas de consciência II:** a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, Ed. UNICAMP, 2011.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo.** São Paulo: Iluminuras, 2000.

MOLLER, Josué Emilio. **A fundamentação ético-política dos direitos humanos.** Curitiba. Juruá, 2006.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo?:** ensaio sobre o destino da humanidade. 2.ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

____. **Introdução ao Pensamento Complexo**, Lisboa: Instituto Piaget. 2ª ed., 1991.

MORRISON, Wayne. **Filosofia do Direito:** dos gregos ao pós-modernismo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOUNIER, Emmanuel. **O Personalismo.** Trad. Vinícius Eduardo Alves. São Paulo:

Centauro, 2004.

_____. **Manifesto ao serviço do personalismo**. Trad. Antônio Ramos Rosa. S.L: Lisboa, 1967.

McCARTHY, Thomas. **La teoria crítica de Jürgen Habermas**. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.

NOBRE, Marcos. **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2008.

_____. **A teoria crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Desafios éticos da globalização**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres da história**. 3. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser Social e Serviço Social**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Unb, n.6, jan/jun, 2000.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

____. **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN. Amartya. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

____. **Desigualdade reexaminada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

____. **As pessoas em primeiro lugar.** A Ética do desenvolvimento e os caminhos do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOROS, George; WOODRUFF, Judy. **The Financial Crisis: An Interview with George Soros.** New York: The New York Review of Books, Volume 55, N° 8, maio de 2008.

STIGLITZ, Joseph. **O mundo em queda livre.** São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOLKMER. Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico moderno.** In: WOLKMER. Antônio Carlos; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (Orgs.), **Pluralismo jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade.** São Paulo: Saraiva, 2010.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética.** 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas.** São Paulo, Boitempo, 2011.

____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo, Boitempo, 2011.